

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL I

História e acervo

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL I

História e acervo

Carolina Albuquerque Silva¹
José Renato Vieira Martins²

¹ Licenciada em Relações Internacionais e Mestranda do Programa de Pesquisas e Pós-Graduação em Estudos Americanos da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB, Brasília-DF, Brasil). Integrou a Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República de 2006 a 2010.

² Sociólogo. É professor de Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Foi assessor especial da Presidência da República do Brasil de 2005 a 2010. É presidente do Fórum Universitário do Mercosul (FoMerco).



Dr. Florisvaldo Fier

Alto Representante Geral do MERCOSUL

Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL

Mariana Vazquez

Coordenadora

María Marcela “Mayki” Gorosito

Assessora técnica

Rafael Alvariza

Técnico

Mariela Couto

Assistente técnica

Edição: **Brenda Rial, Susana Rovella y Graciela Álvarez (Mirabilia Ediciones)**

Sumário

Prólogo	
Florivaldo Fier	
Alto Representante Geral do MERCOSUL	07
Apresentação	
Mariana Vazquez	
Coordenadora da Unidade de Apoio a Participação Social do MERCOSUL	08
Lista de abreviaturas	10
Lista de quadros	11
1. Introdução	14
1.1 Apresentação	14
1.2 O MERCOSUL social e participativo	14
1.3 Estrutura	18
2. Metodologia	20
3. História e Antecedentes das Cúpulas Sociais do Mercosul	21
4. As Cúpulas Sociais e Seus Formatos	27
4.1. Córdoba 2006. Encontro Regional por um MERCOSUR Produtivo e Social	27
4.2. Brasília 2006	28
4.3. Asunción 2007	28
4.4. Montevideo 2007	28
4.5. Tucumán 2008	29
4.6. Salvador 2008	29
4.7. Asunción 2009	30
4.8. Montevideo 2009	30
4.9. Isla del Cerrito, Chaco 2010	31
4.10. Foz do Iguacu 2010	31
4.11. Asunción 2011	32
4.12. Montevideo 2011	32
4.13. Mendoza 2012	33
4.14. Brasília 2012	34
4.15. Montevideo 2013	34
4.16. Caracas 2014	35
4.17. Paraná 2014	35
4.18. Brasília 2015	35
5. Participantes	37
6. Organizações	39
7. Temas de Trabalho	52
8. Respostas aos Questionários Aplicados	83
9. Considerações Finais	89
10. Referências Bibliográficas	92
11. Anexo	94

Prólogo

Por Florisvaldo Fier
**Alto Representante
Geral do MERCOSUL**

A participação cidadã, a participação das organizações e movimentos sociais é central, é condição fundamental para construir e fortalecer uma verdadeira integração, ao serviço de nossos povos.

O compromisso de nossa região com a democracia é incontornável e, nesse sentido, é preciso reafirmar dia a dia os diversos caminhos que levam a seu fortalecimento. A participação social é um deles. Uma região que deu nascimento a integrações trágicas, como a do Plano Condor, conquistou hoje a instauração e consolidação de nossas democracias. Ainda, importantes conquistas sociais e políticas do MERCOSUL, nessa direção, são as que enquadraram o surgimento do processo de Cúpulas Sociais, refletido no estudo que estamos apresentando.

Dentre esses avanços destaca-se a ampliação de sua dimensão social e de direitos, com inovações institucionais importantes e com a aprovação, por exemplo, do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) ou o Estatuto da Cidadania. Este último tem o objetivo de construir e implementar um horizonte comum de trabalho do MERCOSUL social em matéria de direitos políticos e em favor dos cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL em nível regional até o ano 2021.

Estes avanços acarretam também grandes desafios, ligados à consolidação das conquistas e à implementação acabada destas definições políticas e dos planos de trabalho consequentemente aprovados. Estes desafios só podem ser enfrentados no âmbito de um projeto que contemple uma participação social permanente, uma cidadania regional ativa.

As Cúpulas Sociais constituem um dos espaços que permitem a inclusão da grande diversidade e pluralidade de vozes e olhares de nossos povos. Espaço perfectível, melhorável, com certeza, mas cuja importância deve ser visibilizada pelo MERCOSUL. Neste sentido, o estudo “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL. História e Acervo” constitui uma contribuição nessa direção, tanto para comprovar a acumulação de debates e propostas que o referido espaço teve, quanto para inspirar um debate profundo sobre ele e sobre a participação social em geral, no espaço regional.

Apresentação

Por Mariana Vazquez
**Coordenadora da
Unidade de Apoio a
Participação Social
do MERCOSUL**

A Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS) foi criada pela Decisão do Conselho do Mercado Comum N° 65/10, dando assim continuidade a um caminho que se iniciou no bloco em 2003 e que acarretou a criação de novos âmbitos de representação política e participação social.

Uma das funções que os Estados Partes outorgaram à UPS foi “apoiar a organização da Cúpula Social do MERCOSUL” (art.4º). A UPS interpretou esta função em um sentido amplo, que envolveu três dimensões: a dimensão do conteúdo dos debates; a dimensão do acompanhamento das propostas; e a dimensão do financiamento da participação social. A realização do estudo “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL. História e acervo”, enquadra-se nas primeiras duas dimensões.

O ano de 2015 foi o décimo ano em que ocorreram, de forma ininterrupta, as Cúpulas Sociais do MERCOSUL, perfazendo um total de dezoito Cúpulas. Em julho de 2006 aconteceu em Córdoba, Argentina, o I Encontro por um MERCOSUL Social e Produtivo, antecedente imediato das Cúpulas Sociais, que começariam a se realizar a partir desse ano. Durante essa década, organizações e movimentos sociais dos Estados Partes do MERCOSUL reuniram-se semestralmente no país a cargo da Presidência *Pro Tempore* do bloco, para tomar posicionamento político sobre diversos temas das agendas internacional e regional, debater, procurar consensos e realizar propostas ao MERCOSUL sobre uma grande diversidade de temas.

As Cúpulas foram uma expressão mais, no decorrer desse decênio, do compromisso dos Estados com a criação e o fortalecimento de canais de representação política e participação social no MERCOSUL, através da inclusão de novos sujeitos coletivos. Fazem parte de um conjunto de inovações políticas e institucionais que tiveram lugar no bloco nos mencionados anos, como consequência da transformação de seus objetivos no sentido de promover e fortalecer uma integração política, social, produtiva e participativa, como elementos fundadores de uma identidade regional. Representam, ainda, uma ampliação da democracia na região.

Na UPS consideramos que a sistematização do acervo de posicionamentos políticos, debate e propostas do processo de Cúpulas Sociais, bem como de toda a informação disponível sobre elas, é fundamental para visibilizar a acumulação e construção de massa crítica regional, ao mesmo tempo que constitui um subsídio relevante para um diagnóstico que deveria sustentar diversas propostas de aprofundamento da participação social no bloco.

O chamamento para a realização deste estudo se embasa na constatação da ausência de tal sistematização e do caráter fragmentado e disperso das informações sobre as Cúpulas. Para sua concretização, foi realizada uma ampla convocação pública regional e, nesse contexto, foi selecionada a proposta dos pesquisadores Carolina Albuquerque Silva e Renato Vieira Martins. O resultado são duas publicações. A primeira delas “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL. História e Acervo”, contém a sistematização e análise de todas as informações disponíveis. A segunda, “As Cúpulas Sociais do MERCOSUL. Declarações e Documentos de Trabalho”, apresenta todas as declarações e propostas –que foi possível obter durante a pesquisa– elaboradas pelas organizações e movimentos sociais nestes dez anos.

É esta então uma contribuição ao debate público a respeito das Cúpulas Sociais e da participação social no MERCOSUL, que desejamos possa nutrir as reflexões e propostas que vierem a se construir em nossa região nos próximos tempos, em prol de uma integração mais inclusiva e democrática.

Lista de abreviaturas

- ALCA:** Área de Livre Comércio das Américas
- CCMASM:** Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL
- CCSC:** Consejo Consultivo de la Sociedad Civil
- CCSCS:** Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
- CEFIR:** Centro de Formação da Integração Regional
- CMC:** Conselho do Mercado Comum
- CPC:** Comissão Parlamentar Conjunta
- CRPM:** Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
- FCES:** Fórum Consultivo Econômico e Social
- FOCEM:** Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
- GMC:** Grupo Mercado Comum
- IPPDH:** Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL
- ISM:** Instituto Social do MERCOSUL
- MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul
- PARLASUL:** Parlamento do Mercosul
- PEAS:** Plano Estratégico de Ação Social
- RAADH:** Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos
- REAF:** Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar
- REJ:** Reunião Especializada de Juventude
- RMAAM:** Reunião de Ministras e Altas Autoridades em Direitos Humanos
- RECM:** Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul
- UE:** União Europeia
- UNASUL:** União das Nações Sul-Americanas
- UPS:** Unidade de Apoio à Participação Social

Lista de quadros

- Quadro 1:** Distribuição das Organizações Participantes por País
- Quadro 2:** Lista geral de organizações participantes das Cúpulas Sociais de Córdoba 2006, Brasília 2006, Tucumã 2008, Salvador 2008, Assunção 2009, Chaco 2010, Mendoza 2014, Montevidéu 2013 e Caracas 2014, por país e setor
- Quadro 3:** Organizações por Setor
- Quadro 4:** Afrodescendentes, combate à xenofobia e igualdade racial
- Quadro 5:** Agricultura familiar, camponesa e indígena, reforma agrária, desenvolvimento rural, segurança e soberania alimentar
- Quadro 6:** Comunicação
- Quadro 7:** Cultura e identidade
- Quadro 8:** Desenvolvimento urbano e direito à cidade
- Quadro 9:** Direitos humanos, verdade, memória e justiça, crianças e adolescentes, lgbt, pessoas idosas, pessoas com deficiência
- Quadro 10:** Economia solidária, cooperativas, micro, pequenas e médias empresas
- Quadro 11:** Educação
- Quadro 12:** Estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental
- Quadro 13:** Expansão do Mercosul
- Quadro 14:** Focem e combate às assimetrias
- Quadro 15:** Integração produtiva
- Quadro 16:** ISM, IPPDH, PEAS, Estatuto da Cidadania
- Quadro 17:** Juventude
- Quadro 18:** Meio ambiente e recursos naturais
- Quadro 19:** Migrações
- Quadro 20:** Modelos de integração, modelos de desenvolvimento, negociações comerciais internacionais
- Quadro 21:** Mulheres
- Quadro 22:** Parlamento
- Quadro 23:** Participação social, Cúpulas Sociais
- Quadro 24:** Povos originários / indígenas
- Quadro 25:** Saúde
- Quadro 26:** Trabalho, previdência, livre circulação de pessoas
- Quadro 27:** Declarações, Relatórios e Conclusões de Grupos de Trabalho e Comissões
- Quadro 28:** Temáticas que deveriam ser inseridas na agenda das Cúpulas Sociais segundo os questionários aplicados pela pesquisa

Resumo

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL conformam uma experiência que faz parte de um conjunto de inovações institucionais vividas pelo bloco a partir dos primeiros anos da década de 2000, nos marcos de uma inflexão em direção a um projeto de integração sensível a demandas sociais e participativas. Trata-se de um espaço de debate político sobre os rumos da integração e de discussão e formulação de propostas de políticas públicas, dos quais participam representantes dos movimentos sociais, dos governos e órgãos do MERCOSUL. O traço inovador dessa experiência reside em dois aspectos principais: o primeiro se refere ao fato de constituir-se em uma ação conjunta em que participam – e cooperam – governos, organizações e movimentos sociais e organismos oficiais do Mercosul. O segundo aspecto diz respeito ao caráter intersetorial da iniciativa.

Em 2015, as Cúpulas Sociais completam dez anos da realização de sua primeira edição. O presente estudo, encomendado pela Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul (UPS), inscreve-se no esforço de balanço e avaliação da experiência. Além de um balanço crítico da trajetória das Cúpulas, a pesquisa buscou apresentar dados relativos a cada uma das dezoito edições da iniciativa realizadas até o momento. Dentre outros dados que se encontravam dispersos até o momento, foram sistematizados o número e a origem dos participantes, as organizações sociais que se fizeram presentes e o conteúdo das declarações finais emitidas.

Palavras-chave

Cúpulas Sociais, Mercosul, integração regional, participação social.

I. Introdução

I.1. Apresentação

O estudo AS CÚPULAS SOCIAIS DO MERCOSUL: HISTÓRIA E ACERVO é o resultado da pesquisa realizada nos termos do edital regional emitido pela Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS), em março de 2015. A proposta do relatório é disponibilizar, de forma sistematizada, as informações gerais referentes às dezoito edições do evento que aconteceram desde o Encontro por um MERCOSUL Social e Produtivo, ocorrido na cidade argentina de Córdoba, em julho de 2006, até a mais recente Cúpula Social do MERCOSUL, realizada em Brasília, em julho de 2015.

O estudo apresenta um balanço crítico dos dez anos da experiência da Cúpula Social. Este balanço é acompanhado por dados relativos a cada uma das Cúpulas Sociais. Foram sistematizados o número e a origem dos participantes. As declarações finais também foram sistematizadas, os relatórios e conclusões dos grupos de trabalho foram listados e seu conteúdo levado em consideração nas reflexões a respeito da experiência das Cúpulas realizadas a partir da pesquisa.

Até a realização da presente pesquisa tais informações achavam-se dispersas. A ausência de uma estrutura dedicada ao acompanhamento e apoio técnico permanente das Cúpulas Sociais resultou em que, transcorrida uma década, muitos dos registros tenham se perdido, prejudicando a reconstrução dessa rica experiência.

Espera-se que, com a posta em marcha dos trabalhos da UPS e a partir do presente estudo, esta lacuna seja suprida, de modo a garantir a atualização continuada da memória das Cúpulas, contribuindo tanto para que os responsáveis dos governos, movimentos e organizações sociais envolvidos possam tomar as decisões concernentes à condução do processo, quanto para assegurar a transparência necessária e a rendição de contas sobre a iniciativa à sociedade.

I.2 O Mercosul Social e Participativo

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL conformam uma experiência que faz parte de um conjunto de inovações institucionais vividas pelo bloco a partir dos primeiros anos da década de 2000, nos marcos de uma inflexão em direção a um projeto de integração sensível a demandas sociais e participativas.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul. A Venezuela tornou-se Estado Parte em 2012 e a Bolívia encontra-se em processo de adesão como Estado Parte³. Ao ser criado, foi dado ao MERCOSUL o objetivo precípua de formar um mercado comum entre seus Estados Partes, o que implicava: na livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco, no estabelecimento de uma tarifa externa comum e na adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados (Artigo 1º do Tratado de Assunção). A prioridade comercial era clara e correspondia ao marco ideológico prevalecente na época de assinatura do acordo, dominado pelas ideias do Estado mínimo, da desregulamentação dos mercados e da flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas (Sader, 2009).

A tônica conferida aos acordos comerciais predominou por muitos anos sobre as demais áreas de negociação. Enquanto isso, as políticas de desenvolvimento social, superação das assimetrias e complementação produtiva foram relegadas a um segundo plano de relevância.

Na década de 2000, ficaram cada vez mais evidentes as limitações do chamado modelo aberto de integração que, apesar de haver permitido o crescimento do comércio, não dava respostas aos problemas da pobreza, da exclusão e da desigualdade social. Se as estratégias neoliberais adotadas pelos países envolvidos nos inícios do MERCOSUL minimizavam, ou diretamente excluía de sua agenda as questões sociais, políticas, culturais, produtivas, ambientais e identitárias, a crise econômica de 1998 a 2002, que aumentou ainda mais os níveis de iniquidade, pobreza, desemprego e exclusão social em vários países da região, colocou em evidência as limitações e o esgotamento daquele modelo de desenvolvimento que, ao debilitar o papel dos Estados, havia fragilizado tanto as realidades nacionais quanto a própria integração regional (Mirza, 2013).

Os primeiros anos do século XXI foram testemunhas de uma inflexão na trajetória do MERCOSUL, que passou por um fortalecimento dos temas relacionados às dimensões social, produtiva e participativa da integração, o que se refletiu na multiplicação de políticas de alcance regional em áreas como agricultura familiar, saúde, educação, seguridade social, migração e livre trânsito de pessoas, para citar alguns exemplos. No que diz respeito a uma concepção mais ampla de desenvolvimento regional, a partir de 2003, o MERCOSUL iniciou um processo de superação de concepções centradas exclusivamente no mercado, com uma agenda marcada por assuntos comerciais, aduaneiros e tarifários, para incorporar outras pautas da integração regional, avançando nas dimensões política, social e produtiva da integração.

A ascensão desse novo paradigma de integração está vinculada ao esgotamento das políticas neoliberais hegemônicas nos anos noventa, coincide com a eleição de governos de centro-esquerda em diferentes países e com a emergência dos movimentos sociais no cenário político regional. É importante analisar as correlações existentes entre esses fenômenos para compreender que o adensamento da agenda sócio-produtiva e participativa do Mercosul não foi algo acidental.

Foi em função da articulação e da pressão exercida por diferentes atores progressistas, dentro e fora dos governos, que os temas não-comerciais foram ganhando visibilidade e relevância dentro na agenda do Mercosul (Martins, 2014).

Isso se tornou possível graças à aliança entre distintas entidades que atuam em favor da integração, dentre as quais se encontram setores dos governos nacionais; os governos locais e organismos a eles ligados, como a Rede Mercocidades e redes sindicais e sociais regionais, como a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul.

³ Resta ratificação pelos congressos de Brasil e Paraguai. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-07/Mercosul-assina-protocolo-de-inclusao-da-Bolivia-no-bloco>

Os movimentos sociais ocupam, neste modelo, um papel ativo na formulação das políticas de democratização econômica, política e social.

As políticas públicas de aumento real do salário mínimo, fortalecimento da agricultura familiar, combate às desigualdades raciais e promoção de direitos humanos, sociais e culturais que foram implementadas, ainda que não de forma contínua, em todos os países do bloco, contaram com importante participação dos movimentos sociais em diferentes momentos. As transformações políticas registradas em outros países da América do Sul refletem a ação de movimentos indígenas, camponeses e sindicais em defesa da soberania, do desenvolvimento sustentável e dos direitos sociais (Preciado, 2014).

As muitas edições do Fórum Social Mundial e da Cúpula dos Povos do Sul e as articulações contra as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como a Aliança Social Continental, que culminaram exitosamente em 2005 com a IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, Argentina, são um exemplo das lutas dos movimentos sociais contra o modelo de globalização neoliberal que se pretendia impor à região.

Os marcos históricos que correspondem ao surgimento das Cúpulas Sociais estão conectados à emergência das dimensões social, produtiva e participativa do Mercosul e a sua conversão em linhas estratégicas do processo de integração regional. Em contraste com o modelo de integração prevalecente nos anos noventa, baseado no livre comércio, políticas públicas sócio-produtivas vêm sendo adotadas em nível regional. Essa mudança de orientação política teve por objetivo recuperar a capacidade de iniciativa do Estado em uma área que antes estava entregue aos mercados (Martins, 2014).

A aprovação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), a criação do Instituto Social (ISM) e do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) são exemplos da nova orientação imprimida pelos governos ao bloco. A participação social também passou a ser valorizada. Com a institucionalização da Cúpula Social, a criação da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) e a aprovação do Estatuto da Cidadania, procurou-se estimular a participação social e aproximar o MERCOSUL do cidadão comum. Estas novas tendências sociais e participativas se retroalimentam, criando um campo de tensão com as ideias, estruturas e práticas remanescentes do modelo de integração anterior.

A aprovação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul é uma demonstração de desdobramento efetivo do novo enfoque. O PEAS é a principal iniciativa para fortalecer a dimensão social da integração regional. O Plano guarda relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e visa erradicar a miséria, a fome, a pobreza e o analfabetismo na região, além de universalizar os serviços de saúde e educação pública de qualidade no Mercosul. Ele começou a ser gestado em 2006, quando os presidentes dos Estados Partes instruíram os ministros das áreas sociais a definir as diretrizes de um plano de ação social. O PEAS foi finalmente aprovado em 2011, quando adquiriu a sua configuração atual, estruturado em oito eixos e vinte e seis diretrizes de atuação. São prioridades acordadas pelos Estados Parte em matéria de desenvolvimento social regional: “Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais”, “Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero”; “Universalizar a saúde pública”; “Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo”; “Valorizar e promover a diversidade cultural”; “Garantir a inclusão produtiva”; “Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários”; “Promover a sustentabilidade ambiental”; “Assegurar o diálogo social”; “Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a execução e financiamento de políticas sociais”.

Esta agenda de harmonização e coordenação de políticas sociais regionais se reveste de uma lógica oposta à que presidiu o Tratado de Assunção, especialmente de seus enunciados iniciais, baseados em uma visão comercial do acordo regional. Além disso, o PEAS mostra que são infundadas as críticas que apontam para o estágio embrionário da integração social. As decisões em matéria de saúde, educação, agricultura familiar e previdência são concretas,

e a participação social é cada vez mais efetiva. O Plano aponta para uma perspectiva que vai além da harmonização das políticas sociais e caminha na direção da sua convergência, o que pressupõe uma futura cidadania social regional, com instituições comuns e específicas, fundada em direitos sociais comuns ou similares. Ao mesmo tempo, o PEAS abre um debate sobre a integração social com as organizações e movimentos sociais, que remete à discussão sobre os modelos de desenvolvimento abertos para o Mercosul. O papel da agricultura familiar, do cooperativismo, da micro, pequena e média empresa, da complementação produtiva, entre outros, estão no centro desse debate, que associa o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social (Mirza, 2013 e Martins, 2014).

Para potencializar o Mercosul Social foram criados dois novos órgãos: a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMASM), responsável por articular as áreas de governo que atuam direta ou indiretamente nos temas sociais do Mercosul, e o Instituto Social do MERCOSUL (ISM)⁴, ao qual compete subsidiar tecnicamente as políticas sociais do bloco.

Os Estados Partes decidiram em 2008 pela criação da CCMASM⁵, espaço institucional dedicado a articular ações interministeriais e a promover a coordenação das políticas sociais no bloco. Ao congregar ministérios como os de saúde, educação, cultura, trabalho e desenvolvimento agrário, além das autoridades em desenvolvimento social, a CCMASM se apresentou como uma ferramenta para estimular, no interior do MERCOSUL, uma agenda de desenvolvimento social integrado. Uma das tarefas da CCMASM é justamente a de ordenar as discussões para a elaboração e implantação do PEAS.

O ISM, criado em 2007, com sede na cidade de Assunção, no Paraguai, passou a funcionar regularmente em 2011. Compete ao ISM colaborar tecnicamente para a consolidação da dimensão social do Mercosul. Entre as suas funções específicas se destacam a colaboração técnica para a elaboração de projetos sociais regionais; a realização de estudos e pesquisas sobre políticas e programas sociais; a organização de encontros nacionais e internacionais sobre políticas sociais; a compilação das melhores experiências em matéria social; e o acompanhamento da situação social do bloco.

Outro incremento institucional operado durante os anos 2000 foi a criação do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL. O IPPDH foi criado pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) em 2009⁶, sob o âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH) e com sede permanente na Cidade de Buenos Aires. O IPPDH tem por objetivo contribuir aos processos de planejamento, implementação e consolidação das políticas públicas em direitos humanos como marca central da identidade, do desenvolvimento e da integração dos países do MERCOSUL. Tem como funções principais a cooperação técnica, a pesquisa, a capacitação e o apoio à coordenação de políticas regionais de direitos humanos.

Tais inovações institucionais foram acompanhadas pela criação de outras ferramentas de garantia de direitos e de participação social nos assuntos do bloco. Em 2010, por ocasião do vigésimo aniversário do MERCOSUL, foi aprovada a decisão para estabelecer progressivamente o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, cuja plena execução deve estar concluída no trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção. A iniciativa visa garantir aos nacionais dos Estados Partes os mesmos direitos e liberdades em matéria de “implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região”, “igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL” e “igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação”. São previstas ações em dez áreas distintas: facilitação de circulação de pessoas no espaço do MERCOSUL; ampliação das áreas de controle integrado de fronteira; harmonização dos documentos de identificação; cooperação consular; defesa do trabalhador e do emprego; integração dos cadastrados previdenciários; equivalência de títulos de ensino superior e facilitação de mobilidades para professores, estudantes e pesquisadores; sistema de consulta de informações

⁴ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 03/07

⁵ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 39/08

⁶ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 14/09

veiculares para facilitação de transportes; redução das tarifas de comunicação fixas e móveis; e criação de sistema única de defesa do consumidor do MERCOSUL.⁷

Ainda no campo da participação social, ressalta-se a criação, em dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, da Unidade de Apoio à Participação Social⁸ do MERCOSUL, com a finalidade de ampliar e institucionalizar a participação da sociedade civil, financiar a participação de representantes de organizações sociais em reuniões do bloco, apoiar a organização das Cúpulas Sociais e manter um banco de dados de organizações da sociedade civil dos Estados Partes do MERCOSUL. Ficou definido que a nova instância seria conectada ao Alto Representante Geral do MERCOSUL – função criada na mesma Cúpula de Foz do Iguaçu.

Essas inovações vêm contribuindo para atenuar o déficit democrático que historicamente acomete o Mercosul (Caetano, Ventura e Vázquez, 2009 e Martins e Silva, 2014).

Essa nova agenda geradora de direitos sociais está articulada politicamente com os governos, integrada por sujeitos coletivos e movimentos sociais e empenhada na elaboração, implantação e gestão de políticas públicas regionais voltadas para o fortalecimento do MERCOSUL.

O Estado ocupa posição central nessa equação, como articulador das posições entre setores do governo executivo, do parlamento e dos movimentos sociais, nacionais e regionais, em defesa do Mercosul e de uma agenda positiva para a integração. Seu avanço, ainda que incipiente, é fator de legitimação do processo de integração regional.

A estrutura intergovernamental do acordo, porém, permaneceu inalterada. Os países grandes e pequenos, por motivos diferentes, resistem a ceder parcelas de sua soberania para órgãos regionais e/ou supranacionais. O que se ampliou consideravelmente nos últimos anos foi o grau de participação de outras áreas de governo para além das chancelarias e dos ministérios de economia e comércio, que sempre estiverem à frente do MERCOSUL.

Cumprir esclarecer que os vínculos nem sempre visíveis entre políticas nacionais, políticas regionais e a valorização das práticas da democracia participativa analisados neste artigo não constituem uma relação de causa e efeito, na qual uma das dimensões prevalece ou determina as demais. Trata-se, na verdade, de dinâmicas independentes, marcadas por um sentido comum, que se combinam e se atraem reciprocamente. Aproximam-se do que Max Weber denominou de *afinidades eletivas*. *Utilizado originalmente para sublinhar a relação entre economia, cultura e religião, o conceito se universalizou e se presta perfeitamente para refletir sobre o ethos democrático sul-americano e sua relação com a construção de uma nova ordem regional baseada no crescimento econômico com distribuição de renda e justiça social.*

É nesse cenário de inflexão de agenda que se realizam, no ano de 2006, as primeiras Cúpulas Sociais do MERCOSUL, que viriam a consolidar-se como a mais importante experiência institucional de participação social e diálogo político da América do Sul.

1.3 Estrutura

A estrutura do estudo foi elaborada a partir das orientações especificadas pela UPS no edital da convocatória e no documento “Pautas para a elaboração e entrega do documento final” e contém dez seções:

- I. Introdução: Sobrevoos sobre a história do MERCOSUL. Inflexão na agenda do bloco a partir da década de 2000 e inclusão de temas sociais e participativos, contendo análise dos contextos regional e internacional. Criação da CCMAS, do ISM, do IPPDH, do Alto Representante Geral e da UPS; aprovação do PEAS e do Estatuto da Cidadania. Apresentação geral do estudo e do conteúdo de cada seção.

⁷ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 64/10

⁸ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 65/10

2. Proposta metodológica: Descrição dos procedimentos utilizados para a realização do estudo. Fontes e técnicas de pesquisa. Estrutura do questionário e escolha dos entrevistados.
3. História das Cúpulas Sociais do MERCOSUL: Antecedentes regionais (Consenso de Buenos Aires, Programa de Trabalho MERCOSUL 2004-2006, Programa Somos MERCOSUL). Identificação dos espaços institucionais responsáveis pela organização das Cúpulas Sociais em cada Estado Parte. Antecedentes nacionais (como por ex. Brasil: Programa MERCOSUL Social e Participativo; e Argentina: Conselho Consultivo da Sociedade Civil da Chancellaria).
4. Formato das Cúpulas Sociais. Identificação das datas, locais e programações das dezoito edições da Cúpula Social e temas principais, se houver. Diferentes formatos propostos pelas Presidências Pro Tempore para as Cúpulas Sociais, suas mudanças e continuidades. Métodos utilizados para a construção de cada edição.
5. Sistematização dos participantes, número geral e segundo Estado de origem.
6. Organizações participantes sistematizadas em países de origem e em relação aos temas com os quais atuam.
7. Temas de trabalho. Sistematização do temário das diferentes edições da Cúpula. Análise das formas como os temas trabalhados em cada edição foram refletidos nas declarações e/ou outros documentos de trabalho resultantes dos encontros.
8. Sistematização dos resultados dos questionários aplicados pela pesquisa.
9. Considerações finais.
10. Anexo: Modelo de questionário aplicado;

2.

Metodologia

Para a elaboração do estudo foram localizados e consultados mais de 170 diferentes documentos, entre relatórios de grupos de trabalho/comissões, declarações finais, convites, convocatórias, artigos de imprensa, programas de atividades, propostas metodológicas e informes diversos elaborados por governos, movimentos e organizações sociais.

Tais documentos foram conseguidos junto a quatro fontes principais: a) os Pontos Focais do Programa Somos MERCOSUL (responsáveis governamentais pelas Cúpulas Sociais); b) os movimentos e organizações sociais e suas redes de articulação regional; c) órgãos do MERCOSUL, especialmente a UPS e o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e d) o acervo pessoal dos autores⁹.

Esta lista foi complementada com bibliografia geral sobre integração regional, MERCOSUL e participação social, consultada para fins de elaboração da análise crítica do processo que se buscou documentar.

Adicionalmente, foi considerado necessário elaborar e aplicar um questionário a um grupo de representantes dos movimentos e organizações sociais e dos governos envolvidos com o processo, como forma de aferir sua percepção avaliativa da experiência e, com isso, apoiar as conclusões atingidas por meio do estudo. O questionário – composto por 33 perguntas que versam sobre a organização, a estrutura e os resultados das Cúpulas Sociais – foi enviado para uma lista de quarenta e dois participantes das Cúpulas Sociais, representantes de movimentos sociais, governos e órgãos do MERCOSUL, selecionados pelos autores em colaboração com a UPS e os Pontos Focais nacionais. Vinte questionários foram entregues preenchidos.

Além das técnicas tradicionais de pesquisa bibliográfica e entrevistas, é importante mencionar a condição de observadores participantes dos autores que, primeiramente como representantes do governo brasileiro e, posteriormente, ligados às suas universidades, estiveram presentes como organizadores ou participantes na maioria das edições do evento. Nesse sentido, técnicas de etnografia também fizeram parte da abordagem metodológica do presente estudo.

⁹ Os autores agradecem a todos/as que contribuíram para a realização da pesquisa, especialmente aos participantes que responderam ao questionário e aos representantes de organizações sociais, governos e outras instituições que colaboraram fornecendo documentos e informações diversas: Carlos Borgna e Hugo Varsky (Argentina); Fátima Rallo, Gustavo Codas e Hugo Ferreira (Paraguai); Mercedes Retamoso, Marcelo Mondelli e Juan Andrés Daguerre (Uruguai).

3. História e antecedentes das cúpulas sociais do MERCOSUL

Quando foi criado, em 1991, o MERCOSUL não contava com nenhum mecanismo de participação social, configurando-se como um acordo entre Estados, de natureza estritamente intergovernamental, executado por setores do poder executivo, sobretudo os ministérios de relações exteriores e os ministérios das áreas econômicas e comerciais. O modelo de integração comercial continha inúmeras barreiras à participação da sociedade civil. Comprometidos com as reformas pró-mercado, os governos da época não buscavam o apoio nem o envolvimento de organizações da sociedade civil, muito menos dos movimentos sociais, que resistiam como podiam aos ataques desferidos contra os direitos sociais e as conquistas trabalhistas. Na maior parte dos casos os governos empenhavam-se em enfraquecer as oposições políticas e tornar ineficazes os movimentos sindicais e sociais. O estilo tecnocrático contaminou o modelo de gestão de MERCOSUL, onde prevaleceram as negociações secretas e a falta de transparência, contribuindo para reforçar uma cidadania passiva (Martins, 2014).

Somente em 1994, com a assinatura do Protocolo Adicional de Ouro Preto¹⁰ foram criados os primeiros espaços institucionais de participação política e social. Com a instalação da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) e do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) foi incorporada ao MERCOSUL a dimensão parlamentar, e criados os primeiros canais de participação dos segmentos econômicos e sociais. O foco na integração comercial, porém, permaneceu inalterado, preservando-se o modelo de regionalismo aberto defendido pelos governos e apoiado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais presentes no Brasil e na Argentina.

O Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), criado em 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto como parte integrante da estrutura do MERCOSUL, é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e está estruturado em seções nacionais compostas por igual número de representantes de cada Estado Parte. O FCES tem função consultiva e deve manifestar-se mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC). Entretanto, a natureza intergovernamental do MERCOSUL (vigente até os dias de hoje), não contribuiu para fortalecer o FCES ou qualquer órgão com vocação supranacional, o que fez com que o seu papel se debilitasse progressivamente. O fato de haver permanecido restrito aos seto-

¹⁰ Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção Sobre Estrutura Institucional do MERCOSUL - Protocolo de Ouro Preto. http://www.mercosur.int/innovaportal/file/724/1/cmc_1994_protocolo_ouro_preto_pt.pdf

res econômicos, especialmente às associações empresariais e as centrais sindicais, também dificultou a sua consolidação. Organizações sociais e movimentos populares sentiram-se pouco representadas pelo FCES. Apesar das dificuldades assinaladas, as centrais sindicais conquistaram por intermédio do Foro avanços importantes, especialmente no que concerne ao reconhecimento de direitos trabalhistas, a defesa do emprego e a promoção da seguridade social no MERCOSUL. A Declaração Sociolaboral¹¹ e o Acordo Multilateral de Seguridade Social¹² são exemplos disso.

Cumprir registrar que as Centrais Sindicais do Cone Sul assumiram desde o princípio uma posição crítica, mas sempre proativa, em favor do MERCOSUL. Em 1994 elas apresentaram aos presidentes dos Estados Partes a proposta de uma Carta de Direitos Fundamentais, concebida para assegurar melhores condições de vida, fortalecer a democracia e garantir direitos sociais e individuais no MERCOSUL. As centrais defendiam também os direitos coletivos dos trabalhadores, como o emprego, o salário digno, a organização sindical e a negociação coletiva no mercado integrado do MERCOSUL. Muitos aspectos que hoje são considerados necessários para aprofundar e ampliar a integração, tornando-a menos refém dos mercados, foram apontados na Carta, que não recebeu atenção dos governos da época. Mas o documento já alertava que, sem a presença consciente e ativa da sociedade civil os processos de integração perdem consistência e passam a ser dominados por conflitos governamentais e/ou contenciosos comerciais de curto prazo (Martins, 2014).

Mecanismos de participação ampliada foram constituídos a partir de 2005, com a criação do Programa Somos MERCOSUL, durante a presidência *pro tempore* uruguaia. No ano seguinte passariam a ser organizadas as Cúpulas Sociais do MERCOSUL, que logo se converteram no principal canal de participação e representação da sociedade civil no MERCOSUL. Somos MERCOSUL e as Cúpulas Sociais permitiram a incorporação de novos sujeitos coletivos ao MERCOSUL, alavancando a agenda não exclusivamente econômica da integração.

Somos Mercosul

O Programa Somos MERCOSUL nasceu com o propósito de superar o déficit de participação social existente no bloco. Trata-se de uma iniciativa pública, lançada pela presidência *pro tempore* do Uruguai em 2005, com o apoio do então presidente Tabaré Vázquez e dos demais Estados Partes.

Somos MERCOSUL teve por objetivo envolver a cidadania no processo de integração regional, gerando espaços para que a sociedade civil e os governos possam debater, formular demandas e participar dos processos decisórios de construção do MERCOSUL.

A iniciativa correspondeu ao processo de criação de uma esfera pública regional, fruto do amadurecimento da cultura democrática na região.

Esta iniciativa se desenvolveu em meio a tendências contraditórias, disseminadas no pensamento e na ação política dos países sul-americanos, e que opõem tentativas de privatização do espaço público a tentativas de publicização do espaço privado.

As tendências de privatização da esfera pública se manifestam tradicionalmente sob a forma da pressão de grupos econômicos pelo controle das informações estratégicas e dos espaços decisórios do Estado; as tendências de publicização da esfera privada correspondem à intervenção do Estado na vida dos indivíduos, grupos e nação. Ambas fazem parte da cultura política predominante na América Latina.

¹¹ Declaração Sociolaboral do Mercosul - http://www.mte.gov.br/fsm/declaracao_pt.pdf

¹² Acordo Multilateral de Seguridade Social http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/forumCorteSupremaNorma/forumCorteSupremaNorma_AP_75317.pdf

Somos MERCOSUL buscou realizar uma articulação superadora dessas posturas tradicionais, valorizando uma esfera pública geradora de direitos sociais, articulada politicamente com os partidos políticos, integrada por sujeitos coletivos e movimentos sociais, e empenhada na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas regionais voltadas para o fortalecimento do MERCOSUL. Ao combater as tentativas de privatização do Estado e lutar pela ampliação dos espaços de participação autônoma dos movimentos sociais, Somos MERCOSUL buscou contribuir para a valorização de uma cidadania ativa, legitimadora do processo de integração regional (Silva, Martins e Gomensoro, 2011).

Os fundamentos conceituais que norteiam a iniciativa Somos MERCOSUL são do conhecimento dos estudiosos da democracia participativa. Podem ser mencionados os seguintes aspectos:

1. **Democratização.** Compreende a incorporação de novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. Implica o reconhecimento do conflito como componente constitutivo da sociedade bem como a busca de consensos, de tal forma que interesses divergentes sejam qualificados e confrontados no embate público e direcionados para a adesão a posições hegemônicas na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas regionais dos Estados Partes;
2. **Esfera pública.** Corresponde à incorporação dos fluxos de discussões e demandas geradas nos movimentos sociais, normalmente ocorridas à margem dos sistemas oficiais – a partir de dinâmicas não-institucionais ou semi-institucionais – capazes de identificar carências sociais por meio de vivências comunitárias e direcioná-las para as instituições do bloco, de sorte a incidir nos rumos da integração;
3. **Transparência.** Pressupõe a visibilidade das decisões, a circulação de informações estratégicas e a discussão prévia e informada sobre o que está em jogo nas negociações dos Estados Partes. O Conselho Consultivo da Sociedade Civil do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e o Conselho Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo, por sua inserção institucional, contribuem para maior transparência das decisões tomadas pelo bloco;
4. **Controle social.** Corresponde à garantia de participação de representantes sociais em espaços institucionais e à qualificação de suas demandas coletivas nos fóruns oficiais, como as reuniões especializadas de juventude, mulheres, agricultura familiar, cooperativismo etc.; nas reuniões de ministros da educação, saúde, cultura, direitos humanos; assim como na participação de representantes sociais nas Cúpulas Presidenciais.

Não passou despercebido à visão que presidiu a criação de Somos MERCOSUL o fato de que o Estado ocupa posição central no processo da integração regional, discordando da ideia – amplamente difundida no último quarto de século – de que o locus privilegiado da política se encontraria fora do Estado.

Ao invés de abandonar a arena estatal às classes dominantes tradicionais, ou de virar as costas ao parlamento e aos partidos políticos, Somos MERCOSUL visou articular posições entre setores do poder executivo, do parlamento e dos movimentos sociais, nacionais e regionais, em defesa do MERCOSUL e de uma agenda positiva para a integração. Sem subestimar o caráter conflito inerente a qualquer formação social, o programa buscou a aliança entre setores progressistas de governos, órgãos do MERCOSUL favoráveis à participação social (como o Parlasul e a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL), redes sindicais e sociais regionais (como a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul) e outras entidades que atuam em favor da integração, como a Rede Mercocidades.

Somos MERCOSUL não foi criado, e não viria a transformar-se, em um programa oficial da

institucionalidade do bloco. Ainda assim, concebido como uma iniciativa de articulação entre a sociedade civil e os governos, a iniciativa deu visibilidade a uma diversidade de iniciativas e atores da sociedade civil que vinham se ocupando dos temas regionais. A decorrente ampliação da agenda e dos atores facilitou a criação das Cúpulas Sociais (CEFIR, 2011).

Antecedentes

As origens dessa inflexão de agenda do MERCOSUL em direção a uma maior permeabilidade à participação social remontam a 2003. Em 16 de outubro daquele ano, os recém eleitos Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinaram o “Consenso de Buenos Aires”, uma declaração conjunta em que os presidentes de Brasil e Argentina se comprometiam com a agenda social e produtiva do MERCOSUL e atestavam a importância da participação social no processo de integração¹³.

Logo depois, em 12 de dezembro de 2003¹⁴, foi aprovado o Programa de Trabalho do MERCOSUL 2004-2006, o qual incluía um capítulo denominado “MERCOSUL Social”. No inciso primeiro, sob o título “Participação da sociedade civil”, pode-se ler a frase “*propiciar a ampliação da participação da sociedade civil*”. No mesmo capítulo, apresenta-se o conceito “MERCOSUL cidadão”, que trabalha com os aspectos educacionais, sociais e culturais da integração regional. Desde então os governos dos países do MERCOSUL, em parceria com diversos movimentos, organizações e redes de organizações sociais com atuação na região, vêm organizando ações e eventos diversos para estimular a participação social no bloco.

Paralelamente à institucionalização da participação da sociedade civil em nível regional, se desenvolveram experiências nacionais. No Brasil, o programa MERCOSUL Social e Participativo, instituído pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio do Decreto nº 6.594, de 06 de outubro de 2008, consolidou um conjunto de ações voltadas para a ampliação da participação da sociedade civil brasileira nas discussões das políticas relativas a integração do MERCOSUL. Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, sua implantação também foi resultado do processo de acúmulo e amadurecimento coletivo proporcionado pelas experiências que vinham sendo desenvolvidas pelo programa Somos MERCOSUL e pelas Cúpulas Sociais do MERCOSUL. A Argentina conta com um espaço similar, denominado Conselho Consultivo da Sociedade Civil, que funciona desde 2003 no âmbito do Ministério das Relações Exteriores daquele país. Experiência semelhante ocorre também no Uruguai, que em 2005 iniciou um processo de debate entre governo e sociedade civil com vistas à criação de um espaço de diálogo social permanente acerca da inserção regional do país, resultando no Mecanismo de Diálogo e Consulta, criado em 2014.

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL tiveram início em Córdoba, em julho de 2006, com a realização de um evento denominado *Encontro por um MERCOSUL Produtivo e Social* que, pela primeira vez, reuniu de forma paralela à Cúpula de Chefes de Estado, governos, movimentos e organizações sociais para discutir os assuntos do bloco. A partir de dezembro de 2006, com o evento realizado em Brasília, a iniciativa assumiu a denominação de Cúpula Social do MERCOSUL. Desde então elas se realizam semestralmente, seguindo as presidências pro tempore, de modo articulado com as Cúpulas Presidenciais¹⁵.

Em várias oportunidades os presidentes participaram do evento, como ocorreu em 2010, em Foz do Iguaçu, com a presença dos presidentes Lula, do Brasil, José Mujica, do Uruguai, e Fernando Lugo do Paraguai. As Cúpulas também têm logrado incidir nos rumos da integração. Foi na Cúpula Social de Córdoba, em 2006, que se discutiu pela primeira vez a ideia de elaboração de um Plano de Ação Social para o MERCOSUL. Levada aos presidentes a proposta foi aprovada e oficialmente incorporada à agenda oficial, dando origem ao PEAS.

¹³ Parágrafo 3 do Consenso de Buenos Aires: “Convenimos en impulsar decididamente en el proceso de integración regional la participación activa de la sociedad civil, fortaleciendo los órganos existentes, así como las iniciativas que contribuyan a la complementación, la asociatividad y el diálogo amplio y plural.”

¹⁴ MERCOSUL/CMC/DEC. N° 26/03

¹⁵ As Cúpulas Sociais têm se reunido nos marcos (mesma cidade e datas aproximadas) das Cúpulas Presidenciais, na maioria das ocasiões. Mas há exceções, como Brasília 2006 e Chaco 2010, que aconteceram antes das presidenciais e em cidades diferentes. Nesses casos, uma delegação reduzida de representantes das Cúpulas Sociais pode participar do evento presidencial e entregar os resultados de seus trabalhos.

As Cúpulas Sociais se inspiram em experiências de participação social que se tem difundido no atual estágio de democratização da América do Sul. Superada a etapa da transição conservadora, nos anos oitenta, e vencida a ofensiva neoliberal, nos anos noventa, ampliaram-se as bases da participação social e da valorização da cidadania.

Do lado das organizações e movimentos sociais, a experiência do Fórum Social Mundial, iniciada em 2001, em Porto Alegre, mostrou o papel crescente dos atores não estatais na discussão da política externa e dos temas internacionais.

Grande parte dessas experiências tem em comum a ideia de governabilidade social, isto é, o entendimento de que os movimentos sociais têm um papel ativo na gestão, implementação e acompanhamento das políticas públicas (Martins, 2014).

No Brasil, a organização das Cúpulas Sociais compete à Secretaria-Geral da Presidência da República, juntamente com o Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores. No Uruguai, o Centro de Formação da Integração Regional – CEFIR – ligado ao Ministério das Relações Exteriores, é o órgão responsável pelas Cúpulas; na Argentina, o Conselho Consultivo da Sociedade Civil do Ministério das Relações Exteriores é quem exerce esse papel; no Paraguai, a incumbência é da Presidência da República e, na Venezuela, do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Movimentos Sociais.

As Cúpulas Sociais são espaços de debate político sobre os rumos da integração e de discussão e formulação de propostas de políticas públicas, dos quais participam representantes dos movimentos sociais e dos governos dos Estados Partes.

Delas também participaram, em distintos momentos, representantes de órgãos do bloco, como o Parlamento do MERCOSUL, a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, o Foro Consultivo Econômico e Social, as Reuniões de Ministros (Direitos Humanos, Desenvolvimento Social, Educação, Saúde) e as Reuniões Especializadas (como cooperativas, agricultura familiar e juventude).

Elas constituem espaços supranacionais nos quais os temas regionais têm, em geral, primazia sobre os nacionais, ensejam o controle social e a valorização de uma cidadania ativa e legitimadora do processo de integração, dão transparência ao processo decisório, conferem adensamento da esfera pública regional na definição de políticas públicas e acesso a direitos sociais, e consolidam uma cultura democrática da integração.

O traço inovador dessa experiência reside em dois aspectos principais. O primeiro se refere ao fato de que as Cúpulas Sociais são fruto de uma ação conjunta em que participam – e cooperam – governos, organizações da sociedade civil e organismos oficiais do MERCOSUL. Este formato, que poderia parecer natural, é na realidade o resultado de uma lenta mudança de cultura política que vem ocorrendo na região. Da parte dos Estados Partes, ele pressupõe maior permeabilidade dos órgãos públicos – nacionais e regionais – com relação à participação social nos processos decisórios. Da parte dos movimentos sociais, ele requer predisposição para agir nos espaços institucionais que se abrem no MERCOSUL.

O segundo aspecto diz respeito ao caráter intersetorial da iniciativa, o que também não é óbvio ou natural, dado os preconceitos recíprocos que separam os atores não estatais: o mundo das ONGs, do mundo dos partidos políticos e dos movimentos sindicais. O fato de militantes de origem tão distintas atuarem coletivamente nas Cúpulas Sociais confere representatividade, legitimidade e alcance político às proposições emanadas da sociedade civil. É necessário destacar ainda que, ao contrário do que acontecia com a ALCA, o MERCOSUL

conta com o apoio e a simpatia difusos da sociedade, sobretudo de setores organizados que tradicionalmente apostam na maior integração latino-americana. Este é um fator que estimula e facilita o desenvolvimento da participação, e deveria ser melhor aproveitado.

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL fazem parte do processo de inovação e ampliação do projeto democrático em curso em vários países da América Latina.

O reordenamento institucional do bloco, a criação de novos órgãos com competência nas áreas sociais e, sobretudo, a institucionalização das Cúpulas correspondem a uma dinâmica cujos traços essenciais são a) a ampliação da esfera pública regional; b) a indissociabilidade do crescimento econômico, do desenvolvimento social e do aprofundamento democrático; e c) a valorização da participação da sociedade civil nos espaços de decisão. Tratam-se de aspectos inovadores da prática democrática que estão na origem de experimentos com as Cúpulas Sociais e a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL.

Em 2015, as Cúpulas Sociais foram transformadas pelo CMC em um evento regular e oficial do organograma do bloco (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 10/15).

Em agosto de 2015, dezoito edições haviam sido realizadas: Córdoba e Brasília-DF (2006); Assunção e Montevidéu (2007); Tucumã e Salvador (2008), Assunção e Montevidéu (2009), Resistência/Isla del Cerrito e Foz do Iguaçu (2010); Assunção e Montevidéu (2011); Brasília-DF e Mendoza (2012), Montevidéu (2013)¹⁶; Caracas e Paraná-Entre Ríos (2014) e, finalmente, Brasília-DF, em julho de 2015.

Mais de seis mil e quinhentos participantes se incorporaram direta ou indiretamente a esta experiência.

¹⁶ Desde 2006, foram realizadas Cúpulas Sociais em todas as presidências pro tempore. Houve apenas uma em 2013 em função do alongamento da duração da primeira PPT venezuelana, entre 2012 e 2013.

4.

As cúpulas sociais do MERCOSUL e seus formatos

4.1

Córdoba 2006 - Encontro Regional por um MERCOSUL Produtivo e Social

Local: Córdoba, Argentina

Data: 19-20 de julho de 2006

Participantes: 400¹⁷

Organização: Subsecretaría de Integración Económica y MERCOSUR del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la República Argentina, Programa Somos MERCOSUL e Conselho Consultivo da Sociedade Civil (CCSC) da Argentina.

O Encontro Regional por um MERCOSUL Produtivo e Social foi a primeira atividade do MERCOSUL a reunir, de forma simultânea à cúpula presidencial do bloco, governos e representantes de sindicatos, organizações sociais, produtores rurais, universidades e micro e pequenas empresas.

A programação foi estruturada em torno de cinco mesas de trabalho: “MERCOSUL produtivo e social”, “Juventude”, “Produção, Sociedade e Tecnologia”, “Recursos Naturais” e “Governos Locais e Regiões Subnacionais”, cada uma das quais emitiu uma declaração própria no final do evento.

O Encontro deu origem não apenas à Cúpula Social, mas também a propostas que o MERCOSUL viria a acatar oficialmente, influenciando a partir de então a arquitetura institucional do bloco no tocante à agenda social: a criação do PEAS, do ISM e da Reunião Especializada de Juventude.

¹⁷ Fonte: <http://www.mrecic.gov.ar/node/31935>

4.2 Brasília 2006

Local: Brasília-DF

Data: 13-15 de dezembro de 2006

Participantes: 500¹⁸

Organização: Secretaria-Geral da Presidência da República, Somos MERCOSUL, Fórum Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, organizações sociais nacionais e regionais.

O evento de Brasília foi o primeiro a denominar-se Cúpula Social do MERCOSUL e caracterizou-se pelo envolvimento de diferentes organizações, movimentos e redes sociais no processo de organização. Em razão da postergação da data da Cúpula Presidencial, a Cúpula acabou por ocorrer antes da mesma. Em janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, durante a cúpula de presidentes, foi realizado um seminário/reunião de trabalho com a presença de algumas dezenas de participantes do evento de Brasília e uma comissão de representantes das organizações sociais entregou aos mandatários do bloco a declaração final de Brasília, inaugurando uma tradição que se repetiria na maioria das Cúpulas subsequentes.

A programação foi estruturada em torno de nove grupos de trabalho, assim divididos:

1. Agricultura familiar, reforma agrária, cooperativas, desenvolvimento local, economia solidária e segurança alimentar;
2. Gênero, raça, etnia e direitos humanos;
3. Educação, juventude, cultura, comunicação;
4. Trabalho decente, migrações, integração dos povos;
5. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável, recursos naturais e água, infraestrutura e energia;
6. Tratados de livre comércio; integração e modelos de desenvolvimento;
7. Participação cidadã e instituições do MERCOSUL;
8. Saúde;
9. Parlamento.

4.3 Assunção 2007

Local: Assunção, Paraguai

Data: 26-27 de junho de 2007

Participantes: Informação não disponível

Organização: Ministério da Relações Exteriores do Paraguai e Foro Consultivo Econômico (FCES) e Social do MERCOSUL

A II Cúpula Social acabou por resumir-se a uma reunião conjunta com o FCES, da qual participaram os Pontos Focais de Somos MERCOSUL (responsáveis dos governos nacionais pela organização das Cúpulas Sociais) e os representantes das organizações sociais convidadas pelo FCES. Nenhuma declaração foi aprovada.

4.4 Montevidéu 2007

Local: Montevidéu, Uruguai

Data: 14 de dezembro de 2007

Participantes: Informação não disponível

Organização: Ministério das Relações Exteriores, CEFIR e Somos MERCOSUL.

A IV Cúpula Social do MERCOSUL procurou ter um caráter diferente. Se considerou que a Cúpula deveria ser o resultado de um processo prévio, no qual os atores sociais regionais desenvolveriam seus programas e atividades próprios, a partir de uma visão de conjunto. Foi assim que teve lugar em Montevidéu, entre os dias 13 e 17 de dezembro, um conjunto de atividades políticas, sindicais, sociais, populares e culturais, realizadas nos marcos da reunião dos presidentes do MERCOSUL.

Na manhã do dia 14, realizou-se o *Encuentro con la Sociedad Civil, en el marco de la Presidencia Pro Tempore del Uruguay para el MERCOSUR*. Participaram da abertura o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral do Brasil, Luiz Dulci, o chanceler uruguaio Reinaldo Gargano, o pre-

¹⁸ Fonte: <http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/internacional/Mercosul-social-e-participativo/textofinal>

4.5 Tucumán 2008

Presidente da CRPM Carlos (Chacho) Alvarez, o presidente do Parlasul, Roberto Conde. A sociedade civil organizada fez um relatório da situação dos diferentes segmentos representados no encontro: sindicatos, mulheres, pequenas e médias empresas, juventude e meio ambiente, entre outros.

Local: Buenos Aires e São Miguel de Tucumán, Argentina

Data: 27-29 de junho de 2008

Participantes: 940¹⁹

Organização: Ministério das Relações Exteriores, Consejo Consultivo de la Sociedad Civil (CCSC) e Somos MERCOSUL.

A V Cúpula Social teve suas atividades divididas entre o seminário “Por um MERCOSUL Produtivo e Social”, realizado em Buenos Aires, no dia 27 de junho, e a Cúpula propriamente dita, em Tucumán, local da Cúpula Presidencial, nos dias 28 e 29.

A programação de Tucumán constou de duas oficinas (esportes e advogados) e de onze Comissões Temáticas:

1. Equidades de Género;
2. Juventude;
3. Recursos Naturais;
4. Mudanças Climáticas;
5. Soberania Alimentar;
6. Povos Originários;
7. Produção e Trabalho;
8. Educação, Ciência e Tecnologia;
9. Saúde;
10. Fundações e ONGs;
11. Moradia, Terra e Habitat Sociais;
12. Migrações Laborais.

No dia 30 de junho, novamente em Buenos Aires, uma comissão de representantes das organizações sociais e de Pontos Focais de Somos MERCOSUL entregou as conclusões das Comissões à presidenta Cristina Kirchner.

4.6 Salvador 2008

Local: Salvador, Bahia, Brasil

Data: 14-15 de dezembro de 2008

Participantes: 500²⁰

Organização: Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Somos MERCOSUL, Parlamento do MERCOSUL, Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL e Foro Consultivo Econômico e Social.

Sob o lema “Integração Produtiva e Desenvolvimento Social”, constaram da programação dez sessões especiais:

1. As mudanças climáticas e os desafios para o MERCOSUL;
2. Dimensão social do MERCOSUL;
3. Direito à Educação no MERCOSUL e América Latina: Cenários, Cooperação e Integração;
4. Soberania e segurança alimentar no MERCOSUL;
5. Agenda da integração produtiva no MERCOSUL. Pequenas e médias empresas;
6. Mídias públicas e direito à comunicação no MERCOSUL;
7. Integração sul-americana e crise financeira mundial;
8. Dez anos da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL;
9. Direito à saúde no MERCOSUL;
10. Migrações e Direitos Humanos dos Migrantes;
11. Rumo a 2009. Presidências Pro Tempore do Paraguai e do Uruguai.

¹⁹ Fonte: http://ccsc.mrecic.gov.ar/userfiles/Cumbre_Tucuman_2008Web.pdf

²⁰ Fonte: folheto institucional Cúpula Social do Mercosul, Integração Produtiva e Desenvolvimento Social

A Cúpula Social também foi palco para o lançamento de iniciativas diversas com vistas à divulgação e popularização do MERCOSUL: como o *Site Amizade Sem Fronteiras - A Turma Da Mônica No Mercosul*, a edição comemorativa dos dez anos da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e a publicação do CEFIR Reforma institucional del MERCOSUR: análise de un reto. Na manhã do dia 15 o evento hospedou o lançamento da *Campanha Por um Mercosul Livre da Fome*, coordenada pela COPROFAM (Confederação de Organizações de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL) com apoio da ONG ActionAid.

Ainda nos marcos da Cúpula Social, teve lugar a IV Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL (REJ).

No dia 16 de dezembro de 2008, um representante da IV Cúpula Social do MERCOSUL participou da XXXVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, com o objetivo de entregar aos Chefes de Estado do MERCOSUL, reunidos na Costa do Sauípe, os relatórios e declarações preparadas pelos distintos grupos que participaram da Cúpula Social.

4.7

Assunção 2009

Local: Assunção, Paraguai

Data: 22-23 de julho de 2009

Participantes: Informação não disponível

Organização: Ministério das Relações Exteriores e Somos MERCOSUL

O evento adotou o lema da presidência *pro tempore* paraguaia “Darle un Rostro Humano al Mercosur”. A programação incluiu duas atividades paralelas (Esportes e Pessoas com Deficiência) e seis oficinas:

1. Terra, Moradia e Habitat;
2. Novas Tecnologias de Informação, Inclusão Digital e Educação;
3. Economia Social e Solidária, Agricultura Familiar, Cooperativismo e Segurança Alimentar;
4. Integração Cultural;
5. Clima, Biodiversidade e Água;
6. Saúde.

No dia 24 de julho uma jovem, escolhida pelos participantes da VII Cúpula, leu uma carta, contendo as conclusões dos trabalhos realizados, para os chefes de Estado reunidos na Cúpula Presidencial do bloco.

4.8

Montevidéu 2009

Local: Montevidéu, Uruguai

Data: 7-9 de dezembro de 2009

Participantes: 200²¹

Organização: CEFIR, Ministério das Relações Exteriores, Somos MERCOSUL, Mercocidades, com o apoio de FESUR e InWent.

A VIII Cúpula Social realizou-se em duas jornadas, uma prévia e outra posterior à Cúpula Presidencial. No dia 7 de dezembro os participantes dividiram-se em quatro oficinas:

1. Agricultura Familiar;
2. Juventude;
3. Saúde e Pessoas com Deficiência;
4. Comunicação, Informação e Transparência.

A documentação resultante foi entregue dois dias depois a representantes dos governos do bloco, em uma atividade realizada também na sede do CEFIR. Segundo a descrição da programação oficial²², o Diálogo Somos MERCOSUR contaria com a participação de representantes de Redes da sociedade civil regional, Parlamento do MERCOSUL, Mercocidades,

²¹ Fonte: <http://ccsc.mrecic.gov.ar/montevidéo-2009>

²² Não foi possível levantar informações sobre quais instituições compareceram exatamente, nem a identificação exata dos participantes presentes.

4.9 Isla del Cerrito, Chaco 2010

Local: Resistencia e Isla del Cerrito, Argentina
Data: 24-26 de julho de 2010
Participantes: 1500²³
Organização: Conselho Consultivo da Sociedade Civil e Somos MERCOSUL

A Cúpula teve sua abertura marcada por um evento desportivo em memória dos atletas desaparecidos durante a ditadura argentina, realizada na cidade de Resistencia, capital do Chaco. Em seguida os participantes foram trasladados à Isla del Cerrito, localidade que foi palco de batalhas durante a Guerra da Tríplice Fronteira. Ali, nos dias 25 e 26 de julho, reuniram-se as seguintes comissões:

1. Equidade de gênero;
2. Pessoas com deficiência;
3. Esportes;
4. Saúde, Mudanças Climáticas, Terra, Moradia e Habitat e Soberania Alimentar;
5. Comunicação;
6. Pensamento Latino-Americano;
7. Juventude;
8. Voluntariado.

As conclusões foram levadas ao conhecimento do governo argentino, por meio da Ministra de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner, em seminário realizado em San Juan, local de realização da Cúpula Presidencial.

4.10 Foz do Iguaçu 2010

Local: Foz do Iguaçu, Brasil
Data: 14-16 de dezembro de 2010
Participantes: 900²⁴
Organização: Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Somos MERCOSUL, Parlamento do MERCOSUL, Foro Consultivo Econômico e Social, Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, UNILA e Programa MERCOSUL Social e Solidário.

A X Cúpula Social, convocada sob o lema “Ñandeva - Todos Nós”, foi marcada por um formato inédito e pela realização de um número maior de atividades, em comparação com as edições anteriores. A primeira inovação ficou por conta da realização de uma Conferência de Abertura, com o título *Integração, Democracia e Desenvolvimento*, da qual participaram destacados intelectuais da região, como Marilena Chauí, Aldo Ferrer, Gerardo Caetano e Emir Sader. Foram realizadas dezesseis sessões especiais e cinco reuniões de comissões:

1. Plenária da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
2. Diálogo Pela Segurança Alimentar e Nutricional no MERCOSUL
3. Perspectivas Para a Integração Sul-Americana
4. Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL
5. Encontro da Educação do MERCOSUL
6. Migrações e Direitos Humanos
7. Tecnologias Sociais na América do Sul
8. Integração dos Povos Guarani
9. Universidade e Integração Latino-Americana
10. Ações Coordenadas nas Fronteiras
11. MERCOSUL Social e Participativo - Balanço das experiências de participação social no MERCOSUL

²³ Fonte: <http://ccsc.mrecic.gov.ar/isla-del-cerrito-chaco-2010>

²⁴ Fonte: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Mercosul-ganha-Secretaria-da-Participacao-Social/6/16442>

12. Sustentabilidade na Bacia do Prata
13. Integração Produtiva: Mesa Redonda
14. Parlasul: Construindo a Integração Política E Participativa
15. Homenagem a Celso Furtado - Lançamento da Edição Comemorativa do Livro Formação Econômica do Brasil em Espanhol.
16. Diálogo Social e Integração Regional - Encontro Entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Foro Consultivo Econômico E Social
17. Comissão de Comunicação
18. Comissão Afrodescendentes
19. Comissão de Esportes
20. Comissão de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
21. Comissão de Cultura

Na noite do dia 16 de dezembro teve lugar o Encontro das Cúpulas Social e Presidencial, com a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, José Mujica e Fernando Lugo, para quem foram entregues, por representantes das organizações sociais, os resultados dos trabalhos realizados. Foi a primeira vez que os presidentes dos países do bloco foram ao espaço da Cúpula Social. Em seu discurso de encerramento, o presidente Lula antecipou a aprovação da norma que criaria a UPS.

4.11 Assunção 2011

Local: Assunção, Paraguai

Data: 28-29 de junho de 2011

Participantes: 300²⁵

Organização: Assessoria de Relações Internacionais da Presidência da República do Paraguai, Programa Somos MERCOSUL.

A programação foi estruturada em 15 diferentes mesas de trabalho, abaixo listadas, e um painel, organizado pelo ISM: “*La construcción de la Dimensión Social y el nexa con la institucionalidad del MERCOSUR*”.

1. Pessoas com deficiência
2. Saúde
3. Comunicação Social
4. Gênero e Diversidade
5. Esportes
6. Soberania Alimentar
7. Economia Social
8. Povos Originários
9. Afrodescendentes
10. Integração Energética
11. Cultura; Educação Popular e Tecnologia Social
12. Mudanças Climáticas
13. Pensamento Latino-Americano
14. Terra e Reforma Agrária
15. Tráfico de Pessoas e Migração.

O encerramento foi feito ao ar livre, no Parque Ñu Guazu, com a presença dos presidentes do Paraguai, Uruguai e Equador: Fernando Lugo, José Mujica e Rafael Correa respectivamente. Aos participantes da Cúpula Social somaram-se, ainda, os representantes da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, que se reunia em Assunção no mesmo período.

4.12 Montevidéu 2011

Local: Montevidéu

Data: 18-19 de dezembro de 2011

Participantes: 463²⁶

Organização: CEFIR e Programa Somos MERCOSUR.

²⁵ Fonte: <http://ccsc.mrecic.gov.ar/reuniones-y-eventos?page=6>

²⁶ Fonte: CEFIR

A XII Cúpula Social, realizada nos marcos das comemorações do Bicentenário uruguaio, teve um formato semelhante ao da Cúpula de Assunção que a precedeu, ou seja: oficinas temáticas, abaixo listadas, dentre elas uma atividade organizada pela CCSCS e um painel específico: “Terrorismo de Estado en el contexto de la Operación Cóndor y los procesos de verdad y justicia en el Cono Sur”.

1. Afrodescendentes
2. Comunicação
3. Direitos Humanos
4. Gênero
5. Jovens
6. Migrações
7. LGTB
8. Participação social e seguimento das Cúpulas Sociais
9. Pessoas com deficiência
10. Tecnologia Social
11. Voluntariado
12. Atividade da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

A abertura contou com a participação do então Alto Representante do MERCOSUL, Samuel Pinheiro Guimarães. Ao encerramento, por sua vez, compareceu o então chanceler uruguaio, Luis Almagro, que recebeu as conclusões dos trabalhos das jornadas prévias.

4.13

Mendoza 2012

Local: Mendoza, Argentina

Data: 27-28 de junho de 2012

Participantes: 900²⁷

Organização: Ministério das Relações Exteriores, Somos MERCOSUL, Casa Patria Grande “Presidente Nestor Carlos Kirchner”.

A Cúpula de realizou sob a comoção gerada pelo golpe de Estado no Paraguai, sobe o lema “Construindo nossa integração”. A programação inclui o trabalho em comissões, abaixo listadas, e dois painéis especiais: “*Trabajo e Inclusión en el MERCOSUR. Una integración centrada en los pueblos*” e “*Derechos humanos en el MERCOSUR. Avances y desafíos*”.

1. Pessoas com deficiência
2. Migração e refúgio
3. Afrodescendentes
4. Cultura e pensamento latino-americano
5. Gênero
6. Economia solidária e trabalho decente
7. Mudanças climáticas, ambiente e desenvolvimento
8. Comunicação
9. Povos originários
10. Usuários e consumidores
11. Diversidade sexual
12. Saúde
13. Soberania Alimentar

A abertura contou com a participação do chanceler argentino e do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil. O encerramento, por sua vez, momento de entrega das conclusões dos trabalhos da Cúpula para os representantes dos governos do bloco, foi liderado pela ministra argentina de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner.

²⁷ <http://ccsc.mrecic.gov.ar/reuniones-y-eventos?page=2>

4.14 Brasília 2012

Local: Brasília, Brasil

Data: 4-6 de dezembro de 2012

Participantes: 500 presentes e mais de 65 mil acessos à transmissão online ao longo dos quatro dias do evento²⁸

Organização: Secretaria-Geral da Presidência da República e Somos MERCOSUR.

Sob o tema central “Cidadania e Participação”, a Cúpula Social retornou à Brasília, onde foi surpreendida pela morte do arquiteto Oscar Niemeyer, referente das esquerdas latino-americanas.

A programação da XIV Cúpula consistiu de cinco partes:

1. solenidade de abertura, com lançamento do Prêmio MERCOSUR Social;
2. realização de grupos temáticos;
3. debate temático sobre “O Ano da Juventude no MERCOSUL – Construindo um novo protagonismo”;
4. Plenária Final para aprovação da declaração final e das demandas dos movimentos sociais e
5. solenidade de encerramento.

Realizaram-se cinco grupos temáticos:

1. Direitos Humanos;
2. Participação Social no MERCOSUL;
3. Tecnologias Sociais e Integração Produtiva;
4. Comunicação, Cultura e Identidade;
5. Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Regional.

A Cúpula produziu dois documentos finais: uma declaração e um documento contendo 20 propostas consensuadas, o qual foi entregue pela representante dos movimentos sociais à presidenta Dilma Rousseff durante a Cúpula Presidencial.

4.15 Montevideu 2013

Local: Montevideu, Uruguai

Data: 9-11 de julho de 2013

Participantes: 251²⁹

Organização: CEFIR, com o apoio do Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguai e do Alto Representante Geral do MERCOSUL.

Sob o lema “*Integración regional democrática. Concreciones y desafíos*”, a Cúpula incluiu o tradicional trabalho em oficinas (abaixo listadas) e cinco atividades especiais: a assembleia da CCSCS; os seminários “*Construyendo Ciudadanía en el MERCOSUR. Políticas Sociales y Laborales a escala regional*” e “*Libre Circulación de Trabajadora/es en el MERCOSUR*”; o debate público “*La Integración Regional y la Alianza del Pacífico*” - que teve lugar na sede do PIT-CNT - e, por fim, a apresentação “*La Dimensión social del MERCOSUR. Marco Conceptual*”, a cargo do Instituto Social do MERCOSUL.

1. Educação em Direitos Humanos
2. Meios e TICS
3. Desenvolvimento produtivo e inclusão social
4. Migração e Direitos Humanos
5. Tecnologias sociais orientadas ao desenvolvimento e a pessoas com deficiência
6. Educação e Cultura
7. Avaliação e seguimento das Cúpulas Sociais
8. Igualdade e não discriminação

Foi a primeira vez que uma Cúpula Social realizada no Uruguai aprovou uma declaração unificada. Logo depois, uma comissão de representantes das organizações sociais da Cúpula Social participou da Cúpula dos presidentes, lendo os resultados.

²⁸ <http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/internacional/Mercosul-social-e-participativo/textofinal>

²⁹ Fonte: CEFIR

4.16 Caracas 2014

Local: Caracas, Venezuela

Data: 27-31 de janeiro de 2014

Participantes: 140³⁰

Organização: Ministerio del Poder Popular para las Comunas y los Movimientos Sociales e Somos MERCOSUL.

Sob o lema “*Articulando luchas, construyendo resistencias*”, ocorreu em Caracas a primeira Cúpula Social a ser realizada em um país não fundador do MERCOSUL. A Cúpula ficou marcada, ainda, pela opção por um novo formato. Diferentemente dos grupos temáticos e seminários tradicionais, foram realizadas quatro mesas de trabalho com temas abrangentes propostos pela Presidência Pro Tempore venezuelana. O resultado final foram as conclusões de cada uma dessas mesas:

Mesa 1. Importancia Geopolítica del proceso Revolucionario Bolivariano de Venezuela para la región. Estrategias de solidaridad continental y hemisférica.

Mesa 2. Acumulado de Luchas y Evidencias Anticapitalistas Nuestramericanas. Historia y Mapa de la Resistencia.

Mesa 3. Cultura y Pensamiento propio Nostroamericano.

Mesa 4. Guerra Económica del Fascismo contra de los pueblos de la región.

4.17 Paraná 2014

Local: Paraná, Entre Ríos, Argentina

Data: 11-12 de dezembro de 2014

Participantes: Informação não disponível.

Organização: Representação Especial para a Integração y la Participación Social/Ministério das Relações Exteriores e Casa Patria Grande “Presidente Néstor C. Kirchner”.

Sob o lema “*Más participación social para profundizar la integración*”, ocorreu na cidade de Paraná a XVII Cúpula Social. Em comparação com as demais Cúpulas realizadas na Argentina depois de Córdoba, houve um menor número de Comissões:

1. Direitos Humanos
2. Participação Social
3. Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar
4. Comunicação Social e Novas Tecnologias da Informação
5. Gênero
6. Pessoas com deficiência

Também foi a primeira vez que uma Cúpula na Argentina aprovou uma declaração conjunta, a qual foi redigida por uma comissão eleita pelos participantes do evento.

4.18 Brasília 2015

Local: Brasília-DF

Data: 14-16 de julho de 2015

Participantes: 749³¹

Organização: Secretaria-Geral da Presidência da República

Diferentemente de outras edições, a construção da programação da última Cúpula Social foi de responsabilidade pelas organizações e movimentos sociais participantes do Programa Brasileiro do Mercosul Social e Participativo.

A programação foi dividida em três eixos: Mais Integração, Mais Direitos e Mais Participação, cada um dos quais albergou três distintos painéis. Também foram realizadas duas sessões complementares: “Articulação e coordenação dos países do MERCOSUL na agenda pós-

³⁰ Fonte: <http://ccsc.mrecic.gov.ar/cumbre-social-del-mercosur-en-venezuela>

³¹ Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil

2015” e “A integração fronteiriça”.

Na sessão de abertura a ministra da Promoção da Igualdade Racial do Brasil, Nilma Gomes, informou da decisão do MERCOSUL de criar a Reunião Especializada sobre Direitos dos Afrodescendente^{32s}, antiga reivindicação da Cúpula Social.

32 MERCOSUL/CMC/DEC. N° 09/15: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6266/2/innova.front/2015>

5. Participantes

O levantamento dos/as participantes individuais, bem como das organizações e movimentos sociais e dos órgãos de governo por eles/as representados mostrou-se uma das tarefas mais árduas para a realização do presente estudo, em função da indisponibilidade de cópias de listas de presença assinadas - únicos documentos capazes de retratar de forma fidedigna as informações desejadas.

Na ausência destes documentos foram utilizados uma série de fontes parciais, como os registros de delegações nacionais mantidas pelo governo argentino e as listas de participantes financiados pela Secretaria-Geral da Presidência (Brasil) e pela UPS. Foi de particular utilidade os bancos de dados sobre participantes mantidos pelo CEFIR, Ponto Focal uruguaio de Somos MERCOSUL, registrando os representantes financiados pela instituição de 2006 a 2012 e a totalidade dos participantes acreditados para as Cúpulas realizadas em Montevideu em 2007, 2009 e 2013. Os Pontos Focais da Venezuela e do Brasil também forneceram as listas finais de inscritos dos eventos de Caracas 2014 e Brasília 2015. Como resultado, estas cinco edições são as únicas que aparecem no estudo com informações de participantes próximas ao que de fato se tratou. Nem mesmo elas, no entanto, podem ser consideradas como exatas, já que nem a mera inscrição individual, nem mesmo a emissão de passagens aéreas, significam necessariamente um comparecimento real.

Desse modo, as listas de participantes reconstruídas pelo presente estudo não podem ser tomadas como registro quantitativo. O esforço serviu, no entanto, para identificar e deixar registrado o *tipo* ou o *perfil geral*, se não do público exato, pelo menos das organizações que se tem feito presente nas Cúpulas Sociais.

A partir dessa abordagem foi possível mapear a participação de 2.801 representantes de dezesseis das dezoito edições do evento (as exceções são Assunção 2007 e Montevideu 2007), com a seguinte distribuição por país³³:

Argentina:	415	Colômbia:	5	Peru:	16
Bolívia:	11	Equador:	6	Uruguai:	702
Brasil:	498	Espanha:	6	Venezuela:	319
Chile:	19	Itália:	1	Sem informação:	14
China:	1	Paraguai:	214		

³³ A distribuição não inclui os 749 participantes da 18ª Cúpula, realizada em julho de 2015 em Brasília, pois a informação não constava da lista de inscrições fornecida pelos organizadores.

Os números acima refletem as limitações das fontes utilizadas. O Uruguai aparece com o maior número em função do CEFIR ter sido o único organismo a manter listas exatas de participantes nacionais até 2014. Os números da Venezuela estão proporcionalmente altos porque a contagem inclui a Cúpula de Caracas, realizada em 2014.

O caminho adotado para tentar uma aproximação do número total de participantes das dezoito edições da Cúpula foi diferente. Uma vez que algumas das Cúpulas contam com informações extremamente incompletas de inscritos/participantes, usá-las como fonte única seria improdutivo. A alternativa foi consultar, em muitos dos casos, a cobertura da imprensa sobre os eventos (especialmente a assessoria de Comunicação do CCCS do Ministério das Relações Exteriores argentino). Em alguns casos, as fontes utilizadas foram publicações institucionais produzidas pelos governos com os resultados de algumas das edições. Já nos casos de Montevideu 2009, 2011 e 2013, Caracas 2014 e Brasília 2015, os números usados são os das listas finais de inscritos fornecidas pelos Pontos Focais dos três países. Na seção N° 4 deste estudo são apresentados, nas fichas individuais sobre as dezoito Cúpulas, o público estimado, com base nessa pesquisa, para cada um dos eventos, acompanhado das fontes consultadas caso a caso.

Dessa forma, foi possível estimar uma participação total de cerca de seis mil e quinhentos participantes nas dezoito Cúpulas Sociais realizadas³⁴.

³⁴ Não foi possível conseguir informações suficientes para incluir Assunção 2007, Assunção 2009 e Paraná 2014, ausentes, portanto, desta estimativa.

6. Organizações

Este estudo buscou mapear, com base nas informações disponíveis, as organizações e movimentos sociais que participaram das dezoito Cúpulas Sociais realizadas até o momento. Este levantamento não levou em conta, portanto, os órgãos governamentais e do MERCOSUL que estiveram presentes nos eventos. Em apenas três casos (Brasília 2006, Salvador 2008 e Montevideu 2013), os Pontos Focais publicaram listas completas de organizações participantes, as quais foram utilizadas nesta pesquisa. Nos demais casos as organizações foram levantadas, quando mencionadas, dos levantamentos feitos em cima das listas de participantes individuais.

Como se pode observar, além de organizações sociais dos cinco Estados Partes, participaram das Cúpulas Sociais representantes de organizações de todos os Estados Associados (Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru). Com exceção da Guiana e do Suriname, todos os países que também integram a UNASUL estiveram representados nas Cúpulas Sociais MERCOSUL. Isto mostra o potencial de irradiação da experiência, sobretudo quando se considera que a União de Nações Sul-Americanas ainda não possui uma iniciativa similar, embora a participação social esteja prevista em seu Tratado Constitutivo.

A categorização das organizações por setor seguiu a classificação utilizada por Martins no texto “MERCOSUL: a Dimensão Social e Participativa da Integração Regional”, publicado pelo Ipea em 2014³⁵. Nos casos em que surgiram dúvidas, foram buscadas informações complementares que possibilitassem a classificação por meio de checagem junto às páginas de Internet mantidas pelas organizações. As entidades que não puderam ser rastreadas foram eliminadas da lista.

É importante assinalar que, ao lado de representantes de organizações tradicionais – como é o caso de sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, movimentos indígenas e camponeses, pastorais sociais e comunidades eclesiais de base – estão representados movimentos sociais que emergiram de mobilizações recentes contra a globalização neoliberal, como é o caso da Marcha Mundial de Mulheres, da Campanha Mundial pelo Direito à Educação e do grupo Attac. É expressiva a presença de organizações regionais e sub-regionais, como a Aliança Social Continental, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, a Confederação de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL e a Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção ao Desenvolvimento. Dentre os setores representados, é particularmente expressiva a participação de organizações ligadas a educação, cultura, cidadania, desenvolvimento, direitos humanos, juventude, agricultura familiar e ao movimento sindical.

³⁵ Por sua vez uma revisão dos critérios utilizados por Silva, Martins e Gomensoro no artigo *MERCOSUR Social e Participativo: a ampliação da esfera pública regional*, publicado pelo CEFIR em 2010, por ocasião dos 20 anos do MERCOSUL.

Também se observa que as organizações possuem abrangência territorial muito distinta. Há várias redes regionais, que articulam representantes dos Estados Partes e Associados. Há organizações nacionais, estaduais ou municipais, que trabalham temas específicos (direitos humanos e meio ambiente) e há organizações locais, às vezes por bairro, como pontos de cultura e associações de educação popular. Isto é fundamental, pois a regionalização das políticas discutidas pelo MERCOSUL deve alcançar a comunidade local, e as organizações sociais nos territórios que se pretendem alcançar têm um papel fundamental para que a política social do bloco alcance a comunidade local.

Quanto à continuidade da participação das organizações nas Cúpulas Sociais, sobressai a frequência da participação de redes regionais. Dentre as organizações que participaram de cinco ou mais Cúpulas, das nove que foram consideradas na sistematização, encontram-se o Programa MERCOSUL Social e Solidário – PMSS (presente em sete Cúpulas), a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS (seis Cúpulas) e a Associação Latino-Americana da Pequena e Média Empresa – ALAMPYME (seis Cúpulas).

A continuidade da participação das entidades sindicais, de modo geral, também é destacada: além da presença da CCSCS, em seis edições, contam-se seis participações do PIT-CNT (Uruguai) e cinco da CUT-Brasil. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, organização sindical rural dedicada ao tema da agricultura familiar, também contabiliza cinco participações.

Ressaltam, ainda, as seis participações da organização uruguaia *Idas y Vueltas*, dedicada ao tema das migrações; as cinco participações do também uruguaio *Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR* e, por fim, cinco participações da seção brasileira da Federação Democrática Internacional de Mulheres – FDIM³⁶.

A maior parte das organizações listadas, entretanto, participaram de apenas uma edição da Cúpula Social. Estas são, em sua maioria, organizações nacionais que assistem a Cúpulas que acontecem apenas em seu próprio país. Assim, é nítida a preponderância de organizações brasileiras em Salvador 2007, de uruguaias em Montevideu 2013 e de venezuelanas em Caracas 2014.

Há que se fazer um esclarecimento sobre o caso da Argentina que, em todas as edições das Cúpulas, contou com a participação de organizações envolvidas com o *Consejo Consultivo de la Sociedad Civil - CCSC*, órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Na maior parte dos documentos consultados para montar a lista de organizações apresentada neste estudo, as inscrições argentinas se dão apenas em nome das comissões do CCSC, e não da organização à qual o participante pertence. O CCSC não foi contabilizado como organização social por tratar-se de espaço consultivo mantido pelo governo. Em termos de participação nas Cúpulas, é a única entidade que esteve presente nas nove edições consideradas pela pesquisa.

A sistematização das informações referentes a Córdoba 2006, Brasília 2006, Tucumã 2008, Salvador 2008, Assunção 2009, Chaco 2010, Mendoza 2014, Montevideu 2013 e Caracas 2014 revelou a participação de 341 organizações, distribuídas por país conforme o quadro abaixo:

Quadro I: Distribuição das Organizações Parti- cipantes por País

Argentina	38	Estados unidos	1
Bolívia	3	Paraguai	39
Brasil	111	Peru	6
Chile	6	Uruguai	63
Colômbia	1	Venezuela	52
Equador	3	Regional	16
Espanha	2	TOTAL	341

³⁶ No caso do Brasil, tanto as redes regionais (Alampyme, Programa MERCOSUL Social e Solidário, CCSCS, FDIM), quanto as organizações nacionais (CUT e CONTAG) participam do Programa Brasileiro do MERCOSUL Social e Participativo.

Ademais, foram registadas dezesseis organizações e redes regionais de organizações e movimentos sociais:

1. Aliança Social Continental
2. Associação Latino-Americana de Pequenas e Médias Empresas (ALAMPYME)
3. Associação de Educadores da América Latina e Caribe (AELAC)
4. Asociación Latinoamericana de Instituciones de Garantías (ALIGA)
5. Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP)
6. Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação
7. Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Américas (CSA)
8. Congreso Judío Latinoamericano (CJL)
9. Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL)
10. Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS)
11. Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM)
12. Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO)
13. Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes
14. Programa MERCOSUR Social e Solidário
15. Red Mercosur/Red Sudamericana de Economía Aplicada
16. Via Campesina

Quadro 2.

Lista geral de organizações participantes das Cúpulas Sociais de I-Córdoba 2006, II-Brasília 2006, V-Tucumã 2008, VI-Salvador 2008, VII-Assunção 2009, IX-Chaco 2010, XIII-Mendoza 2012, XV-Montevideo 2013 e XVI-Caracas 2014, por país e setor

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
1	Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (Acción Ciudadana contra el Hambre, la Miseria y por la Vida)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
2	Ação Educativa (Acción Educativa)	Brasil	Educação	II
3	Acción Chile	Chile	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
4	AFL-CIO	Estados Unidos	Sindical	XV
5	Aliança Estratégica Afrolatina (Alianza Estratégica Afrolatina)	Brasil	Igualdade Racial	II, XVI
6	Alianza Social Continental (ASC)	Regional	Integração, Comércio e Desenvolvimento	II, V, VI
7	Amigos de la Tierra	Uruguai	Meio Ambiente	II
8	La Araña Feminista	Venezuela	Gênero	XV
9	ÁREARURAL	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	V
10	Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) (Articulación de Mujeres Brasileñas)	Brasil	Gênero	II
11	Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (Articulación de ONG de Mujeres Negras Brasileñas)	Brasil	Gênero	II
12	Articulación Feminista MARCOSUR	Uruguai	Gênero	II, VI
13	Asociación de Agricultores del Alto Paraná (Asagrapa)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	IX
14	Asociación Civil Divas de Venezuela	Venezuela	Gênero	XVI
15	Asociación civil Grupo de La Esperanza	Uruguai	Pessoas com Deficiência	XV
16	Asociación Cultural y Casa de los Inmigrantes César Vallejo (ACCICEV)	Uruguai	Cultura	XV
17	Asociación Civil Red Ambiental	Argentina	Meio Ambiente	II
18	Asociación Comercial e Industrial de Rivera (ACIR)	Uruguai	Associação Empresarial	XV
19	Asociación de Colonos de Uruguai	Uruguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI, XV
20	Asociación de Desarrollo Económico y Cultural	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	
21	Asociación de Indígenas del Paraguai	Paraguai	Povos indígenas e Originários	XV
22	Asociación de Mujeres Rurales de Uruguai (AMRU)	Uruguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
23	Asociación de ONGs del Paraguai (Pojoaju)	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II, V, VI
24	Asociación Nacional de Medios Comunitarios Libres y Alternativos (ANMCLA)	Venezuela	Comunicação	XV
25	Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo de Uruguay (Anong)	Uruguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	I, II, VI, XIII
26	Asociación Nacional de Redes y Organizaciones Sociales (Anros)	Venezuela	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	XVI
27	Asociación de Organizaciones Juveniles Comunitarias de Curuguaty	Paraguai	Juventude	XV
28	Asociación de Profesionales para el Estudio Social Integral (Apepsi)	Uruguai	Sindical	XV
29	Asociación Latinoamericana de Hidrología Subterránea para el Desarrollo (ALHSUD)	Uruguai	Academia e Pesquisa	XV
30	Asociación Latinoamericana de Instituciones de Garantía (Aliga)	Regional	Micro, Pequenas e Médias Empresas	VI
31	Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa (Anmype)	Uruguai	Micro, Pequenas e Médias Empresas	VI, XV
32	Asociación Todos Unidos Enfermedades Raras Uruguay (Atueru)	Uruguai	Saúde	XV
33	Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) (Asociación Brasileña de las Emisoras Públicas, Educativas y Culturales)	Brasil	Comunicação	II
34	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives) (Asociación Brasileña de Empresarios por la Ciudadanía)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	V, VI II
35	Associação Brasileira de Festivais Independentes (Abrafin) (Asociación Brasileña de Festivales Independientes)	Brasil	Cultura	V, VI, XV
36	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) (Asociación Brasileña de Lesbianas, Gais, Bissexuales, Travestis y Transexuales)	Brasil	Direitos Sexuais	II
37	Associação Brasileira de ONGs (Abong) (Asociación Brasileña de ONG)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VII
38	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) (Asociación Brasileña Interdisciplinaria de AIDS)	Brasil	Saúde	II
39	Asociación de Educadores de Latinoamérica y del Caribe (Aelac)	Regional	Educação	XIII
40	Asociación de Inmigrantes Chilenos Chile Lindo	Brasil	Direitos dos Migrantes	VI
41	Associação de Juventude pelo resgate a Cultura e Cidadania (Ajurcc) (Asociación de Juventud por el Rescate de la Cultura y de la Ciudadanía)	Brasil	Juventude	II
42	Associação dos Estudantes Indígenas (Asociación de los Estudiantes Indígenas)	Brasil	Povos indígenas e originários	II, VI
43	Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo (ALOP)	Regional	Integração, Comércio e Desenvolvimento	I, II, V, VI,
44	Asociación Latinoamericana de la Micro, Pequeña y Mediana Empresa (Alampyme)	Regional	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XV, XVI
45	Attac Brasil	Brasil	Integração, Comércio e Desenvolvimento	II
46	Axial Naturaleza & Cultura	Paraguai	Meio Ambiente	XV
47	Barrio TV	Venezuela	Comunicação	XV
48	Cámara Argentina de Proveedores de la Industria Petro-Energética (Capipe)	Argentina	Associação Empresarial	VI
49	Campaña Global contra el Hambre y la Pobreza	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
50	Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación	Regional	Educação	II
51	Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha Nacional por el Derecho a la Educación)	Brasil	Educação	II,VI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
52	Casa de Apoio Olhando para Frente (Casa de Apoyo Mirando hacia Adelante)	Brasil	Informação Indisponível	VI
53	Central Bolivariana Socialista de Trabajadores y Trabajadoras (CBST)	Venezuela	Sindical	XV
54	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) (Central de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios)	Brasil	Cooperativas e Economia Solidária	VI, VII
55	Central de Integración de las Organizaciones Económicas Campesinas	Bolívia	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI
56	Central de los Trabajadores de la Argentina (CTA)	Argentina	Sindical	I, VI, XV
57	Central General de Trabajadores del Paraguai (CGT)	Paraguai	Sindical	VI
58	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) (Central General de los Trabajadores de Brasil)	Brasil	Sindical	VI, XV
59	Central Nacional de Trabajadores (CNT)	Paraguai	Sindical	XV, XVI
60	Central Obrera Boliviana (COB)	Bolívia	Sindical	VI
61	Central Única das Favelas (CUFA) (Central Única de Barrios Marginados)	Brasil	Cultura	VII
62	Central Unitaria de Trabajadores de Chile (CUTCH)	Chile	Sindical	XV
63	Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Central Única de los Trabajadores)	Brasil	Sindical	I, II, VI, XII, XV
64	Central Unitaria de Trabajadores (CUT)	Paraguai	Sindical	II
65	Central Unitaria de Trabajadores Auténtica (CUT-A)	Paraguai	Sindical	VI, XV
66	Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela (CUTV)	Venezuela	Sindical	II
67	Centro Artiguista por los Derechos Económicos, Sociales y Culturales (Cadesyc)	Uruguai	Academia e Pesquisa	XIII, XV
68	Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) (Centro Brasileño de Solidaridad con los Pueblos y Lucha por la Paz)	Brasil	Relações Internacionais, Geopolítica e Hegemonia	V, VI
69	Centro Comercial e Industrial de Santa Lucía	Uruguai	Associação Empresarial	XV
70	Centro Cooperativista Uruguaio (CCU)	Uruguai	Cooperativas e Economia Solidária	XV
71	Centro de Ação Cultural (Centrac) (Centro de Acción Cultural)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	V
72	Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) (Centro de Apoyo y Pastoral al Migrante)	Brasil	Direitos dos Migrantes	XV
73	Centro de Artesanos y Pequeñas Industrias de la Ciudad de Itá (Capici)	Paraguai	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XV
74	Centro de Atención Técnico Especializado (CATE)	Uruguai	Pessoas com Deficiência	XV
75	Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)	Brasil	Cultura	II, VI
76	Centro de Derechos Humanos e Ciudadania do Imigrante (CDHIC) (Centro de Derechos Humanos y Ciudadanía del Inmigrante)	Brasil	Direitos dos Migrantes	XIII, XV, XVI
77	Centro da Educação e Documentação para a Ação Comunitária Cedac-Rio (Centro de Educación y Documentación para la Acción Comunitaria)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
78	Centro de Estudios del Sur (Cedesur)	Argentina	Academia e Pesquisa	VI
79	Centro de Estudos Estratégicos Sul-americanos (Centro de Estudios Estratégicos Sudamericanos)	Brasil	Academia e Pesquisa	II
80	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) (Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
81	Centro de Industriales Panaderos del Uruguai (CIPU) - Cámara Nacional de la Alimentación (CNA)	Uruguai	Associação Empresarial	XV
82	Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo (Ciedur)	Uruguai	Academia e Pesquisa	XV
83	Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o	Brasil	Academia e Pesquisa	VI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
	Desenvolvimento (Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para el Desarrollo)			
84	Centro Nacional de Rehabilitación Psíquica Dr. Alberto Martínez Visca	Uruguai	Saúde	XV
85	Centro Talleres Mecánicos de Automóviles (CTMA)	Uruguai	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XV
86	Centro Uruguayo de Tecnologías Apropriadas (Ceuta)	Uruguai	Inovação e Tecnologia	VII
87	Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) (Centro Feminista de Estudios y Asesoría)	Brasil	Gênero	II
88	Corporación para la Investigación Socioeconómica y Tecnológica de Colombia (Cinset)	Colômbia	Inovação e Tecnologia	VI
89	Colectivo Alianza Sexo-Género Diversa Revolucionaria (ASGDR)	Venezuela	Direitos Sexuais	XV, XVI
90	Colectivo Ovejas Negras	Uruguai	Direitos Sexuais	XV
91	Colectivo Radiofónico Petare	Venezuela	Comunicação	XV
92	Colectivo Rebeldía	Peru	Gênero	VI
93	Colectivo Social Surco	Venezuela	Partido ou Associação Política	XVI
94	Colectivo Tinta Violeta	Venezuela	Gênero	XVI
95	Comissão Brasileira Justiça e Paz (Comisión Brasileña Justicia y Paz)	Brasil	Direitos Humanos	II
96	Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (Comisión Nacional de los Puntos de Cultura)	Brasil	Cultura	VI
97	Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR)	Uruguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II, VI, IX
98	Comité Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (Comité Brasileño de Derechos Humanos y Política Externa)	Brasil	Direitos Humanos	II, XV
99	Comité de Defensa del Patrimonio Nacional de Bolívia	Bolívia	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	XVI
100	Comité para la Soberanía Alimentaria de América Latina y el Caribe	Chile	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI
101	Conciencia Sin Barreras	Argentina	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II
102	Conectas Direitos Humanos (Conectas Derechos Humanos)	Brasil	Direitos Humanos	II, VI
103	Confederação de Mulheres do Brasil (CMB) (Confederación de Mujeres de Brasil)	Brasil	Gênero	VI, XV
104	Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) (Confederación General de los Trabajadores)	Brasil	Sindical	II
105	Confederación Nacional de los Trabajadores en la Agricultura (Contag)	Brasil	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	I, II, VI, VII, XV
106	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación)	Brasil	Sindical	II
107	Confederación Campesina del Peru (CCP)	Peru	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI
108	Confederación Nacional Sindical Campesina e Indígena de Chile Nehuen	Chile	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II
109	Confederación de Trabajadores del Ecuador (CTE)	Equador	Sindical	VI
110	Confederación Empresarial del Uruguay (CEDU)	Uruguai	Associação Empresarial	XV
111	Confederación General de la Industria (CGI)	Argentina	Associação Empresarial	VI
112	Confederación General de Profesionales de la República Argentina (CGPRA)	Argentina	Sindical	II
113	Confederación General de Trabajadores del Peru (CGTP)	Peru	Sindical	VI
114	Confederación General del Trabajo (CGT)	Argentina	Sindical	I, VI, XV
115	Confederación General Económica de la República Argentina (CGE)	Argentina	Associação Empresarial	VI
116	Confederación Latinoamericana y del Caribe de Asociaciones de Profesionales Universitarios (Clapu)	Argentina	Sindical	VI
117	Confederación Sindical de Trabajadores/as de las Amé-	Regional	Sindical	V, XV

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
	ricas (CSA)			
118	Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas (Cudecoop)	Uruguai	Cooperativas e Economia Solidária	IX, XV
119	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Conferencia Nacional de Obispos de Brasil)	Brasil	Organizações Religiosas	II
120	Congreso Judío Latinoamericano (CJL)	Regional	Organizações Religiosas	XV
121	Consejo Comunal Isorpin (Dto. Capotal)	Venezuela	Associação Comunitária/de Bairro/Comunal	XVI
122	Consejo de Organizaciones Sociales y Populares	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	XV
123	Consejo Nacional para la Defensa del Derecho Humano a la Salud	Venezuela	Saúde	XVI
124	Conselho de Consulta da Comunidade Peruana (Consejo de Consulta de la Comunidad Peruana)	Brasil	Direitos dos Migrantes	XIII
125	Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal)	Regional	Educação	II
126	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) (Consejo Nacional de Iglesias Cristianas)	Brasil	Organizações Religiosas	II
127	Consenso Uruguayo por la Paz Palestino-Israelí	Uruguai	Relações Internacionais, Geopolítica e Hegemonia	XV
128	Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) (Coordinación Nacional de Entidades Negras)	Brasil	Igualdade Racial	II, VI
129	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) (Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Amazonia Brasileña)	Brasil	Povos Indígenas e Originários	II
130	Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS)	Regional	Sindical	I, II, V, VI, IX, XV
131	Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del MERCOSUR (Coprofam)	Regional	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	I, II, VI
132	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Conamuri)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	IX
133	Coordinadora por el Retiro de las Tropas de Haití (CRTH)	Uruguai	Relações Internacionais, Geopolítica e Hegemonia	XV
134	Corriente Nacional Descamisados	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
135	Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora (CRBZ)	Venezuela	Partido ou Associação Política	XV
136	Cotidiano Mujer	Uruguai	Gênero	XV
137	Decidamos	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI, IX
138	Global Infancia. CDIA. Derechos de la Infancia y la Adolescencia.	Paraguai	Infância e Adolescência	VI
139	Equador AB	Equador	Informação Indisponível	XVI
140	Educafro	Brasil	Educação	II
141	El Abrojo	Uruguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	VI
142	Encuentro Latinoamericano por la Soberanía y la Integración	Argentina	Integração, Comércio e Desenvolvimento	II
143	Escuela de Gente. Comunicación em Inclusão. (Escuela de Gente. Comunicación en Inclusión)	Brasil	Pessoas com Deficiência	II, VI
144	Espacio Participativo de Usuarios de la Salud	Uruguai	Saúde	IX
145	Estación A	Paraguai	Cultura	XV
146	Fábrica do Futuro, Cataguases, Minas Gerais	Brasil	Cultura	II
147	Fase	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II
148	Fe y Alegría	Paraguai	Educação	VI
149	Federación de Cámaras y Centros Comerciales de la República Argentina (Fedecámaras)	Argentina	Micro, Pequenas e Médias Empresas	I, VI
150	Federación de Industriales, Pequeños, Medianos y Artesanos de Venezuela (Fedeindustria)	Venezuela	Micro, Pequenas e Médias Empresas	II, VI
151	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS) (Foro Brasileño de ONG y Movimientos Sociales para el Me-	Brasil	Meio Ambiente	II, VI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
	dio Ambiente y el Desarrollo)			
152	Federação das Associações de Pequenas e Micro Empresas do Estado do Rio Grande do Sul (Federación de Asociaciones de Pequeñas y Micro Empresas del Estado de Río Grande del Sur)	Brasil	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XIII
153	Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) (Federación Democrática Internacional de Mujeres)	Brasil	Gênero	V, VI, VII, XV, XVI
154	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf) (Federación Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de la Agricultura Familiar de Brasil)	Brasil	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II, XV
155	Federación Agraria Argentina (FAA) Federación Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes	Argentina	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	I, II
156	Universitarios de Tinaquillo	Venezuela	Educação	II
157	Federación Bolivariana de Jóvenes (FBJ)	Venezuela	Juventude	XVI
158	Federación de Escuelas Agropecuarias y Centros de Capacitación Agrícola del Paraguay (Fecapp)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
159	Federación de Estudiantes Universitarios de Uruguay (FEUU)	Uruguai	Educação	IX
160	Federación de Sindicatos de Trabajadores Municipales de Santa Fe (Festram)	Argentina	Sindical	XVI
161	Federación Nacional de Sexo Diversidad de Venezuela	Venezuela	Direitos Sexuais	XVI
162	Federación de Instituciones de la Discapacidad del Uruguay (Fedisur)	Uruguai	Pessoas com Deficiência	XIII
163	Feministas en Acción	Argentina	Gênero	II
164	Força Sindical (Fuerza Sindical)	Brasil	Sindical	II, VI
165	Foro Nacional de la Agricultura Familiar de Argentina	Argentina	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II
166	Foro MERCOSUR Latinoamericano del Deporte, la Educación Física y la Recreación	Argentina	Esportes e Educação Física	VI
167	Foro Social Mundial/Argentina	Argentina	Cidadania, Participação Social e Desenvolvimento	II
168	Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Foro Brasileño de Economía Solidaria)	Brasil	Cooperativas e Economia Solidária	II, V, VI, XV
169	Fórum Cultural Mundial	Brasil	Cultura	II
170	Fórum Mundial de Educação (Foro Mundial de Educación)	Brasil	Educação	II
171	Fórum Municipal em Defesa da Cidadania (Foro Municipal en Defensa de la Ciudadanía)	Brasil	Cidadania, Participação Social e Desenvolvimento	VI
172	Foro Universitario del MERCOSUR (FoMerco)	Regional	Academia e Pesquisa	II, VI
173	Frente Bicentenario de Mujeres 200	Venezuela	Gênero	XVI
174	Frente Cultural de Izquierda (FCI)	Venezuela	Cultura	XVI
175	Frente de Educadores Socialistas Samuel Robinson	Venezuela	Educação	XVI
176	Frente Francisco de Miranda (FFM)	Venezuela	Partido ou Associação Política	XVI
177	Frente Socialista Peruano Venezolano	Peru	Partido ou Associação Política	XVI
178	Frente Transversal Nacional y Popular (FTNyP)	Argentina	Partido ou Associação Política	XVI
179	Fundação Abrinq (Fundación Abrinq)	Brasil	Infância e Adolescência	VI
180	Fundación Casa de la Juventud	Paraguai	Juventude	IX
181	Fundación Entre Soles y Lunas	Uruguai	Direitos dos Migrantes	XIII, XV
182	Asociación Cultural Manduará	Paraguai	Informação Indisponível	IX
183	Fundación SES (Sustentabilidad, Educación y Solidaridad con Todos los Jóvenes)	Argentina	Juventude	VI
184	Fundasol	Uruguai	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XV
185	Gente Ambiente y Territorio (GAT)	Paraguai	Meio Ambiente	VI
186	Género con Clase	Venezuela	Gênero	XVI
187	Geo Juvenil MERCOSUR	Argentina	Meio Ambiente	VI, VII

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
188	Geo Juvenil para América Latina y el Caribe	Argentina	Meio Ambiente	II
189	Grupo CRIA (Centro de Referência Integral de Adolescentes), Bahía	Brasil	Cultura	II
190	Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) (Grupo de Trabalho Amazônico)	Brasil	Meio Ambiente	II
191	Idas y Vueltas (integrante de la Red Diáspora)	Uruguai	Direitos dos Migrantes	II, VI, IX, XIII, XV, XVI
192	Iniciativas para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional (Incidir)	Argentina	Integração, Comércio e Desenvolvimento	XV
193	InfoART	Uruguai	Cultura	XIII, XV
194	Iniciativa MERCOSUR (Grupo de Trabajo de la Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo [PIDHDD])	Uruguai	Direitos Humanos	II
195	Instituto para o Desenvolvimento de Cooperação e Relações Internacionais (Idecri) (Instituto de Desarrollo y Cooperación en Relaciones Internacionales)	Brasil	Integração, Comércio e Desenvolvimento	V
196	Intergremial de Productores de Leche (IPL)	Uruguai	Associação Empresarial	VI
197	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) (Instituto Brasileño de Análisis Sociales y Económicos)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II, VI
198	Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) (Instituto de Desarrollo y Derechos Humanos)	Brasil	Direitos Humanos	XIII
199	Instituto de Estudios Socioeconómicos (Inesc) (Instituto de Estudios Socioeconómicos)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II, VI, VII
200	Instituto de Promoción Económico Social del Uruguay (IPRU)	Uruguai	Cooperativas e Economia Solidária	XV
201	Instituto Equit. Género, Economía y Ciudadanía Global (Instituto Equit. Género, Economía y Ciudadanía Global)	Brasil	Gênero	II
202	Instituto Observatório Social (IOS) (Instituto Observatorio Social)	Brasil	Sindical	II
203	Instituto Paulo Freire (IPF)	Brasil	Educação	II, V, VI
204	Instituto Pólis	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II, VI
205	Instituto Solidariedade Brasil (ISB) (Instituto Solidaridad de Brasil)	Brasil	Informação Indisponível	II
206	Instituto Terceiro Setor (Instituto Tercer Setor)	Brasil	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II
207	Instituto Terra Azul	Brasil	Meio Ambiente	II, VI, VII
208	Junto a Cristina Siempre	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
209	Kizomba	Brasil	Partido ou Associação Política	IX
210	Kolina - Corriente de Liberación Nacional	Argentina	Partido ou Associação Política	XV, XVI
211	La Cámpora	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
212	Las Hijas de Eva	Venezuela	Gênero	XVI
213	Marcha Mundial das Mulheres (MMM) (Marcha Mundial de las Mujeres)	Brasil	Gênero	II
214	Médicos Comunitarios de Vargas	Venezuela	Saúde	XVI
215	Mesa Central de Organizaciones Campesinas	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	IX
216	Mesa de Convención Nacional Mipymes	Uruguai	Micro, Pequenas e Médias Empresas	XV
217	Mesa Nacional de Diálogo sobre Voluntariado y Compromiso Social	Uruguai	Voluntariado	IX, XIII
218	Mesa Permanente de Economía Social y Solidaria - MERCOSUR	Paraguai	Cooperativas e Economia Solidária	XV, XVI
219	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Movimiento de Pequeños Agricultores)	Brasil	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
220	Movimento dos Sem Universidade (MSU) (Movimiento de los Sin Universidad)	Brasil	Educação	VI
221	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra)	Brasil	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	IX, XVI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
222	Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (MIEIB) (Movimiento Interforos de Educación Infantil de Brasil)	Brasil	Educação	II
223	Movimento Hip Hop Organizado do Brasil (Movimiento Hip Hop Organizado de Brasil)	Brasil	Cultura	II
224	Movimiento Bolivariano para la Unidad Latinoamericana (Mobul)	Venezuela	Integração, Comércio e Desenvolvimento	II
225	Movimiento Campesino Socialista Jirajara	Venezuela	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
226	Movimiento Campesino Popular	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	IX
227	Movimiento Corriente Revolucionaria Bolívar y Zamora	Venezuela	Partido ou Associação Política	XVI
228	Movimiento Cultural Campesino Los Arangues	Venezuela	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
229	Movimiento de Mujeres Ana Soto	Venezuela	Gênero	XVI
230	Movimiento de Mujeres Clara Zetkin	Venezuela	Gênero	XVI
231	Movimiento Equador Alfarista Bolivariano	Equador	Partido ou Associação Política	XVI
232	Movimiento Evita	Argentina	Partido ou Associação Política	XV, XVI
233	Movimiento Joven Antifascista Antiimperialista	Venezuela	Partido ou Associação Política	XVI
234	Movimiento Madres del Mundo por la Libertad de los Cinco	Venezuela	Relações Internacionais, Geopolítica e Hegemonia	XVI
235	Movimiento Nacional de Televisoras Comunitarias	Venezuela	Educação	XVI
236	Movimiento Nacional de Usuarios de la Salud Pública y Privada (MNUSPP)	Uruguai	Saúde	IX
237	Movimiento Participación Activa y Social	Venezuela	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	XVI
238	Movimiento Patria Grande	Argentina	Partido ou Associação Política	XVI
239	Movimiento por la Paz y la Solidaridad y Derechos Humanos	Argentina	Direitos Humanos	VI
240	Movimiento Socialista José Carlos Mariátegui	Peru	Partido ou Associação Política	XVI
241	Movimiento de Solidaridad con América Latina	Espanha	Integração, Comércio e Desenvolvimento	XVI
242	Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile (Muzech)	Chile	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II, VI
243	Movimiento Venezuela Libre de Transgénicos	Venezuela	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
244	Mulinga - Rede de Jovens do Nordeste (Red de Jóvenes del Nordeste)	Brasil	Juventude	XVI
245	Mundo Afro	Uruguai	Igualdade Racial	IX
246	Nuevo Encuentro	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
247	Obantemos Venezuela	Venezuela	Partido ou Associação Política	XVI
248	Observatorio de la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad	Uruguai	Pessoas com Deficiência	XIII, XV
249	Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR	Uruguai	Direitos Humanos	II, V, IX, XIII, XV
250	Organización Latinoamericana de Gobiernos Intermedios (Olagi)	Venezuela	Cidades e Desenvolvimento Local	II
251	Organización Brasileira de Juventude (Organización Brasileña de la Juventud)	Brasil	Juventude	II
252	Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes (Oclae)	Regional	Educação	II
253	Organización de Jefas y Jefes de Hogar del Bañado Sur	Paraguai	Associação Comunitária, de Bairro ou Comunal	XV, XVI
254	Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
255	Organización Nacional Campesina (ONAC)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI
256	Parigual	Paraguai	Direitos Sexuais	IX, XV

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
257	Parque Tecnológico Industrial del Cerro (PTIC)	Uruguai	Inovação e Tecnologia	XV
258	Partido Comunista Argentino	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
259	Partido Feminista de Espanha (PFE)	Espanha	Gênero	XVI
260	Partido dos Trabalhadores (PT) (Partido de los Trabajadores)	Brasil	Partido ou Associação Política	I, IX
261	Pastoral da Juventude (Pastoral de la Juventud)	Brasil	Organizações Religiosas	IX
262	Pioneros y Pioneras de Venezuela	Venezuela	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XV
263	Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)	Uruguai	Sindical	I, VI, VII, IX, XIII, XV
264	Fundación Polo MERCOSUR (FPM) - Instituto de las Américas	Uruguai	Academia e Pesquisa	XIII
265	Pontão de Cultura do Circuito Universitário de Cultura e Arte, Rio de Janeiro (Puntal de Cultura del Circuito Universitario de Cultura y Arte, Río de Janeiro)	Brasil	Cultura	VI
266	Pontão de Cultura Teatro do Oprimido, Rio de Janeiro (Puntal de Cultura Teatro del Oprimido, Río de Janeiro)	Brasil	Cultura	II
267	Ponto de Cultura Cachoeira, Bahia (Punto de Cultura Cachoeira, Bahía)	Brasil	Cultura	II
268	Ponto de Cultura Cinema de Animação, PE (Punto de Cultura Cine de Animación de Pernambuco)	Brasil	Cultura	II
269	Ponto de Cultura Circo Voador, Rio de Janeiro (Punto de Cultura Circo Volador, Río de Janeiro)	Brasil	Cultura	II
270	Ponto de Cultura Memória e Identidade, SC (Punto de Cultura Memoria e Identidad, Santa Catarina)	Brasil	Cultura	VI
271	Ponto de Cultura nos Trilhos do Teatro, Rio de Janeiro (Punto de Cultura por los Senderos del Teatro, Río de Janeiro)	Brasil	Cultura	VI
272	Ponto de Cultura Projeto Mocambos, Campinas (Punto de Cultura Proyecto Mocambos, Campinas)	Brasil	Cultura	VI
273	Ponto de Cultura Rede Comunitária (Punto de Cultura Red Comunitaria)	Brasil	Cultura	II
274	Ponto de Cultura Tá na Rua, Rio de Janeiro (Punto de Cultura Sucede en la Calle, Río de Janeiro)	Brasil	Cultura	VI
275	Ponto de Cultura Vila Buarque, São Paulo (Punto de Cultura Vila Buarque, San Pablo)	Brasil	Cultura	II
276	Ponto de Cultura Acartes, Ceará (Punto de Cultura Acartes, Ceará)	Brasil	Cultura	II
277	Programa MERCOSUR Social y Solidario (PMSS)	Regional	Integração, Comércio e Desenvolvimento	I, II, V, VI, IX, XIII, XV
278	Programa Microfinanzas	Uruguai	Cooperativas e Economia Solidária	XV
279	Projeto Axé (Proyecto Axé)	Brasil	Cultura	II
280	Projeto Ponto no Xingu, Pará (Proyecto Punto del Xingu, Pará)	Brasil	Cultura	VI
281	Radio Espacio	Venezuela	Comunicação	XV
282	Radio Mundo Real	Uruguai	Comunicação	II
283	Recuperación de Territorios Indígenas	Paraguai	Povos Indígenas e Originários	XV
284	Red Paraguaia de Afrodescendientes	Paraguai	Igualdade Racial	IX
285	Red de Entidades Privadas al servicio de los pueblos indígenas	Paraguai	Povos Indígenas e Originários	VI
286	Red de Jóvenes Comuneros	Venezuela	Juventude	XVI
287	Red de Apoyo por la Justicia y la Paz	Venezuela	Direitos Humanos	XV
288	Red de Mujeres Rurales	Uruguai	Gênero	IX
289	Red de Organizaciones Afrovenezolanas (ROA)	Venezuela	Igualdade Racial	II
290	Mesa Nacional de Radios Comunitarias	Paraguai	Comunicação	IX
291	Red Especial Uruguiaia para la Educación y la Tecnología Adaptativa	Uruguai	Pessoas com Deficiência	IX, XIII, XV

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
292	Red MERCOSUR/Red Sudamericana de Economía Aplicada	Regional	Academia e Pesquisa	XV
293	Red Nacional de Derechos Humanos (RENADDHH)	Venezuela	Direitos Humanos	XVI
294	Red No a la Trata	Argentina	Direitos dos Migrantes	II
295	Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia	Argentina	Associação Comunitária/de Bairro/Local	II
296	Red Rural, Secretaría Ejecutiva del Comité de Iglesias Cipae	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	VI
297	Red Uruguaya de Ciudades Sustentables	Uruguai	Cidades e Desenvolvimento Local	XV
298	Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) (Red Brasileña por la Integración de los Pueblos)	Brasil	Integração, Comércio e Desenvolvimento	II, V, VI, XV
299	Rede de Jovens do Nordeste (Red de Jóvenes del Nordeste)	Brasil	Juventude	II
300	República Microfinanzas	Uruguai	Cooperativas e Economia Solidária	XV
301	Revolucionarte	Venezuela	Cultura	XVI
302	Semanario Brecha	Uruguai	Comunicação	IX
303	Sexualidades Diversas Revolucionarias	Venezuela	Direitos Sexuais	XVI
304	Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Sindicato de Periodistas de Paraná)	Brasil	Sindical	IX
305	Social Watch/Instituto Tercer Mundo	Uruguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	II
306	Socialistas para la Victoria	Argentina	Partido ou Associação Política	XV
307	Sumando	Paraguai	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	XV
308	Telesur	Venezuela	Comunicação	II
309	Territorio Caribe	Venezuela	Informação Indisponível	XVI
310	Federación Uruguaya de la Salud (FUS)	Uruguai	Sindical	IX
311	Universitarias/os, Técnicas/os e Investigadoras/es Afro-Uruguayas/os (Uafro)	Uruguai	Igualdade Racial	XIII, XV
312	União Brasileira de Mulheres (UBM) (Unión Brasileña de Mujeres)	Brasil	Gênero	VI, XV
313	Unión de Mujeres Uruguayas (UMU)	Uruguai	Gênero	VI, XV
314	Unión de Mujeres de la Argentina (UMA)	Argentina	Gênero	VI
315	Unión de Mujeres Paraguaias	Paraguai	Gênero	VI
316	União de Negros pela Igualdade (Unegro) (Unión de Negros por la Igualdad)	Brasil	Igualdade Racial	XV, XVI
317	União dos Escoteiros do Brasil (Unión de Scouts de Brasil)	Brasil	Infância e Adolescência	II
318	União Geral dos Trabalhadores (UGT) (Unión General de Trabajadores)	Brasil	Sindical	VI, XV
319	União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) (Unión Municipal de Estudiantes Secundarios de San Pablo)	Brasil	Educação	VI
320	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) (Unión Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar y Economía Solidaria)	Brasil	Cooperativas e Economia Solidária	VI
321	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) (Unión Nacional de los Consejos Municipales de Educación)	Brasil	Educação	II
322	União Nacional dos Estudantes (UNE) (Unión Nacional de Estudiantes)	Brasil	Educação	II, VI
323	União Paranaense dos Estudantes (UPE) (Unión Paranaense de Estudiantes)	Brasil	Educação	IX
324	Unión Popular de Mujeres Peruanas (UPMP)	Peru	Gênero	VI
325	União Toledana dos Estudantes Secundaristas (UTES) (Unión Toledana de los Estudiantes Secundarios)	Brasil	Educação	IX
326	Unión Agrícola Nacional (UAN)	Paraguai	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	II, VI
327	Unión Nacional de Ciegos del Uruguay (UNCU)	Uruguai	Pessoas com Deficiência	XV
328	Unión Nacional de Trabajadores	Venezuela	Sindical	XVI

#	Organização	País	Setor	Cúpulas de que participou
329	Universidad Bolivariana de Venezuela (UBV)	Venezuela	Academia e Pesquisa	II, XVI
330	Universidad de La Plata	Argentina	Academia e Pesquisa	II, XV
331	Universidad Latinoamericana y del Caribe (ULAC)	Venezuela	Academia e Pesquisa	II
332	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) (Universidad Estadual del Oeste de Paraná)	Brasil	Academia e Pesquisa	IX
333	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) (Universidad Federal de Integración Latinoamericana)	Brasil	Academia e Pesquisa	XV, XVI
334	Vía Campesina	Regional	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena e Reforma Agrária	XVI
335	Voces Paraguai	Paraguai	Comunicação	XV

Como resultado do levantamento feito, chegou-se a uma maioria de organizações dedicadas aos temas sindical; agricultura familiar e camponesa; gênero; cultura e cidadania; participação e desenvolvimento.

Quadro 3. Organizações por Setor

#	Setor	Quantidade
1	Academia e Pesquisa	13
2	Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena/Reforma Agrária	30
3	Associação Comunitária, de Bairro e Comunal	3
4	Associação Empresarial	8
5	Cidadania, Participação e Desenvolvimento	27
6	Cidades e Desenvolvimento Local	2
7	Comunicação	11
8	Cooperativas e Economia Solidária	9
9	Cultura	27
10	Direitos dos Migrantes	7
11	Direitos Humanos	9
12	Educação	6
13	Esportes e Educação Física	22
14	Gênero	1
15	Direitos Sexuais	27
16	Igualdade Racial	7
17	Infância e Adolescência	3
18	Inovação e Tecnologia	3
19	Integração, Comércio e Desenvolvimento	10
20	Juventude	9
21	Meio Ambiente	10
22	Micro, Pequenas e Médias Empresas	10
23	Organizações Religiosas	4
24	Partido ou Associação Política	21
25	Pessoas com Deficiência	8
26	Povos Indígenas e Originários	5
27	Relações Internacionais, Geopolítica e Hegemonia	4
28	Saúde	7
29	Sindical	31
30	Voluntariado	2
#	Informação Indisponível	5

7.

Temas de trabalho

As Cúpulas Sociais emitiram declarações finais, como resultado unificado dos debates realizados, em seis ocasiões: Brasília 2006, Assunção 2009, **Brasília 2012 (dois documentos: Declaração Final e Brasília 2012 – 20 Propostas)**, Montevideu 2013, Paraná 2014 e Brasília 2015.

Para este artigo foram sistematizadas em blocos temáticos as propostas contidas em seis destes sete documentos. A exceção é a Carta a los Presidentes del MERCOSUR, documento aprovado na Cúpula de Assunção de 2009 que, diferentemente dos demais, trata-se de um texto corrido que, ao longo de seus parágrafos, reafirma a importância da participação social no processo de integração regional.

A sistematização das propostas foi feita em torno de vinte e três grupos temáticos:

1. Afrodescendentes, combate à xenofobia e igualdade racial
2. Agricultura familiar, camponesa e indígena, reforma agrária, desenvolvimento rural, segurança e soberania alimentar
3. Comunicação
4. Cultura e identidade
5. Desenvolvimento urbano e direito à cidade
6. Direitos humanos, verdade, memória e justiça, crianças e adolescentes, lgbt, pessoas idosas, pessoas com deficiência
7. Economia solidária, cooperativas, micro, pequenas e médias empresas
8. Educação
9. Estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental
10. Expansão do mercosul
11. Focem e combate às assimetrias
12. Integração produtiva
13. Ism, ippdh, peas, estatuto da cidadania
14. Juventude
15. Meio ambiente e recursos naturais
16. Migrações
17. Modelos de integração, modelos de desenvolvimento, negociações comerciais internacionais
18. Mulheres
19. Parlamento
20. Participação social, cúpulas sociais
21. Povos originários / indígenas
22. Saúde
23. Trabalho, previdência, livre circulação de pessoas

Os temas com maior número de inserções nas declarações finais são os relacionados à a) estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental e b) modelos de integração, modelos de desenvolvimento e negociações comerciais internacionais, achado significativo, sobretudo levando-se em contas que os dois grupos de temas são estreitamente relacionados. Em seguida vêm as propostas relacionadas aos direitos humanos, participação social e trabalho.

Quadro 4.

Afrodescendentes, combate à xenofobia e igualdade racial

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	21. Enfatizamos a necessidade de articulação entre os movimentos e organizações sociais e populares e governos para garantir continuidade, no MERCOSUL e Estados associados, das recomendações da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios no Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Deve ser estimulada a troca de experiências e melhores práticas para a promoção da igualdade racial no bloco. Exortamos os governos a implementar o Plano de Ação de Durban e estabelecer novos mecanismos de avaliação de progressos e desafios no combate ao racismo e todas as formas de discriminação nos países do MERCOSUL.	Declaração de Brasília 2006
2	21. A necessidade de articulação entre os movimentos e organizações sociais e populares e governos para garantir a efetivação e continuidade, no MERCOSUL e Estados associados, das recomendações da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios no Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Deve ser estimulada a troca de experiências e melhores práticas para a promoção da igualdade racial no bloco. Apoiamos a Resolução das Nações Unidas denominada “Década das comunidades afrodescendentes 2015-2024” e exortamos os países da região a promover a implementação com amplo Diálogo Social. Solicitamos que se organize um encontro regional, de forma emergencial, com todas as entidades afrodescendentes do Mercosul.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 5.

Agricultura familiar, camponesa e indígena, reforma agrária, desenvolvimento rural, segurança e soberania alimentar

Inserção	Documento/ Cúpula Social
12. A reforma agrária, o combate à violência no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, da segurança alimentar e do cooperativismo são ações indispensáveis para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Estas ações devem se tornar prioridades das políticas públicas dos países do bloco. Conclamamos os Presidentes a implementar as recomendações apresentadas pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e pela Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM). Defendemos ainda a implementação no Mercosul das recomendações da Declaração Final da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, aprovada em Porto Alegre, em Março de 2006.	Declaração de Brasília 2006
6. Assim mesmo, defendemos a soberania alimentar e nutricional, cujos princípios articulam políticas de autonomia produtiva baseadas nas necessidades nacionais e regionais dos povos, e não subordinadas às demandas do mercado mundial, comandado pelas grandes corporações transnacionais. Resulta urgente implementar nos diversos países reformas agrárias estruturadas na soberania alimentar e territorial dos povos	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>indígenas, comunidades tradicionais, camponeses e da agricultura familiar. Para nós, a integração dos povos inclui considerar as diferenças entre eles como expressão da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que temos o desafio de conquistar melhores condições de vida para todos e todas, através do desenvolvimento regional integrado, da complementaridade, e da solidariedade mútua.</p>	
<p>9. Criar no âmbito do MERCOSUL uma política regional de agricultura familiar sustentável e agroecológica, considerando modelos de produção sinérgicos entre o conhecimento indígena, tradicional e tecnológico, que respeite o uso e os costumes sociais, valorizando as sementes crioulas.</p>	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
<p>10. Que a soberania e segurança alimentar e nutricional sejam parte das políticas de regulação de cada Estado, tendo como base um plano regional que, entre outros pontos, fortaleça o MERCOSUL.</p>	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
<p>Propostas Desenvolvimento Sustentável e Segurança Alimentar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Definir um marco regulatório regional dos Estados Partes para deter o processo de concentração de terras, dos bens naturais (especificamente água, sementes nativas) e dos conhecimentos populares e ancestrais levado adiante pelos atores econômicos transnacionais e transitar para uma função social da terra e reformas agrárias integrais. 2. Aprofundar a valorização dos segmentos produtivos mais vulneráveis e postergados, adotando um olhar integral que contemple seus saberes, os direitos territoriais dos povos originários e suas cosmovisões, permitindo o acesso aos bens e serviços fundamentais tais como a água e a terra (através da agricultura familiar, redes territoriais de comercialização e distribuição). 3. Incentivar o surgimento da compreensão e da interpretações do ambiente, de sua relação com as atividades humanas, através de uma formação universitária, acadêmica e uma educação universal para a sustentabilidade e o consumo dos alimentos saudáveis, para caminhar rumo a um novo paradigma de convivência com a Vida. 4. Ampliar as redes de articulação, de comunicação e de intercâmbio regional relativas à agenda de construção da soberania alimentar, para melhorar o conhecimento das políticas públicas inovadoras, das iniciativas populares e da integração produtiva dos Povos. 5. Disputar em todos os âmbitos políticos o debate sobre o rumo da produção agropecuária, os direitos e os fundamentos de novos modelos agroprodutivos justos, inclusivos, sustentáveis e populares e fomentar a construção da unidade popular para confrontar com os poderes econômicos concentrados. 	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>Nesta comissão enfatiza-se no repúdio às fumigações em áreas indiscriminadas (escolas, povos em zonas urbanas e periurbanas) que produzem efeitos deletérios na saúde e deficiências no longo prazo, comprometendo as gerações futuras. Os Estados Partes do MERCOSUL são responsáveis por garantir a qualidade de vida de seus povos.</p>	
<p>13. Reafirmamos os territórios, terra, água, sementes, biodiversidade e direitos dos povos do campo, das águas e das florestas como a base de um projeto de desenvolvimento baseado na justiça social e ambiental. Entretanto, essa base está sob continuo ataque graças a uma ofensiva do agronegócio, das empresas mineradoras, petroleiras, das corporações transnacionais, das compras de terras por estrangeiros e da especulação imobiliária, colocando em risco a existência da própria humanidade, pois compromete a reprodução da vida em todas suas dimensões. Conclamamos os Estados a garantir a reforma agrária popular e integral e a demarcação e homologação de terras indígenas e de populações tradicionais como forma de reparar as grandes dívidas sociais da América do Sul e recolocar o desenvolvimento regional sobre outros patamares, como a agroecologia e a soberania alimentar. Conclamamos os Presidentes a implementar as recomendações apresentadas pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) e pela Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM).</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 6. Comunicação

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
1	9. Para construirmos um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo, consideramos fundamental formular uma estratégia de cooperação específica para os âmbitos da informação, comunicação, cultura e conhecimento, contemplando acordos para potencializar as redes regionais de informação e comunicação pública e cidadãs, com um sentido de equidade e respeito à liberdade de imprensa, com a finalidade de contribuir para a formação de uma cidadania e uma identidade comum sul-americana.	Declaração de Brasília 2006
2	8. Entendemos que não há liberdade de expressão sem a democratização dos meios de comunicação. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de se garantir a participação dos movimentos sociais organizados no debate público, elaboração, implementação e controle social posterior de novas leis de comunicação que reflitam a diversidade social do nosso continente, que exige a democratização da palavra, a pluralidade de vozes, e a extinção dos monopólios da comunicação, visto que a comunicação é um direito e não uma simples mercadoria. Ao mesmo tempo, o Estado deve garantir a democratização de uso das novas tecnologias de informação e comunicação em favor de uma democracia substantiva.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
3	14. Promover a democratização dos meios de comunicação e ampliar o alcance da Telesur e outras iniciativas regionais que reforcem os mecanismos de comunicação popular.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
4	15. Elaborar e/ou apoiar as leis de democratização da comunicação que garantam o direito a palavra, o acesso, a pluralidade e diversidade, e a liberdade de expressão, a exemplo da lei de meios de comunicação da Argentina, considerando a realidade de cada país.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
5	16. Defender um marco civil da internet que garanta a neutralidade da rede e a liberdade de expressão; e construir um instituto de tecnologia social do MERCOSUL.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
6	Reafirmamos o ponto 8 da Declaração da XIV Cúpula Social no que refere a democratização da mídia e incorporamos a necessidade de contar com uma política de comunicação do MERCOSUL para fazer chegar para os nossos povos tanto as conquistas quanto os direitos	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
7	Que resulta essencial o papel da comunicação como ferramenta para disseminar a importância dos processos de integração, suas conquistas e seus avanços, contribuindo desta maneira para a construção da cidadania regional.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
8	<p>Propostas Comunicação Social e Novas Tecnologias para a Informação</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Peticionar e reafirmar que todos os países do MERCOSUL garantam o acesso universal e livre à informação, aos conteúdos latino-americanos e às tecnologias da comunicação, concebida esta como um direito humano, e consolidando a identidade mercosulina. 2. Solicitar que os países do MERCOSUL avancem em espaços e instrumentos que permitam a formação continuada no uso das ferramentas tecnológicas e comunicacionais. 3. Fomentar a formação do sujeito político latino-americano para a comunicação, pela via de fortalecer a produção de conteúdos para uma agenda latino-americana garantindo a todos os espaços, através das redes de comunicação, seu acesso e sua circulação. 4. Solicitamos avançar na política de comunicação do MERCOSUL e propiciar a troca de experiências em matéria de legislação comunicacional. 5. Instruir a criação de um fundo (semelhante ao FOCEM) regional de desenvolvimento para a infraestrutura através de um instituto regional e soberano com o objetivo de garantir e fomentar a soberania comunicacional e tecnológica, o acesso universal à informação e às tecnologias com políticas e legislações comuns para a transferência e geração de tecnologias de acesso livre, incorporando o Grupo de Segurança Tecnológica já criado a pedido da Cúpula de Presidentes Montevideu 2007. 	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>9 4. A liberdade de expressão e a construção de um MERCOSUL verdadeiramente democrático e participativo implicam, necessariamente, na democratização dos meios de comunicação e em uma política ativa de cooperação específica. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de participação ativa e fomentada pelos Estados das organizações da sociedade civil na discussão, elaboração e/ou implementação de novas leis de comunicação que reflitam o novo mapa social de nosso continente que exige a democratização da palavra, a pluralidade de vozes, e a extinção dos monopólios dos meios de comunicação. Fim da restrição e da perseguição aos meios comunitários, populares e independentes. Consideramos a comunicação como um direito e não uma mercadoria e instamos os governos a efetivar a participação da sociedade civil na Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS).</p>	<p>Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015</p>

Quadro 7. Cultura e identidade

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>1 22. Consideramos prioritárias ações de integração cultural, com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento. Exortamos nossos governos e parlamentos a ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania. Defendemos a ampliação de recursos para a cultura e a intensificação do intercâmbio artístico das distintas linguagens – teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras, bem como a articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital e livro e leitura. Enfatizamos a necessidade de integrar políticas de cultura, educação, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do Mercosul.</p>	<p>Declaração de Brasília 2006</p>
<p>2 13. Promover políticas públicas de maior integração no campo da cultura e educação por meio da adoção do ensino das línguas portuguesa e espanhola nas escolas, fortalecimento do guarani e valorização das demais línguas dos povos originários; de uma política ativa de tradução de literatura, do intercâmbio de estudantes, da intensificação das trocas de ações culturais e fortalecimento das cadeias produtivas culturais.</p>	<p>Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS</p>
<p>3 Que é essencial avançar na geração de uma educação para a emancipação como ferramenta necessária para a descolonização de nossas consciências, reivindicando nossa identidade latino-americana construída sobre a herança e o presente de nossos povos afro e indígenas. Também, ressaltamos a importância histórica do “Congresso dos Povos Livres” celebrado em 29 de junho de 1815 em Concepción del Uruguay, como símbolo do processo independentista, popular e integracionista.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>

Quadro 8. Desenvolvimento urbano e direito à cidade

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>1 15. Destacamos a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano, integrado e sustentável para o conjunto de cidades. Para tanto propomos o reconhecimento, por parte dos governos dos países do MERCOSUL, do direito à cidade como um direito humano fundamental. Os governos devem garantir os investimentos necessários para o desenvolvimento de políticas urbanas que dêem conta do problema da moradia adequada, do saneamento ambiental e do acesso ao transporte público de qualidade, provendo, ao</p>	<p>Declaração de Brasília 2006</p>

Inserção	Documento/ Cúpula Social
mesmo tempo, as condições para a criação de espaços de participação na gestão das cidades. Na mesma linha, reafirmamos a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos governos locais e regionais no MERCOSUL e exortamos à instalação imediata do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos.	
2 18. A necessidade de uma estratégia de desenvolvimento regional urbano, integrado e sustentável para o conjunto de cidades. Para tanto propomos o reconhecimento, por parte dos governos dos países do MERCOSUL, do direito à cidade como um direito humano fundamental.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 9.

Direitos humanos, verdade, memória e justiça, crianças e adolescentes, lgbt, pessoas idosas, pessoas com deficiência

Inserção	Documento/ Cúpula Social
1 13. Comprometemo-nos com a promoção e a proteção dos direitos humanos no MERCOSUL e Estados associados, saudando a criação do Grupo de Trabalho sobre Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfatizando a importância de assegurar o direito à verdade e à memória, reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados nos países do bloco, estabelecer estratégias de cooperação contra a violência e discriminação sexual, racial e étnica, a prostituição infantil e o tráfico de seres humanos e de elaborar uma declaração de compromisso comum para a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Especial atenção deve ser dada aos direitos dos povos originários, particularmente nas regiões de fronteira.	Declaração de Brasília 2006
2 Da mesma forma, rejeitamos todas as maneiras de discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual, crenças ou religiões, ideologias, origem, diferenças físicas ou qualquer outra distinção que menospreze os direitos das pessoas e limite o exercício da sua cidadania. O compromisso com os Direitos Humanos é fundamental e seu cumprimento e proteção uma prioridade.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
3 1. Que os Estados partes fortaleçam o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL - IPPDDHMH por meio da destinação de recursos materiais e humanos para seu efetivo funcionamento, fortalecendo os planos de trabalhos regionais das Secretarias de Direitos Humanos dos países do MERCOSUL e promovendo a articulação e a divulgação educacional e pública dos trabalhos das Comissões de Verdade e Justiça.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
4 2. A implementação do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL – PEAS, adotando metas e assegurando orçamento necessário para a prevenção das múltiplas violações de direitos humanos, com ênfase nos povos indígenas, migrantes, camponeses, afrodescendentes, jovens, crianças, mulheres e a diversidade de pessoas e coletivos vulneráveis em seus direitos	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
5 19. Convocar uma conferência regional sobre educação para discutir diretrizes para a integração e um Plano Regional de Educação em Direitos Humanos, tomando em consideração a educação pública, laica, gratuita e de qualidade, a integralidade dos direitos humanos e as perspectivas de gênero e diversidade.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
6 As violações recorrentes aos direitos humanos na região exigem ações contundentes dos governos. Em uma sociedade democrática e multifacetada, é inadmissível que sejam violados direitos individuais e coletivos em favor de interesses espúrios e intolerâncias absurdas dos inimigos da paz. Para impulsionar um maior respeito aos direitos humanos propomos a criação de uma comissão que defenda o cumprimento das garantias dos direitos humanos, controlando que os Estados os efetivem.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>7 Apoiamos o anúncio da investigação sobre as causas da morte do presidente brasileiro João Goulart e instamos os países a acompanhar o processo na medida em que significa mais um passo para firmar o compromisso com a memória, a verdade e a justiça para nossos povos..</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
<p>8 A transcendência da Democracia e o respeito aos Direitos Humanos como valores e condições essenciais para a construção de todo processo de integração. Neste sentido, congratulamo-nos com os resultados dos recentes processos eleitorais nos países irmãos da região –Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai– que ratificam o rumo político e social da integração que queremos.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>9 O repúdio aos assassinatos e aos desaparecimentos forçados e outras violações aos direitos humanos contra o povo mexicano. Em particular, dos 43 estudantes da localidade da Ayotzinapa.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>10 Instamos os Estados Partes e Associados do MERCOSUL a tomarem todas as medidas necessárias para garantir o respeito irrestrito dos direitos humanos em cada um de seus territórios. Expressamos nossa especial preocupação pelo não respeito aos Direitos Humanos na irmã República do Paraguai.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>11 Propostas Direitos Humanos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Legitimar a formação de uma Mesa Permanente - Observatório de Direitos Humanos integrado por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, em apoio, defesa e acompanhamento dos governos democráticos e populares. Revisão da implementação dos Tratados regionais de Direitos Humanos e monitoramento das propostas encaminhadas pelas Cúpulas Sociais do ano 2006 até a data de hoje. 2. Compatibilizar políticas migratórias regionais, garantindo o direito de emigrar e não migrar. Direito de reconhecimento à identidade dos afrodescendentes e povos originários. Implementar políticas de educação intercultural e bilíngue. Assegurar a participação plena e efetiva dos povos originários como sujeito de direito. 3. Impulsionar uma pronta aprovação da Convenção Interamericana sobre os direitos das pessoas idosas. Implementar políticas regionais para a aplicação da Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência. Garantir o direito de participação social na criação de políticas públicas regionais sobre todos os Direitos Humanos. 4. Unificar em nível regional uma nova política de drogas que combata o narcotráfico, o tráfico e a exploração sexual das pessoas. Pronunciamento dos países do MERCOSUL sobre o direito das mulheres a decidir sobre seu corpo, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos. Promover a criação de um arcabouço normativo na região referente ao trabalho de pessoas em casas particulares/empregadas domésticas. 5. Facilitar a criação de uma pedagogia autônoma e autóctone da região, com um currículo inclusivo de todos os níveis educativos. E uma validação regional dos títulos universitários. Unificação de políticas públicas de Direitos Humanos em educação (formal e não formal) na região. Com a participação ativa da sociedade civil no desenho das diretrizes de educação e Direitos Humanos do MERCOSUL. Impulsionar a educação para a formação de um sujeito político da região. 	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>12 O massacre de Curuguaty se converteu em um dos casos mais graves de violação de direitos humanos e criminalização das lutas sociais da América Latina, em cujo contexto se encontra a demanda de acesso à terra e à alimentação adequada. Nós, os povos do MERCOSUL, nos posicionamos como “Observadores Internacionais do Juízo”.</p>	Declaración Final – XVIII Cúpula Social del Mercosul – Brasília 2015
<p>13 5. O fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero, que sejam inclusivas e que incorporem como fundamento os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional, superando todas as formas de discriminação, devendo ser, portanto, não sexista, não machista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica. Defendemos, especialmente, a garantia do financiamento público educacional adequado para a adoção de políticas de</p>	Declaración Final – XVIII Cúpula Social del Mercosul – Brasília 2015

Inserção	Documento/ Cúpula Social
educação para a integração, de inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originárias da região, especialmente nas áreas de fronteira.	
14. Conclamamos os governos a comprometer-se com a promoção e a proteção dos direitos humanos no MERCOSUL e Estados associados, enfatizando a importância de assegurar o direito à verdade e à memória, reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados nos países do bloco, com perspectiva de gênero, estabelecer estratégias de cooperação contra a violência e discriminação sexual, racial e étnica, a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de seres humanos, especialmente de mulheres e crianças e de aprofundar o compromisso na promoção e na proteção dos direitos da criança e do adolescente, pessoas com necessidades especiais e idosos. Especial atenção deve ser dada aos direitos dos povos originários, particularmente nas regiões de fronteira.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
15. As organizações sociais presentes nesta cúpula reconhecem a contribuição dos países da região, dos seus governos e dos atores sociais na declaração da OEA de 15 de junho de 2015, que manifesta a necessidade de termos um instrumento regional, juridicamente vinculante que proteja os direitos humanos das pessoas maiores e fomente um envelhecimento ativo em todos os âmbitos assegurando sua dignidade por toda sua vida.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
16. A construção e a implementação das Diretrizes de Educação e Cultura em Direitos Humanos do MERCOSUL é a maneira efetiva de construir uma identidade regional que considere as realidades históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas dos povos da região. A dimensão social e cultural do MERCOSUL para além da sua estrutura econômica só será possível a partir da construção de cidadãs e cidadãos Mercosulinos.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
22. Promover a inclusão da temática da deficiência na agenda permanente dos Estados-Membros e Associados com a participação plena da sociedade civil; Incentivar a criação de conselhos consultivos da sociedade civil nos Estados Membros e Associados; solicitar que o atual Grupo de Trabalho sobre Deficiência do MERCOSUL torne-se uma Comissão Permanente.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 10.

Economia solidária, cooperativas, micro, pequenas e médias empresas

Inserção	Documento/ Cúpula Social
1. Destacamos que o MERCOSUL deve contemplar o fortalecimento e a ampliação das dimensões produtiva e social da integração. O cooperativismo e a economia solidária devem ser apoiados por políticas regionais como instrumentos eficazes para a construção de uma sociedade mais justa, para a geração de trabalho decente e renda e para a inclusão das populações excluídas. Apoiamos a elaboração de políticas regionais para a promoção da pequena e média empresa, o incentivo tecnológico e a produção de energias renováveis com critérios de sustentabilidade socioambiental. Ressaltamos, também, a necessidade de se estabelecer ações e uma legislação comum de estímulo ao cooperativismo, à capacitação, à formação e ao intercâmbio entre esses setores, estimulando a estruturação das cadeias produtivas.	Declaração de Brasília 2006
2. Por sua vez, o MERCOSUL deve incorporar e implementar uma política para as Micro, Pequenas e Médias Empresas e os empreendimentos da Economia Solidária como eixo estratégico para a ampliação e intensificação da integração sócio-produtiva num mercado regional ampliado, que estimule a criação de coletivos de produção de Micro, Pequenas e Médias Empresas. Além disso, deve-se promover ações para inclusão laboral dos jovens.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
3	11. Constituir uma plataforma de dados e sistematização de Tecnologias Sociais para potencializar os conhecimentos e saberes dos povos originários e das comunidades, assim como das práticas de comércio justo e economia solidária, permitindo criar mecanismos de certificação destes saberes e práticas de desenvolvimento. A criação do prêmio MERCOSUL de Tecnologia Social (tendo como referência o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social) irá contribuir para o fortalecimento e/ou criação de espaços e redes em uma perspectiva inclusiva e para o fomento à formação de multiplicadores regionais a partir da educação.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
4	12. Instituir o livre trânsito dos produtos e serviços da economia social, solidária e popular no MERCOSUL.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
5	Instamos, por sua vez, a revalorizar o papel do Estado em função da economia social e reconhecer o trabalho informal como parte do processo econômico dos países da região, garantindo o pleno acesso aos direitos sociais.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014

Quadro II. Educação

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
1	7. Nesses marcos, sublinhamos a importância do fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero e que incorporem como fundamento direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional. Defendemos, especialmente, a adoção de políticas de educação para a integração, de inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação. Saudamos a realização do III Fórum Educacional do MERCOSUL, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 2006, e endossamos suas conclusões. Conclamamos os governos a criar as condições para o desenvolvimento do ensino das línguas portuguesa e espanhola, idiomas oficiais do bloco, em todos os países do MERCOSUL. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira.	Declaração de Brasília 2006
2	19. Convocar uma conferência regional sobre educação para discutir diretrizes para a integração e um Plano Regional de Educação em Direitos Humanos, tomando em consideração a educação pública, laica, gratuita e de qualidade, a integralidade dos direitos humanos e as perspectivas de gênero e diversidade.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
3	20. Fortalecer o MERCOSUL Educativo por meio da coordenação de políticas públicas educacionais, valorizando as vivências locais sem perder de vista as semelhanças regionais e globais com vistas a revalidação de diplomas, reconhecimento de títulos, a reformulação dos currículos nacionais (primário, secundário e superior), e a aproximação de currículos para incluir disciplinas comuns tais como História da AL, Culturas Latino-Americanas e Direitos Humanos, com viés crítico e multicultural.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS

Quadro 12.

Estabilidade democrática, geopolítica, segurança e defesa continental

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	1. A recente quebra do processo democrático no Paraguai, por meio do golpe parlamentar contra o legítimo governo eleito, mostra a fragilidade da construção das democracias emergentes que na região já vivenciaram nas últimas décadas diversos momentos de corte institucional. Queremos neste sentido reiterar o repúdio ao rito sumário a que foi submetido o presidente Fernando Lugo, democraticamente eleito, e a sua deposição sem direito de defesa, situação que resultou na suspensão do Paraguai do MERCOSUL, atendendo à Cláusula Democrática do Bloco, numa medida que consideramos correta e que apoiamos. Esta sanção política se aplica somente aos representantes do Estado Paraguai e não a sua sociedade civil, que participa plenamente da Cúpula Social.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
2	2. Por sua vez, saudamos a incorporação por muito tempo adiada da Venezuela que irá trazer sua valiosa contribuição ao processo de integração regional, tão necessário em época de aprofundamento da crise global que se estende desde 2008. As recentes eleições na Venezuela, com uma massiva participação popular, reforçaram ainda mais as convicções democráticas desse país que ora se incorpora ao Mercosul. Assim, a Plenária da Cúpula Social apoia não só a plena inclusão da Venezuela como também da Bolívia e do Equador ao Bloco. Da mesma forma, queremos ver prontamente o retorno do Paraguai ao seio do MERCOSUL, com a retomada de seu caminho democrático em eleições livres e sem ceder às pressões internas e externas para assinar acordos de livre comércio nem admitir a instalação de bases militares estadunidenses no seu território como vem sendo especulado pela imprensa.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
3	11. Reivindicamos a legítima soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul, e os espaços marítimos e insulares correspondentes. Exigimos o cumprimento das Resoluções e das Declarações das Nações Unidas sobre a questão das Malvinas e do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Exigimos, ainda, o desmantelamento de todas as bases militares estrangeiras na região que ameaçam a segurança e a soberania de nossos povos.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
4	12. Saudamos o Estado Palestino pela conquista do status de Estado Observador nas Nações Unidas, como primeiro passo para o seu reconhecimento e a autodeterminação do povo palestino. Ao mesmo tempo, propomos a suspensão do acordo entre o MERCOSUL e Israel até que cessem as atrocidades cometidas contra a Palestina e o processo de paz seja restabelecido.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
5	13. Exigimos aos Estados Parte o compromisso solidário e a contribuição técnico-científica para o povo irmão do Haiti, em substituição das tropas militares presentes nesse país.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
6	Nessa estratégia temos que mencionar os Golpes de Estado em Honduras e Paraguai, a reativação da Quarta Frota, a instalação de bases militares norte-americanas, na recente revelação da criminal espionagem das comunicações, atentando desta maneira contra os direitos das pessoas e a soberania de nossos países.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
7	Diante dos fatos de público conhecimento que afetaram a segurança pessoal, a vida e os direitos de imunidade do Presidente Evo Morales e sua comitiva e a soberania do povo boliviano, instamos os chefes de estado do MERCOSUL a interromper o processo de cúpulas ibero-americanas que impulsionam a Espanha e Portugal até receber as explicações exigidas na Declaração de Cochabamba. Ainda, reclamamos à União Europeia que empreenda as ações necessárias para que os quatro países implicados ofereçam uma pronta resposta tal como foi solicitado.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
8	Dado o pertencimento fundacional do Paraguai e de seu povo ao MERCOSUL e considerando as graves violações ao devido processo que sofrem os doze culpados do massacre de Curuguaty, exigimos aos Estados	Declaración de la XV Cumbre

Inserção	Documento/ Cúpula Social
Partes do MERCOSUL que instem o Estado paraguaio a tomar as medidas necessárias tendentes a garantir um juízo justo impulsionando uma apuração imparcial de todos os fatos ocorridos durante tão trágicos acontecimentos; considerando que este caso sintetiza a dramática situação pela que atravessa o povo paraguaio, propomos que os Estados atuem como observadores internacionais deste processo.	Social del Mercosur- Montevideo 2013
9 Assim também reafirmar o ponto II da declaração da XIV Cúpula Social referente à legítima soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e insulares correspondentes.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
10 O território dos povos e governos do MERCOSUL e da América Latina é território de paz. O conflito que durante decênios enlutou o povo irmão da Colômbia abriu um espaço para a solução pacífica e negociada para acabar com a violência e a guerra civil. Os movimentos sociais, sindicais e populares reiteramos nosso apoio ao processo de paz e exortamos o governo colombiano e a insurgência a que, junto a seu povo, concluam o processo com a paz e com a justiça a que aspira toda a sociedade colombiana.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
11 Dando seguimento à proposta da Cúpula Social da Brasília de 2012 de suspender o Tratado de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Israel reclamamos como medida preliminar o imediato cumprimento dos mecanismos de exclusão dos produtos parcial ou totalmente originados nos assentamentos ilegais nos territórios palestinos.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
12 Nestes últimos anos, produziram-se mudanças em muitos aspectos de nossa realidade com o surgimento de governos populares, na tentativa de reparar as faces mais duras do neoliberalismo. Isso é produto de anos de luta de nossos povos; consideramos que a emergência de novas expressões políticas, a articulação destes governos, o caminho de gestação de um polo geopolítico para um mundo multipolar são questões das quais sujeitos sociais e políticos que as assumam como tais devem empoderar-se a fim de alcançar sua efetiva consolidação. Este momento deve servir para embrenhar-se nesses temas e abordá-los a partir de novas práticas e perspectivas.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
13 A defesa da causa do Povo Palestino e a denúncia do Tratado de Livre Comércio MERCOSUL – Israel.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
14 Expressamos nosso mais firme apoio à permanente reclamação da República Argentina pela soberania das Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, assumindo-a como causa regional.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
15 É importante destacar que há uma tentativa de impor uma ofensiva conservadora contra os direitos dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos povos originários, da população LGBT, dos negros e negras, indígenas e população camponesa. Essa ofensiva precisa ser combatida em todo o continente e em resposta os movimentos sociais precisam agir de forma unitária, construindo uma agenda comum de luta a partir das seguintes ações: fortalecimento da integração e o respaldo e aprofundamento das conquistas e da democracia.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
16 25. Solidarizamos-nos efusivamente com o Povo Grego em sua luta pela reestruturação da dívida ilegítima, odiosa e ilegal e pelo rechaço às políticas de austeridade que vem asfixiando a economia grega e colocando a população em uma situação dramática. Ao mesmo tempo, apelamos aos nossos governos para promover um gesto de solidariedade para com a Grécia, e discutir opções alternativas de financiamento e práticas que promovam a justiça social, e signifiquem ajuda concreta para o povo grego para superar as carências a que foram submetidos pela Troika e em particular pela intransigência do governo da Alemanha.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
17 26. Até que Israel respeite suas obrigações com o direito internacional exigimos que o MERCOSUL suspenda	Declaração Final

Inserção	Documento/ Cúpula Social
imediatamente o Tratado de Livre Comércio com aquele país; estabeleça medidas concretas para proibir contratos públicos com empresas envolvidas nos crimes israelenses e não dê continuidade às relações militares dos Estados Partes com Israel. Rechaçamos as agressões ao Estado Palestino.	– XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
18 27. Solidarizamos-nos com o empobrecido e violentado povo haitiano que sofre neste momento mais uma agressão pela expulsão dos migrantes do território dominicano, ação racista e xenófoba perpetrada pela República Dominicana, em uma atitude que repudiamos no espaço latino-americano, que deve buscar a paz e a relação harmoniosa entre povos e nações. Exigimos aos Estados Parte que busquem caminhos para impedir e reparar esta injustiça e que avancem na integração entre os povos, baseando-se na educação, saúde, no intercâmbio entre camponeses para a produção de alimentos, pesquisa e solidariedade, ações estas que dependem da retirada imediata das forças militares estrangeiras presentes naquele país.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
19 28. Expressamos nosso mais firme apoio a permanente luta da República da Argentina pela soberania das ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, assumindo esta como causa regional. Rechaçamos o desenvolvimento de atividades unilaterais britânicas que incluam, entre outras, a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis na área em conflito e controversa. Denunciamos a presença de bases militares imperialistas em países latino americanos e caribenhos que constituem uma seria ameaça à segurança e soberania da região. Também apoiamos, no âmbito do direito internacional, todas as sanções implementadas pelo governo argentino dirigidas a defender os recursos da região e sua soberania.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
20 29. Apoiamos a formação de um Conselho de Defesa dos Povos do Mercosul para proteger a soberania e a democracia e os direitos humanos dos nossos povos.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
21 30. Apoiamos o Estado Plurinacional da Bolívia na sua justa demanda pelo direito de saída ao mar com soberania, e solicitamos às instâncias do Mercosul que acelerem o processo de incorporação da Bolívia como membro pleno do Bloco.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
22 32. Pronunciamos-nos contra a narco-política no Paraguai, cuja institucionalidade se encontra hoje em disputa pelo narcotráfico e o crime organizado incrustado no aparato do Estado.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
23 33. Neste sentido, instamos a que se pare de imediato com a criminalização dos movimentos sociais, do estado de sitio de fato instaurado com a militarização dos departamentos assim como cessar imediatamente com as violações massivas aos direitos humanos por forças militares e policiais [no Paragua].	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
24 34. A Cúpula Social do Mercosul exige respeito ao processo democrático brasileiro e se posiciona contra as tentativas de retrocesso político e econômico a serviço dos monopólios privados que buscam impor sua vontade ao Brasil.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
25 35. Abraçamos o heroico povo de Cuba e o seu governo por sua resistência ao bloqueio norte americano e acreditamos que o restabelecimento das relações com os EUA não prejudicarão o processo revolucionário cubano. Esperamos ainda o fim definitivo do bloqueio e o fechamento da prisão de Guantánamo.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
26 38. Denunciamos a campanha internacional de desestabilização contra o estado venezuelano, seu governo e seu povo, assim como a tentativa do imperialismo que vem se manifestando no poder executivo, Decreto Obama, que declara a Venezuela como uma ameaça extraordinária, assim como a ingerência de expresidentes, senadores e porta vozes políticos da direita internacional, que tem como objetivo final interromper o processo de integração que desenvolvem os povos da região.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
27	39. Também nos solidarizamos com o povo venezuelano em sua revolução bolivariana, encabeçada pelo presidente dos Trabalhadores e Chavista Nicolás Maduro e a luta que empreende na defesa da soberania de seu país contra a guerra econômica e financeira que impõe às transnacionais.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
28	40. Solidarizamos-nos e apoiamos o pedido de justiça no caso das 43 vítimas da violência política gerada por fatores opositores na Venezuela nos anos 2013 e 2014 e repudiamos o uso político que estes setores dão ao tema dos direitos humanos com o objetivo de desestabilizar a democracia venezuelana.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 13. **Expansão do MERCOSUL**

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
1	2. Por sua vez, saudamos a incorporação por muito tempo adiada da Venezuela que irá trazer sua valiosa contribuição ao processo de integração regional, tão necessário em época de aprofundamento da crise global que se estende desde 2008. As recentes eleições na Venezuela, com uma massiva participação popular, reforçaram ainda mais as convicções democráticas desse país que ora se incorpora ao Mercosul. Assim, a Plenária da Cúpula Social apoia não só a plena inclusão da Venezuela como também da Bolívia e do Equador ao Bloco. Da mesma forma, queremos ver prontamente o retorno do Paraguai ao seio do MERCOSUL, com a retomada de seu caminho democrático em eleições livres e sem ceder às pressões internas e externas para assinar acordos de livre comércio nem admitir a instalação de bases militares estadunidenses no seu território como vem sendo especulado pela imprensa.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
2	A satisfação pela próxima incorporação do Estado Plurinacional da Bolívia como membro pleno do MERCOSUL, avançando assim na ampliação do mencionado processo de integração.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
3	30. Apoiamos o Estado Plurinacional da Bolívia na sua justa demanda pelo direito de saída ao mar com soberania, e solicitamos às instâncias do MERCOSUL que acelerem o processo de incorporação da Bolívia como membro pleno do Bloco.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 14. FOCEM e combate às assimetrias

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
1	17. Para mitigar as assimetrias da região, criar um mecanismo de participação social que defina, acompanhe e administre os projetos do FOCEM, bem como ampliar os recursos financeiros e as áreas de atuação do Fundo com o objetivo de contemplar a execução dos projetos do PEAS. Dessa forma, o FOCEM será um mecanismo de articulação real entre a sociedade civil e os governos para sua consulta, seguimento, avaliação e controle.	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
2	18. Criação de um FOCEM-Social ou readequação da normativa do FOCEM para que sejam incluídos: projetos de fortalecimento da identidade regional por meio de iniciativas de educação de base regional e criação de centros de educação para a integração regional; e projetos sociais, com foco nas diretrizes do PEAS e ODMs (como o acesso à água potável gratuita e ao saneamento) que não estejam experimentando avanços (exemplo: gênero – representação paritária nas comissões e órgãos do Mercosul)	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
3	Reivindicamos que os governos aprovem medidas para transformar o FOCEM em uma ferramenta para o avanço no processo de complementação produtiva e inclusão social.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
4	20. A importância da consolidação e maiores aportes financeiros para o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL como um instrumento para superar as desigualdades sociais e assimetrias ente os países. Entendemos que os recursos destinados ao FOCEM devem ser ampliados e sua atuação transparente, propiciando o controle social. Que o FOCEM aumente seu investimento nas questões sociais, considerando as peculiaridades dos diferentes segmentos da sociedade (jovens, mulheres, migrantes, trabalhadores, etc). Além disso, é fundamental articular os mecanismos de financiamento existentes através da construção de um organismo regional de financiamento ao desenvolvimento no MERCOSUL. Também defendemos que o acesso aos recursos do FOCEM por empresas seja pautado pelo respeito aos princípios e direitos expressos na Declaração Sócio laboral do MERCOSUL.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 15. Integração produtiva

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
1	Avançar no aprofundamento do MERCOSUL como uma ferramenta no desenvolvimento efetivo de nossos Estados; é imprescindível consolidar os avanços acordados em matéria de integração e complementação produtiva, promovendo a incorporação dos atores sociais nesse processo e a necessária mudança na matriz econômica, produtiva, distributiva e social.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
2	A necessidade de aprofundar as políticas de inovação tecnológica no âmbito regional, bem como a importância de obter a diversificação da matriz de produção através de políticas que tenham como objetivo a industrialização das economias dos Estados Parte e Associados do MERCOSUL.	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014

Quadro 16. ISM, IPPDH, PEAS, Estatuto da Cidadania

Inserção	Documento/ Cúpula Social
Exigimos respostas imediatas aos Estados e aos atores envolvidos para que façam efetivas as ações enumeradas no Plano de Ação para a Conformação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL dada a necessidade de assegurar o exercício dos direitos das pessoas dentro da região.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
Reafirmamos a imperiosidade do funcionamento efetivo do Instituto Social do MERCOSUL, o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos no MERCOSUL e o escritório do Alto Representante-Geral do MERCOSUL e sua Unidade de Participação Social. Além disso, sustentamos a necessidade de restabelecer, mediante convocação para eleições diretas, o funcionamento pleno do Parlamento do MERCOSUL.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
I. [Considerar] As dimensões política, econômica, produtiva, social, educacional, ambiental, cultural e cidadã da integração regional, que são as bases sobre as quais se deve avançar rumo a um MERCOSUL mais efetivo, justo e democrático. Neste sentido, conclamamos os governos a implementarem as diretrizes do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) e o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. Apoiamos a atuação da UPS e de sua capacidade orçamentária, para de forma transparente e eficaz, promover a ampliação da participação autodeterminada das organizações e movimentos sociais da região.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 17. Juventude

Inserção	Documento/ Cúpula Social
1 8. Entendemos que o desenvolvimento social e econômico do MERCOSUL passa pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude que se articulem transversalmente com as políticas de educação, trabalho decente, cultura, saúde, segurança pública, intercâmbio de jovens, turismo, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas de juventude devem ser compreendidas como prioridade por todas as gerações e devem, necessariamente, contemplar o estímulo à participação dos jovens nas esferas de decisão do bloco.	Declaração de Brasília 2006
2 7. O MERCOSUL sempre reconheceu a juventude como sujeito de direitos e como ator importante para a região. A juventude do MERCOSUL convoca para a construção de jornadas de lutas continentais, contra o golpismo, em defesa da democracia e com campanhas comuns, como: “Contra a redução da maioria penal, pelo casamento igualitário, contra as bases militares na América Latina”	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 18. Meio ambiente e recursos naturais

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	23. Defendemos os recursos naturais e o acesso à água em toda a região. A água não é mercadoria, e rechaçamos qualquer tentativa de privatização desse direito essencial para todas as formas de vida. Em relação ao Aquífero Guarani, propomos uma regulação regional, não subordinada às instituições financeiras internacionais, do uso desse recurso regional, sua proteção e garantia de existência para as gerações futuras. Há necessidade de implementar e fortalecer a participação social na gestão integrada das bacias hidrográficas e transfronteiriças. Propomos a realização de uma conferência sobre meio ambiente e recursos naturais no MERCOSUL. O desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um MERCOSUL socioambiental.	Declaração de Brasília 2006
2	O capitalismo especulativo tem provocado a crise ambiental, alimentar e energética que atualmente deteriora a capacidade de reverter a desigualdade e a injustiça social, ameaça os significados e conteúdos dos projetos democráticos e emancipatórios da região e coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade. A preservação da mãe terra e a soberania sobre os recursos naturais e minerais devem ser pautadas por uma nova lógica de produção e consumo, que preservem e estimulem a solidariedade.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
3	6. Exigimos que os países membros do MERCOSUL implementem efetivamente políticas públicas de educação ambiental e comunicação comunitária para preservação do meio ambiente e mitigação dos efeitos provocados pelos impactos ambientais, minimizando o sofrimento dos afetados pela injustiça ambiental. Que sejam planejados e executados projetos de educação ambiental para uma sociedade sustentável e ambientalmente responsável com a geração e descarte de resíduos sólidos e ações de fortalecimento de coleta seletiva e geração de postos de trabalho e renda na América Latina.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
4	24. A necessidade de implementar e fortalecer a participação social na gestão integrada das bacias hidrográficas e transfronteiriças. O desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um MERCOSUL socioambiental. Instamos aos países do bloco a assumir uma postura comum de defesa do meio ambiente e dos recursos naturais do MERCOSUL, diante da próxima COP 21 - Conferência das Partes Sobre a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – UNFCCC – que terá lugar em dezembro próximo em Paris. Urge uma postura que fique à altura dos desafios e das demandas dos povos por justiça climática e socioambiental. A defesa veemente pelos países do bloco do princípio da Transição Justa e do Trabalho Decente é condição fundamental para a transição de uma economia de alto carbono para uma de baixo carbono.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
5	31. A mãe natureza é um bem comum dos povos a serviço da humanidade. Portanto, rechaçamos qualquer forma de destruição, apropriação privada, biopirataria, e soluções de mercado que apenas aprofundam o atual estágio da crise ambiental e climática. Opomos-nos ao poder empresarial da MONSANTO, assentado na monocultura e nos cultivos transgênicos.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 19. Migrações

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>1 14. Atribuímos prioridade à formulação de um marco jurídico de defesa dos direitos dos migrantes nos países do MERCOSUL e Estados Associados, reconhecendo o direito humano a migrar como direito à livre circulação e fixação de residência garantido em convenção, pacto e declaração internacionais, enfatizando a necessidade de garantir a segurança humana de todos os migrantes independente de seu status migratório, denunciando e coibindo as violações de direitos humanos nas fronteiras e da condução desumana das deportações e expulsões coletivas de estrangeiros.</p>	Declaração de Brasília 2006
<p>2 16. Exortamos nossos governos a ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e promover a respectiva normativa do MERCOSUL com vistas à convergência dos marcos jurídicos desses direitos em nossos países, respeitando os direitos humanos dos migrantes independentemente de seu status migratório e multiplicando esforços para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Enfatizamos que as mulheres e as crianças são mais vulneráveis e expostas às violações desses direitos.</p>	Declaração de Brasília 2006
<p>3 Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS 3. A implementação imediata do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, que deve ser também um marco que provoque a harmonização das legislações migratórias na região para se expandir direitos já existentes em um país aos demais países. Nesse sentido, deve-se realizar sua ampla divulgação, promover o trabalho decente, viabilizar a revalidação de diplomas, garantir a igualdade de gênero e o direito ao VOTO pelos imigrantes, bem como à saúde, educação, entre outros direitos. Nossa defesa é da CIDADANIA UNIVERSAL para os imigrantes que residem no MERCOSUL, vindos inclusive de outros continentes.</p>	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
<p>4 4. Políticas públicas direcionadas à construção de redes de informação e acompanhamento da situação dos direitos dos imigrantes nos países do Mercosul, com particular atenção às realidades de partida, trânsito e destinos dos fluxos migratórios.</p>	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
<p>5 Ainda, instamos os Estados da região a comprometer-se a garantir a livre circulação das pessoas; os direitos dos migrantes; combater o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e o direito das pessoas a não migrar, gerando as condições necessárias de inclusão em seus respectivos países.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>6 17. A prioridade à formulação de um marco jurídico de defesa dos direitos dos migrantes nos países do MERCOSUL e Estados Associados, reconhecendo o direito a migrar e não migrar como direito humano fundamental, enfatizando a necessidade de garantir a segurança de todos os migrantes independente de seu status migratório, denunciando e coibindo as violações de direitos humanos nas fronteiras e da condução desumana das deportações e expulsões coletivas de estrangeiros. Pela integração de nossos povos na construção de uma cidadania Mercosulina, pela livre circulação de pessoas, pela cidadania regional, com documento único e por um MERCOSUL livre de xenofobia, levando em conta a perspectiva de gênero, exortamos nossos governos a ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e promover a respectiva normativa do MERCOSUL com vistas à convergência dos marcos jurídicos desses direitos em nossos países. Reiteramos a proposta de criação de um Conselho de Políticas Migratórias e integração dos Povos como instância política e decisória, com a participação dos(as) migrantes. Consideramos necessária a implantação de instâncias de assessoramento legal dos(as) migrantes no âmbito do MERCOSUL e o tratamento das questões migratórias por órgãos civis, abandonando a lógica da segurança nacional nas questões migratórias.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 20.

Modelos de integração, modelos de desenvolvimento, negociações comerciais internacionais

Inserção	Documento/ Cúpula Social
1 3. Coincidimos no entendimento de que para avançarmos rumo a um MERCOSUL mais efetivo e democrático é fundamental enfatizar as dimensões política, social, trabalhista, ambiental e cultural da integração regional, em complementação às dimensões comercial e econômica, superando o neoliberalismo. Conclamamos os governos a implementar as diretrizes da estratégia de desenvolvimento social integral e produtiva emanadas da XXX Reunião Presidencial do Mercosul.	Declaração de Brasília 2006
2 4. Ratificamos, nos marcos da soberania nacional, do multilateralismo e da defesa da paz, a importância de fortalecer e ampliar o MERCOSUL, em articulação com os diversos processos de integração que estão sendo desenvolvidos na região, em particular na América do Sul. Ressaltamos a importância da Cúpula Social dos Povos, realizada recentemente em Cochabamba, Bolívia, durante a Cúpula da Comunidade Sul Americana de Nações. Enfatizamos as realizações positivas do MERCOSUL, e apelamos para a intensificação do diálogo e para o aprofundamento da dimensão política como caminho mais adequado para contribuir para a integração regional.	Declaração de Brasília 2006
3 19. Propugnamos a promoção de investimentos para o combate às assimetrias entre os países e no interior dos países do MERCOSUL, permitindo uma perspectiva conjunta de desenvolvimento socioeconômico, coesão social, complementaridade, sinergias, convergência estrutural e fortalecimento do processo de integração. Nesse sentido enfatizamos a importância de consolidação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL como um instrumento de apoio às economias menores e alocação de recursos para superar as assimetrias regionais. Entendemos que os recursos destinados ao FOCEM devem ser ampliados e a sua atuação monitorada pela sociedade civil. Além disso, é fundamental articular os mecanismos de financiamento existentes através da construção de um organismo regional de financiamento ao desenvolvimento no MERCOSUL. Ressaltamos a importância da montagem de uma infra-estrutura condizente com os objetivos definidos.	Declaração de Brasília 2006
4 20. Observamos que os elementos definidores de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região devem regular a política comercial do MERCOSUL com terceiros países, estimulando cadeias produtivas e aproveitando ao máximo as complementaridades existentes entre as diversas economias nacionais. O desenvolvimento regional deve articular-se em torno de um poderoso mercado regional de consumo responsável, com primazia sobre outras propostas de integração comercial que visam primordialmente à exportação para terceiros. A garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais deve prevalecer sobre eventuais tratados de comércio que venham a ser firmados pelo bloco. As negociações para estes tratados com países e regiões extra-bloco devem ser subordinadas aos objetivos regionais de desenvolvimento.	Declaração de Brasília 2006
5 3. Concordamos que a dimensão econômica e comercial deve se pautar no aperfeiçoamento da participação social, trabalhista, educativa, ambiental e cultural da integração regional, superando as receitas neoliberais que, ainda hegemônicas, têm-se fortalecido com a crise pela atuação global das Instituições Financeiras Multilaterais e dos países centrais. Essas são políticas ainda presentes em forma cada dia mais agressiva, como é o caso dos fundos especulativos, e com novos formatos de tratados de investimentos e de associação, ameaçando as economias emergentes e periféricas que continuam buscando manter seu crescimento. Nesse sentido, nos preocupa o avanço das negociações do bloco com a União Europeia, especialmente em temas de grande sensibilidade para nossos países, como compras de governo e matérias normativas e, por isto, reiteramos a necessidade de maior transparência nesse processo negociador. Alertamos para que este acordo não venha reproduzir as negociações nos padrões da ALCA.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
6 4. Ratificamos, no marco da soberania nacional, do multilateralismo e da defesa da paz e da justiça social, a importância de fortalecer e ampliar o MERCOSUL, em articulação com os diversos processos de integração que estão se desenvolvendo na região, particularmente na América do Sul. E, ao mesmo tempo, em que se	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL -

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>fortalecem mecanismos novos de integração financeira regional, como o Banco do Sul e o Fundo de Reservas do Sul, acreditamos na importância de buscar posições comuns da região no G20, na OMC e no sistema ONU, entre outros, que promovam uma transformação no sentido de democratizar o poder global assimétrico. Propomos impulsionar uma profunda mudança no sistema financeiro global, de modo a inibir, entre outros, a especulação desenfreada dos preços dos alimentos e das commodities, criminalizar a lavagem de dinheiro e adotar medidas efetivas para por fim ao sigilo absoluto de jurisdições nos paraísos fiscais.</p>	Brasília 2012
<p>7 5. Acreditamos no MERCOSUL como um processo que responda às expectativas de mudanças nas condições de vida e de trabalho de nossos povos, no sentido de transformar o modelo de desenvolvimento primário-exportador ainda vigente em alguns países, que agrava a degradação ambiental e da biodiversidade e aprofunda a violência no campo e nas cidades, promovendo a exclusão social. Instamos a promover o desenvolvimento industrial regional para atender às necessidades de nossos povos, à complementação entre os países e sub-regiões do continente, tendo em conta o conceito de desenvolvimento sustentável e as especificidades das Micro, Pequenas e Médias Empresas.</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
<p>8 Exigimos também políticas públicas universais e compatíveis entre os países do Bloco que respondam efetivamente às necessidades de homens e mulheres de acesso ao trabalho, à educação, à saúde, a serviços públicos essenciais, e ao exercício pleno dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. O combate às assimetrias não pode se esgotar em medidas compensatórias, mas deve contribuir a resolver os problemas estruturais que impedem a autonomia e o bem-estar de nossos povos.</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
<p>9 14. Finalmente, as organizações e movimentos sociais do MERCOSUL, reunidos em Brasília, ratificam a vontade de continuar impulsionando a integração dos povos: por uma verdadeira integração que nos permita recuperar a soberania plena a partir e para os povos do Sul.</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
<p>10 Neste contexto, é necessário destacar a importância do aprofundamento da integração regional em nossa América do Sul, reconhecendo o MERCOSUL como um processo fundamental para atingir esse objetivo.</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
<p>11 Nos últimos tempos, registramos uma forte contraofensiva do imperialismo para recuperar posições na América Latina e o Caribe que tem como fator mais perigoso a imposição a alguns dos governos latino-americanos da chamada Aliança do Pacífico que vem a reinstalar a filosofia neoliberal da ALCA, derrotada por nossos povos em Mar del Plata, em novembro de 2005, continuada com a estratégia da assinatura de tratados bilaterais de livre comércio. Repudiamos a ideia impulsionada pelos setores conservadores de que a Aliança do Pacífico seja um processo de integração regional, na medida em que é uma ampliação do mercado para as corporações transnacionais e se enquadra, com a assinatura do Tratado Transpacífico, na estratégia dos Estados Unidos para dividir os avanços na integração latino-americana alcançados com a UNASUL e a CELAC, fortemente voltada para a militarização incentivada pelos Estados Unidos.</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
<p>12 Dada a conformação da Aliança do Pacífico é mais urgente ainda promover uma maior articulação entre o MERCOSUL e a ALBA.</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
<p>13 Repudiamos qualquer modo de relacionamento externo do MERCOSUL que suponha um critério de negociação baseado na concepção do livre comércio, mas apoiamos aqueles que visam o equilíbrio entre as políticas sociais e econômicas e o respeito às assimetrias. Por um MERCOSUL dos povos, inclusivo e democrático.</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>14 A importância do papel protagonista das organizações sociais e dos movimentos populares na construção, aprofundamento e consolidação de nossa integração, que têm como alicerces a soberania política, a independência econômica e a justiça social, e que se diferencia daquele processo de integração inspirado em uma matriz neoliberal baseada no “Consenso de Washington”, que já foi rejeitado em 5 de novembro de 2005 na cidade de Mar del Plata, quando os povos da América Latina dissemos Não à ALCA, desterrando assim as pretensões imperialistas dos Estados Unidos. Neste sentido, reivindicamos a vontade política e as fortes convicções dos Presidentes Néstor Kirchner e Hugo Chávez, que deixaram suas marcas na construção da Pátria Grande.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>
<p>15 O reconhecimento dos avanços nos processos de integração regional da América Latina, em particular do MERCOSUL, que na última década passou de uma agenda exclusivamente comercial a constituir um processo de integração que inclui as dimensões política social, cultural, produtiva, identificadora, e que persegue o desenvolvimento com inclusão e a ampliação dos direitos de nossos povos. Também, somos cientes dos desafios ainda pendentes e por isso instamos os Estados Partes e Associados a seguir trabalhando para a superação dos mesmos.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>
<p>16 A transcendência que adquire a soberania tecnológica, alimentar e energética como eixos estratégicos dos processos de integração.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>
<p>17 Que o aprofundamento da integração regional exige a construção de objetivos comuns em matéria de política externa, política social e a construção de órgãos legislativos de caráter plurinacional, para avançar para a soberania política, a independência econômica e a justiça social.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>
<p>18 Reconhecendo que o desendividamento dos países da região foi uma condição essencial para o desenvolvimento de nossos processos de integração, repudiamos energicamente as manobras especulativas dos fundos abutres que tentam submeter o povo argentino.</p>	<p>Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014</p>
<p>19 41. Reconhecemos que o desendividamento dos países da região é uma condição essencial para o desenvolvimento dos nossos processos de integração, para tanto repudiamos energicamente as manobras especulativas dos Fundos Abutres que tentam subjugar o povo argentino e solidarizamos-nos com ele. Também reconhecendo que os processos de reestruturação da dívida não afetam unicamente a República Argentina, destacamos a necessidade que a comunidade internacional trabalhe em prol da conformação de uma arquitetura financeira global que permita contar com os instrumentos que possibilitem acordos razoáveis e definitivos entre credores e devedores soberanos, permitindo fazer frente a problemas de sustentabilidade da dívida de forma ordenada.</p>	<p>Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015</p>
<p>20 Os movimentos sociais reafirmam o seu compromisso com a Democracia como valor fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade. A luta contra o neoliberalismo, na década de 90, culminou com a eleição de sucessivos governos progressistas na América Latina, abrindo um ciclo de mudanças e transformações sociais. Com a derrota da Alca, em 2005, avançamos na soberania dos povos, no investimento em políticas sociais e de inclusão importantes e hoje todos esses projetos estão sendo confrontados por uma ofensiva imperialista, representada pelo poder financeiro internacional e pelas oligarquias nativas que viram seus interesses sendo afetados pelos governos populares. As grandes corporações multinacionais e os especuladores financeiros, causadores desta crise, querem impulsionar novas formas de explorar os povos do mundo, apoiados por tratados de “livre comércio”, que para avançar, devem questionar os processos de integração regional, em especial o MERCOSUL, e assim, sobrepor os interesses das corporações aos direitos dos trabalhadores e à liberdade dos povos. Neste sentido, rechaçamos o Tratado Transpacífico, o TISA, e qualquer outro acordo, que não seja claro, justo e democraticamente construído a partir da participação popular. Não aceitamos a redução de nenhum dos direitos consolidados dos trabalhadores do bloco.</p>	<p>Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015</p>
<p>21 Nos preocupamos e estamos atentos à incursão da China na região, e queremos que as negociações com este país sejam pautadas não somente pelo comércio, que ameaça a indústria local e o mundo do trabalho,</p>	<p>Declaração Final – XVIII Cúpula</p>

Inserção	Documento/ Cúpula Social
mas por uma relação justa e benéfica para os povos da região.	Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>22 O MERCOSUL não deve avançar nas negociações de um tratado de livre comércio com a União Europeia, haja vista os exemplos dos seis acordos de associação que a Europa tem firmado com alguns países da América Latina fica claro que os mesmos impõem condições injustas na relação comercial e promovem obrigações que limitam a capacidade de desenvolvimento autônomo dos nossos estados: compras públicas, proteção dos direitos de propriedade intelectual, proteção aos investimentos, exigência de abertura em setores industriais que põem em risco nossos postos de trabalho. Não ao retrocesso das políticas de subsídios agrícolas e abertura aos mercados neste setor. As negociações com terceiros devem sustentar-se sobre as bases de equilíbrio e estarem de acordo com os objetivos estratégicos construídos regionalmente. Denunciamos a falta de transparência e o sigilo que vem sendo mantido nas negociações do MERCOSUL e da União Europeia.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>23 Uruguai e Paraguai devem sair das negociações do acordo sobre Comércio de Serviços (TISA) e o MERCOSUL deve adotar uma atitude proativa para bloquear e rechaçar estas dinâmicas de negociação que busca limitar ainda mais as capacidades dos Estados de construir trajetórias de desenvolvimento aprofundando as capacidades do poder corporativo.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>24 36. As organizações e movimentos sociais do MERCOSUL, reunidos em Brasília, afirmam o compromisso de continuar impulsionando a participação dos povos por uma verdadeira integração que nos permita recuperar a soberania plena a partir e para os povos do Sul.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>25 41. Reconhecemos que o desendividamento dos países da região é uma condição essencial para o desenvolvimento dos nossos processos de integração, para tanto repudiamos energicamente as manobras especulativas dos Fundos Abutres que tentam subjugar o povo argentino e solidarizamo-nos com ele. Também reconhecendo que os processos de reestruturação da dívida não afetam unicamente a República Argentina, destacamos a necessidade que a comunidade internacional trabalhe em prol da conformação de uma arquitetura financeira global que permita contar com os instrumentos que possibilitem acordos razoáveis e definitivos entre credores e devedores soberanos, permitindo fazer frente a problemas de sustentabilidade da dívida de forma ordenada.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>26 42. A integração regional é a resposta dos Povos para barrar o avanço do conservadorismo e do liberalismo econômico predatório.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
<p>27 É fundamental que afirmemos que os problemas e as limitações do atual processo do MERCOSUL devem ser resolvidos com MAIS DIREITOS, MAIS PARTICIPAÇÃO E MAIS INTEGRAÇÃO e não com a negação e retrocesso que representam os acordos de livre comércio.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 21. Mulheres

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>I 17. Conclamamos os governos dos países do bloco a alocar os recursos políticos e econômicos necessários para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. A mesma prioridade deve ser dada à adoção de políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva e sexual. Enfatizamos a necessidade dos governos, articulados com movimentos e organizações sociais, implementarem os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a</p>	Declaração de Brasília 2006

Inserção	Documento/ Cúpula Social
Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) assim como as recomendações da Reunião Especializada de Mulheres (REM).	
<p>2 19. A alocação dos recursos políticos e econômicos necessários para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. A mesma prioridade deve ser dada à adoção de políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva e sexual. Enfatizamos a necessidade dos governos, articulados com movimentos e organizações sociais, de implementarem os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Exigimos a descriminalização em toda a região, da orientação sexual e identidade de gênero, com a elaboração e aprovação de leis antidiscriminatórias como políticas de Estado. Exigimos a despatologização das identidades das pessoas trans, travestis, transexuais e transgêneros e a promoção e aprovação da Lei de Identidade de Gêneros. Que a construção de políticas do MERCOSUL tome como base as experiências mais avançadas dos países que o compõem, de modo a que reflitam os modelos mais exitosos, como a legalização do aborto no Uruguai, a paridade de gênero nas eleições gerais da Venezuela, matrimônio igualitário e direito a identidade de gênero no Uruguai e na Argentina e a Lei Maria da Penha no Brasil.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 22. Parlamento

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>1 5. Saudamos a criação do Parlamento do MERCOSUL e assumimos o compromisso de subsidiar essa instituição política com os indispensáveis aportes dos movimentos sociais, na perspectiva de construção de um Mercosul democrático e participativo. Enfatizamos a necessidade da composição do Parlamento do MERCOSUL ter a participação igualitária de homens e mulheres, e de sua agenda incluir, com a ênfase necessária, os temas da igualdade de gênero, da igualdade étnico-racial e dos direitos humanos.</p>	Declaração de Brasília 2006
<p>2 10. Exigimos, também, que os países cumpram com o processo de eleição por voto direto dos/as representantes no Parlamento do MERCOSUL, incluindo a paridade de gênero.</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
<p>3 6. Efetivar os espaços de representação e participação já existentes, como o PARLASUL, realizando eleições diretas em todos os Estados parte, e, regulamentar espaços de participação direta nos diferentes fóruns temáticos do MERCOSUL, de forma a garantir que as demandas da sociedade civil recebam encaminhamento dos órgãos decisórios.</p>	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS
<p>4 A importância de seguir avançando na construção de uma identidade mercosulina através da igualdade dos direitos sociais, econômicos e culturais mas também políticos. Neste sentido, consideramos essencial dar passos na implementação da eleição direta dos representantes do Parlasul.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
<p>5 3. Saudamos a decisão da Argentina de convocar eleições gerais do PARLASUL no próximo 25 de outubro, somando-se à República do Paraguai e instamos os demais países a levar adiante processos similares, que tenham como objetivo a consolidação do PARLASUL, principal órgão de representação política dos povos, assegurando a paridade de gênero nas listas.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 23. Participação social, cúpulas sociais

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	2. Nossas conclusões expressam o consenso alcançado pelas delegações presentes e visam o fortalecimento da agenda social e da participação cidadã no MERCOSUL. Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do MERCOSUL. Propomos, para tanto, a continuidade dessas experiências, de modo que as Cúpulas Sociais sejam, a partir de agora, apoiadas pelas Presidências Pro Tempore como uma atividade permanente do movimento social, sempre realizadas nos marcos das Reuniões Presidenciais do MERCOSUL. Propomos ainda que os governos apoiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Subgrupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do MERCOSUL, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum (CMC).	Declaración de Brasília 2006
2	6. Enfatizamos que a ampliação dos horizontes da participação cidadã na tomada de decisões sobre o destino do MERCOSUL deve guiar a reforma institucional e visar o fortalecimento das políticas públicas regionais de caráter social, imprescindíveis para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento do bloco e assegurar que os benefícios advindos da integração sejam distribuídos de forma equânime, revertendo-se em melhoria da qualidade de vida de nossas populações.	Declaración de Brasília 2006
3	9. Sabemos que a única forma de aprofundamento dos processos democráticos é através da participação efetiva dos movimentos sociais e populares que, no caso da integração regional, devem ampliar a cada dia sua atuação no processo decisório do MERCOSUL. Exortamos aos governantes a garantir a transparência e acesso às informações nas negociações do MERCOSUL e a fortalecer os espaços de diálogo e interação entre povos e governos, estimulando os mecanismos de democracia participativa e controle social. Celebramos a institucionalização das Cúpulas Sociais aprovadas pelo MERCOSUL e propomos o fortalecimento da participação das organizações sociais e dos movimentos populares, em diálogo com os governos, garantindo as condições necessárias para viabilizar a presença dos movimentos sociais e populares nesses espaços. Instamos ao imediato funcionamento da Unidade de Participação Social do MERCOSUL, criada pelo Conselho do Mercado Comum em 2010. Também chamamos os governos a implementarem as diretrizes do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) por meio do fortalecimento do Instituto Social do MERCOSUL, e também o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.	Declaración de la Cumbre Social del MERCOSUR, Brasília 2012
4	Brasília 2012 – 20 PROPOSTAS 5. Implementar a Unidade de Participação Social do MERCOSUL, responsável pelo acompanhamento das decisões das Cúpulas Sociais, com respeito a diversidade das organizações que lutam contra todas as formas de desigualdade e discriminação. Assim, institucionalizando uma participação real das organizações sociais, que garanta a incidência nos espaços de decisão, o acesso à informação, o financiamento e, colocar em prática, mecanismos que permitam o trabalho entre as cúpulas.	Brasília 2012, 20 Propuestas
5	7. Fortalecer e celebrar a institucionalização das Cúpulas Sociais, trabalhando fortemente para dar um salto de qualidade na representação e participação até aqui alcançada. Nesse sentido, construir mesas permanentes de cada eixo temático que funcionem entre as Cúpulas para seguimento, avaliação e análise pré e pós-Cúpula.	Brasília 2012, 20 Propuestas
6	8. Formar uma coordenação permanente das organizações sociais para realizar o seguimento e avaliação do PEAS.	Brasília 2012, 20 Propuestas
7	Destacamos nossa visão da integração como construção coletiva, afirmando a necessidade de definir e ampliar todos os canais de participação possível. Propomos que, como atividade complementar e executiva das conclusões das Cúpulas Sociais, os países membros viabilizem reuniões de trabalho com a participação conjunta dos funcionários correspondentes às áreas envolvidas e os membros das organizações sociais.	Declaración de la XV Cumbre Social del MERCOSUR, Montevideo 2013

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>8 Temos um Foro Consultivo que não é consultado, reconhecendo a importância do Foro Consultivo Econômico Social do MERCOSUL, instamos os governos a valorizar seu papel e reconhecer sua capacidade de contribuição para o aprofundamento do processo de integração regional.</p>	Declaración de la XV Cumbre Social del MERCOSUR, Montevideo 2013
<p>9 Reafirmar o compromisso permanente das organizações sociais e os movimentos populares de continuar avançando no aprofundamento e na consolidação da Pátria Grande.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del MERCOSUR, Paraná 2014
<p>10 Propostas Participação Social</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação do fundo de participação social como mecanismo de financiamento da participação social. 2. Criar e organizar uma rede informativa para a difusão da informação gerada na cúpula social de forma transparente e acessível através da página web e outros meios. 3. Organização de um processo de debate para a definição do regulamento para o funcionamento das cúpulas sociais (criar normas de organização da própria cúpula, o formato de diálogo com as presidentas e os presidentes, o fundo de participação social, formação para a participação popular, dentre outros). 4. Promover a criação de espaços participativos e organizados em foros e mesas, que garantam o debate. 5. Gerar espaços de discussão na cúpula social com temas específicos, em especial a feminização da pobreza e direitos sexuais, assim como o direito a decidir sobre seu corpo. 	Declaración de la XVII Cumbre Social del MERCOSUR, Paraná 2014
<p>11 Efetivar os espaços de representação e participação já existentes, como o PARLASUL, realizando eleições diretas em todos os Estados parte, e, regulamentar espaços de participação direta nos diferentes fóruns temáticos do MERCOSUL, de forma a garantir que as demandas da sociedade civil recebam encaminhamento dos órgãos decisórios.</p>	Brasilia 2012, 20 Propuestas
<p>12 37. A XVIII Cúpula Social reconhece o processo autônomo de construção desta cúpula e felicita o governo brasileiro pelo esforço empreendido nesta mudança de paradigma na construção da Cúpula Social. Uma cúpula verdadeiramente dos povos, através dos povos e para os povos. Finalmente, queremos e lutaremos para que esta mudança se consolide em todas as cúpulas sociais do MERCOSUL que se seguirão. Sem autonomia não há avanço!</p>	Declaración Final, XVIII Cumbre Social del MERCOSUR, Brasília 2015

Quadro 24. Pueblos originarios/indígenas

Inserção	Documento/ Cúpula Social
<p>1 A integração que queremos requer o reconhecimento da diversidade de sujeitos socioculturais existentes e dos territórios dos povos e nações indígenas, que inclusive muitas vezes ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais. Neste momento em particular, exigimos a apuração do massacre de Curuguaty e o fim da perseguição e o aniquilamento de povos indígenas, em particular do povo Guarani Kaiowá.</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
<p>2 23. O cumprimento por parte dos governos nacionais, departamentais e municipais em suas instâncias (Executivo, Legislativo e Judiciário) das Leis, especialmente a Convenção 169, Normas de Proteção e Direitos dos Povos Originários. O reconhecimento político pelos países do assentamento de nossas nações sobre o espaço territorial ancestral dos Povos Originários e sua livre determinação em espaço territorial ancestral dos povos nativos e a autodeterminação. Assim como a existência de um documento único de identidade como povos originários, reconhecido por todos os Estados-parte em igualdade de condições.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 25. Saúde

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	<p>11. Entendemos que a saúde é um direito universal, integral, que promove igualdade e exige participação, para que o desenvolvimento com justiça social seja alcançado. Políticas conjuntas de saúde constituem excepcional ferramenta para promover a qualidade de vida de nossos povos, pois garantem seu bem-estar. Os progressos obtidos têm fundamental importância para complementar políticas de saúde. Entretanto, é necessária maior articulação entre os países envolvidos no processo, a fim de otimizar resultados, revisar e atualizar temas prioritários e de interesse comum. Devemos atentar para as alterações e os avanços nos aspectos assistenciais, sanitários, tecnológicos, ambientais e de recursos humanos nos países do MERCOSUL e estimular, junto à sociedade civil, a gestão participativa e o controle social. Consideramos também a importância da criação do Observatório da Participação Social e Gestão Participativa no MERCOSUL, integrado às demais redes de observatórios existentes, promovendo a articulação com a Comissão Intergovernamental de “Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde” (CISICS).</p>	Declaração de Brasília 2006
2	<p>O repúdio às fumigações indiscriminadas sobre escolas, povos em zonas urbanas e periurbanas, gerando efeitos deletérios na saúde e deficiências no longo prazo, comprometendo as gerações futuras. Os Estados Partes do MERCOSUL são responsáveis por garantir a qualidade de vida de seus povos.</p>	Declaración de la XVII Cumbre Social del Mercosur-Paraná 2014
3	<p>12. A saúde é um direito universal, integral, que promove igualdade e exige participação, para que o desenvolvimento com justiça social seja alcançado. Neste sentido, instamos os governos da região a desenvolver políticas regionais de saúde que garantam a sua universalidade, gratuidade, integralidade e seu caráter equitativo, primordialmente com ações de prevenção e de promoção, sustentado pela qualidade técnica e humana, financiado com recursos gerais dos Estados e com a participação e controle popular nos núcleos de decisão. Entendemos que o gozo do direito a saúde deve ser concebido como questão de ordem pública, inalterável e irrenunciável, assumido pelos Estados, garantindo a saúde individual e coletiva.</p>	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Quadro 23. Trabalho, previdência, livre circulação de pessoas

Inserção	Documento/ Cúpula Social	
1	<p>10. Ressaltamos a centralidade da agenda do emprego e do trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do Mercosul. Para tanto, propugnamos pelo cumprimento da Declaração Sócio-Laboral do MERCOSUL e por garantias efetivas de funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho, de modo a que sejam executadas as diretrizes da Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. A articulação das cadeias produtivas, com o objetivo de gerar condições de criação de empresas e empregos dignos, e o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras constituem os parâmetros essenciais dessa estratégia. Exortamos os governos a agilizar e simplificar a regulamentação da circulação de trabalhadoras e trabalhadores no MERCOSUL; criar mecanismos de harmonização entre os países que garantam os direitos previdenciários; implementar o Plano Regional de Inspeção do Trabalho; acelerar a harmonização das Normas sobre Higiene e Segurança no Trabalho e o Plano Regional para a Erradicação do Trabalho Infantil e a plena incorporação das pessoas com deficiência. Defendemos o direito à organização sindical de acordo com as normas internacionais do trabalho.</p>	Declaração de Brasília -2006
2	<p>7. Os processos de integração devem garantir a plena cidadania no MERCOSUL e a livre circulação de trabalhadores e trabalhadoras, construindo um marco jurídico de proteção trabalhista que eleve os padrões atuais na região e garanta a plena liberdade de organização e de negociação coletiva, bem como a atualização</p>	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL

Inserção	Documento/ Cúpula Social
e aperfeiçoamento da Declaração Sociolaboral e a garantia de instrumentos para sua aplicação. Da mesma forma é fundamental tomar realidade o Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL. Ao mesmo tempo, garantir o direito das pessoas a não migrar como também todos os direitos dos e das migrantes. A competitividade baseada no trabalho escravo ou na sobre-exploração do trabalho de migrantes mantidos na ilegalidade não pode ser tolerada.	Brasília 2012
3 10. Instamos os governos a se comprometerem com a harmonização das legislações vigentes e a ampla difusão de acordos que favoreçam a integração, como, por exemplo, os Acordos de Seguridade Social ou de Residência para nacionais do bloco, e o reconhecimento dos diplomas acadêmicos.	Declaração da Cúpula Social do MERCOSUL - Brasília 2012
4 É imperativo o avanço da agenda trabalhista em nível regional. Nos últimos tempos nossos governos implementaram diversas políticas de inclusão social, mas para diminuir as desigualdades sociais é imprescindível garantir que todos os trabalhadores ou trabalhadoras tenham trabalho decente e vivam em ambientes sustentáveis com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Por isso exigimos a imediata ratificação e efetiva implementação da Convenção 189 e Recomendação 201 da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras Domésticas.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
5 Saudamos o avanço alcançado no Subgrupo 10 na elaboração do Plano para a Facilitação da Circulação de Pessoas no MERCOSUL, mas instamos as autoridades a trabalhar visando a criação de condições a fim de assegurar um conjunto de direitos trabalhistas e sociais para a efetiva conformação de um espaço comum de convivência, partindo das iniciativas mais avançadas que existem na região, garantindo o direito dos povos a migrar ou não migrar.	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
6 É imprescindível a consolidação de uma plataforma laboral comum, baseada nas melhores práticas e nos direitos já consolidados em nível regional. Ressaltamos a centralidade da agenda do emprego e o trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do MERCOSUL. Solicitamos que a Comissão Sociolaboral tenha plenas condições para garantir o cumprimento da Declaração Sociolaboral, que vem avançando em seu processo de revisão. É imperativa a instalação e o real funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho para melhorar o impacto das políticas regionais. Estas questões devem integrar a agenda prioritária dos âmbitos regionais e devem ser efetivamente valorizadas pelas decisões dos Presidentes	Declaración de la XV Cumbre Social del Mercosur- Montevideo 2013
7 2. [Considerar]A harmonização de legislações que afetam a plena efetivação do processo de integração (trabalho, previdência, tributos, dentre outras) e a implementação efetiva do Acordo de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e o Acordo sobre Residência dos Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile. Para tal, instamos a que os governos apliquem, em todos os níveis, as políticas acordadas no bloco.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
8 8. Reconhecemos a centralidade do emprego e do trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do MERCOSUL. Por isto, exigimos a estruturação do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL, para que este possa atender às demandas feitas pelos órgãos do bloco. Especialmente, que esse observatório contemple os dados referentes à inserção e permanência da mulher no Mercado de Trabalho, reconhecidamente, as questões referentes a salário, idade, classe social e etnia. Exortamos os governos a colocar em prática o Plano MERCOSUL de Facilitação da Livre Circulação de Trabalhadores/as, a harmonizar os sistemas previdenciários, implementar os Planos Regionais de Inspeção do Trabalho e de Erradicação do Trabalho Infantil e a acelerar a harmonização das Normas sobre Saúde e Segurança no Trabalho. Defendemos o direito à livre organização sindical conforme expresso na Declaração Sócio laboral do MERCOSUL. Exigimos dos Estados a mesma tipificação do crime de tráfico de pessoas em todos os países do MERCOSUL e que se ratifique imediatamente a Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, 2011 (nº 189) e a Recomendação com o mesmo título (nº 201) da OIT.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
9 9. Além do direito ao trabalho que se garanta também o direito ao acesso a serviços básicos e à moradia digna aos trabalhadores.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

	Inserção	Documento/ Cúpula Social
10	10. Que o MERCOSUL assuma o compromisso de construção de políticas que avancem no sentido de alcançar um salário igual para trabalho igual e a criação e ampliação de equipamentos públicos que contribuam na socialização do Trabalho Doméstico.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015
11	11. De forma especial, saudamos a assinatura da nova Declaração Sócio-Laboral do MERCOSUL e expressamos nossa mobilização permanente para a efetivação dos direitos nela expressos. Esta assinatura vem a se somar a esta perspectiva de uma região que busca seu desenvolvimento ampliando direitos sociais. Avançar no MERCOSUL por mais direitos, para o reconhecimento da cidadania regional e a livre circulação de pessoas entre nossos países é fundamental.	Declaração Final – XVIII Cúpula Social do Mercosul – Brasília 2015

Em Montevideu 2007, cúpula que teve um formato específico, de conjunção dos eventos sociais que se realizaram na cidade nos marcos da Cúpula Presidencial, os documentos resultantes são as próprias declarações dessas atividades setoriais: Declaración del Movimiento Cooperativo del MERCOSUR; Declaración “Por un Banco del Sur orientado a una matriz soberana, solidaria, sustentable e integradora para el desarrollo del continente”, Alianza Social Continental; Declaración “Al MERCOSUR también lo construye la gente”, Programa MERCOSUR Social y Solidario (PMSS) e Carta a los Presidentes, Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS). Estes documentos, em função de possuírem institucionalidades específicas, não foram incluídos na sistematização.

Nos casos em que não houve declarações finais (assim como na maioria em que houve), as Cúpulas Sociais produziram documentos por grupo de trabalho, oficina ou comissão. Esses documentos têm diferentes formatos, variando entre atas, relatórios, declarações e cartas abertas. O estudo localizou 103 diferentes documentos dessa natureza, listados no quadro abaixo por temas – alguns individuais e outros agrupados. Os critérios de divisão não são os mesmos das declarações finais, estando relacionados às lógicas e denominações usadas por esses documentos setoriais.

Quadro 27.
Declarações, Relatórios e Conclusões
de Grupos de Trabalho e Comissões

#	Setor	Documento	Cumbre Social
1	Advogados	Declaración de la Comisión de Abogacía para el MERCOSUR	Tucumán 2008
2	Afrodescendientes	Carta Aberta das organizações de afrodescendentes presentes na Cúpula Social do MERCOSUL	Salvador 2008
3		Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Afrodescendentes	Foz do Iguaçu 2010
4		Declaración de la Comisión de Afrodescendientes	Asunción 2011
5		III Relatoría de la Comisión de Afrodescendientes del MERCOSUR	Montevideo 2011
6		Los afrodescendientes de la Argentina presentes en la Cumbre Social del MERCOSUR	Mendoza 2012
7		Agricultura Familiar, Segurança e Soberania Alimentar	Contribuições do Trabalho de Grupo Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Cooperativas, Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Segurança Alimentar
8	Declaración de la Comisión de Soberanía Alimentaria		Tucumán 2008
9	Relatoría - ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA - Agricultura Familiar, Cooperativismo y Seguridad Alimentaria		Asunción 2009
10	Taller sobre Agricultura Familiar		Montevideo 2009
11	Declaración Comisión de Soberanía Alimentaria		Mendoza 2012
12	Conclusiones Mesa 03 - Economía Social y Soberanía Alimentaria		Caracas 2014
13	Comunicação	Taller sobre Comunicación	Montevideo 2009
14		Comisión de Comunicación	Chaco 2010
15		Declaración de Comunicación	Foz do Iguaçu 2010
16		Declaración de la Comisión de Comunicación Social	Asunción 2011
17		Declaración de la Comisión de Comunicación	Montevideo 2011
18		Relatoría Comisión de Comunicación	Mendoza 2012
19		Resolución Medios y TICS	Montevideo 2013
20		Mesa 4. Nuevas Tecnologías y Comunicación	Caracas 2014
21		Mesa Nº 6 Nuevas Tecnologías de Información, Inclusión Digital y Educación	Asunción 2009
22		Espacio Virtual Tecnología Social	Montevideo 2011
23	Consumidores	Relatoria Comisión de Usuarios y Consumidores	Mendoza 2012

#	Setor	Documento	Cumbre Social
24	Cultura	Declaración de la Comisión Cultura	Asunción 2011
25	Cúpulas Sociais	Evaluación y seguimiento de las cumbres sociales	Montevideo 2013
26	Direitos Humanos	Contribuições do Trabalho de Grupo Genero, Raça, Etnia e Direitos Humanos	Brasília 2006
27		Derechos Humanos	Montevideo 2011
28		Resolución Educación en Derechos Humanos	Montevideo 2013
29		Resolución Igualdad y No Discriminación	Montevideo 2013
30		Conclusiones Mesa 2 - Derechos Humanos, de los Pueblos y de la Naturaleza	Caracas 2013
31	Economia Solidária	Economía Solidaria y Trabajo Decente	Mendoza 2012
32	Educação	Declaración de la Comisión de Educación	Tucumán 2008
33		Deliberações do setor educacional e educativo	Salvador 2008
34		Comisión de Educación	Chaco 2010
35		Declaración de Educación	Foz 2010
36		Propuestas de la Comisión de Educación	Montevideo 2011
37		Declaración de la Comisión de Educación	Asunción 2011
38		Resolución Educación y Cultura	Montevideo 2013
39	Escrivãos	Conclusiones de la Comisión de Escribanos para el Mercosur	Chaco 2010
40	Esportes e Educação Física	Declaración de la Comisión de Educación Física	Tucumán 2008
41		Declaración del V Foro MERCOSUR Latinoamericano del Deporte, la Educación Física y la Recreación	Chaco 2010
42		Declaración de Deporte, Educación Física y Recreación	Foz do Iguazu 2010
43		Declaración de la Comisión de Deporte, Educación física y Recreación	Asuncion 2011
44	Gênero	Declaración de la Comisión de Género	Tucumán 2008
45		Declaración de la Comisión de Equidad y Género	Chaco 2010
46		Declaración de la Comisión de Género y Diversidad	Asunción 2011
47		Grupo de Trabajo – Genero	Montevideo 2011
48		Relatoría – Comisión Aula Género	Mendoza 2012
49		Relatoría Comisión de Equidad de Género	Mendoza 2012
50	Governos Locais	Declaración Gobiernos Locales y Regiones Subnacionales	Córdoba 2006

#	Setor	Documento	Cumbre Social
51	Integração Produtiva	Declaración de Producción, Sociedad y Tecnología	Córdoba 2006
52		Declaración de la Comisión de Producción y Empleo	Tucumán 2008
53		Carta do grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL para a Cúpula Social e Cúpula dos Presidentes do MERCOSUL	Salvador 2008
54		Desarrollo productivo e inclusión social	Montevideo 2013
55	Juventude	Declaración de Juventud	Córdoba 2006
56		Declaración de la Comisión de Juventud	Tucumán 2008
57		IV Sessão da Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL/ Declaração de Salvador	Salvador 2008
58		Taller sobre Juventud	Montevideo 2009
59		Comisión de Juventud	Chaco 2010
60		Declaración de la Comisión de Juventud	Asunción 2011
61		Documento para el Debate de la Comisión de Juventud – MERCOSUR	Montevideo 2011
62	Meio Ambiente	Declaración de Recursos Naturales	Córdoba 2006
63		Contribuições do Trabalho de Grupo Meio Ambiente, Desenvolvimento e Participação Social	Brasília 2006
64		Declaración de la Comisión de Cambio Climático	Tucumán 2008
65		Declaración de la Comisión de Recursos Naturales	Tucumán 2008
66		Comisión sobre Cambio Climático y Pobreza	Chaco 2010
67		Declaración de Cambio Climático y Pobreza	Foz do Iguaçu 2010
68		Declaración de la Comisión Cambio Climático y Pobreza	Chaco 2010
69		Relatoria Comisión Cambio Climático, Ambiente y Desarrollo Sustentable	Mendoza 2012
70		Migrações	Contribuições do Trabalho de Grupo Trabalho e Migrações
71	Declaración de la Comisión de Migraciones		Tucumán 2008
72	Declaración de la Comisión de Migraciones		Asunción 2011
73	Conclusiones Comisión Migración y Refugio		Mendoza 2012
74	Resolución Migración y Derechos Humanos		Montevideo 2013
75	Modelos de Integração	Contribuições do Trabalho de Grupo Tratados de Livre Comércio, Integração e Modelos de Desenvolvimento	Brasília 2006
76		MESA N° I GEOPOLITICA	Caracas 2014

#	Setor	Documento	Cumbre Social
77	Parlamento	Contribuições do Grupo de Trabalho Parlamento Mercosul	Brasília 2006
78	Pensamento Latino-Americano	Declaración de la Comisión de Pensamiento Latinoamericano	Asunción 2011
79		Comisión de Cultura y Pensamiento latinoamericano	Mendoza 2012
80	Pessoas com Deficiência	Taller sobre Discapacidad	Montevideo 2009
81		Declaración de la Comisión sobre Discapacidad	Chaco 2010
82		Propuestas del Foro DISCAPACIDAD a las Comisiones	Chaco 2010
83		Conclusiones del Foro de Discapacidad	Foz 2010
84		Declaración de la Comisión de Discapacidad	Asunción 2011
85		Conclusiones del Foro Discapacidad	Montevideo 2011
86		Conclusiones del Foro Discapacidad	Mendoza 2012
87		Tecnologías sociales orientadas al desarrollo y a la discapacidad	Montevideo 2013
88	Povos Originários	Declaración de la Comisión de Pueblos Originarios	Tucumán 2008
89		Declaración de la Comisión de Pueblos Originarios	Asunción 2011
90		Relatoria Comisión de Pueblos Originarios	Mendoza 2012
91	Saúde	Contribuições do Trabalho de Grupo Saúde	Brasília 2006
92		Declaración de la Comisión de Salud	Tucumán 2008
93		Direito à Saúde: Resoluções	Salvador 2008
94		Taller sobre Salud	Montevideo 2009
95		Declaración de la Comisión de Salud	Chaco 2010
96		Declaración de la Comisión de Salud e Integración Regional	Asunción 2011
97		Relatoría de la Comisión de Salud e Integración Social	Mendoza 2012
98	Tecnologias Sociais	Declaración de la Comisión de Tecnologías Sociales	Asunción 2011
99		Tecnologías Sociales en el MERCOSUR	Montevideo 2011
100	Terra e Moradia	Declaración de la Comisión de Tierra, Vivienda y Hábitat	Tucumán 2008
101		Declaración de la Comisión Tierra, Vivienda y Hábitat	Chaco 2010
102	Voluntariado	Declaración de la Comisión de Voluntariado	Chaco 2010
103		Taller de Voluntariado – Conclusiones	Montevideo 2011

8.

Respostas aos questionários aplicados

Para fins de elaboração do presente estudo, foi aplicado um questionário a um grupo de representantes dos movimentos e organizações sociais e dos governos envolvidos com o processo, como forma de aferir sua percepção avaliativa da experiência e, com isso, apoiar as conclusões atingidas por meio da pesquisa.

O questionário foi respondido por vinte pessoas, entre os quais doze homens e oito mulheres. Seis dos entrevistados foram argentinos, cinco brasileiros, cinco uruguaios e quatro paraguaios. Não houve resposta dos participantes venezuelanos que receberam o convite para participar da pesquisa.

O questionário, que consta como anexo da presente pesquisa, foi composto por 33 perguntas abordando as seguintes dimensões: a) informação pessoal; b) organização e logística; c) agenda (avaliação dos entrevistados sobre a relevância dos temas trabalhados); d) percepção dos entrevistados sobre os atores envolvidos; e) institucionalidade e consolidação e f) resultados e incidência em outros espaços do MERCOSUL. No que diz respeito às temáticas relacionadas à definição da programação e preparação do evento, o objetivo foi o de verificar não apenas se os entrevistados avaliavam esses aspectos de forma positiva ou negativa mas, sempre que possível, levantar informações sobre a participação dos diferentes atores nos processos de construção das Cúpulas.

Os participantes foram solicitados a indicar todas as opções que julgassem necessárias para cada uma das perguntas, explicitando, quando fosse o caso, o porquê de respostas múltiplas. Uma vez que os entrevistados tinham a possibilidade de dar mais de uma resposta para a mesma questão, as porcentagens relacionadas na sistematização abaixo devem ser consideradas pergunta a pergunta, ou seja, dentre as respostas dadas para cada uma das questões, foi calculada a porcentagem relacionada às opções de resposta possíveis.

Todas as dezessete edições da Cúpula Social incluídas no questionário (de Córdoba a Paraná) contaram com a participação de pelo menos um dos vinte entrevistados. A frequência é diversa: dois dos entrevistados participaram de apenas uma edição (caso do Ponto Focal

responsável pela Cúpula de Assunção em 2007). Dentre os que mais participaram, destacam-se dois membros brasileiros do Programa MERCOSUL Social e Participativo, com 13 e 12 participações, e dois membros argentinos do *Consejo Consultivo de la Sociedad Civil*, com dez participações cada.

Dentre os entrevistados, 75% participaram das Cúpulas Sociais como representantes de movimento ou organização social ou política; 15% como representantes de governos nacionais, 5% como representantes de órgãos do MERCOSUL e 5% de outros organismos regionais.

50% responderam não participar de outros espaços institucionais do MERCOSUL além das Cúpulas Sociais e 35% que sim. Os seguintes órgãos foram listados: RECS, RMAAM, REAF, RECM, Parlasul, IPPDH, ISM e Alta Representação-Geral.

A sistematização geral dos questionários respondidos encontra-se a seguir. Para fins de apresentação, as perguntas foram agrupadas por temas:

1. Organização, preparação e logística;
2. Temas trabalhados;
3. Metodologia;
4. Igualdade de gênero e geracional;
5. Resultados das Cúpulas e incidência sobre outros espaços do MERCOSUL.

Na sistematização apresentada abaixo foram levados em consideração, além das respostas objetivas, os comentários que foram acrescentados pelos entrevistados às suas respostas, uma vez que os mesmos contêm informações que complementam o entendimento e enriquecem as possibilidades de análise abertas pelo questionário.

8.1 Organização, preparação e logística

Este conjunto de questões foi dedicado a levantar a percepção dos entrevistados acerca da periodicidade das Cúpulas, eficiência das convocatórias, financiamento, disponibilização prévia de informação para os participantes e participação no processo de preparação do evento.

As respostas fornecidas indicam a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de informação prévia sobre os temas que serão debatidos nas Cúpulas, de modo a permitir que os participantes e organizações possam melhor preparar sua participação nas atividades. Também foi indicada a necessidade de ampliar convocatória que, segundo os comentários feitos nas questões relacionadas a este tópico, restringem-se na maioria dos casos aos atores que já vêm participando do processo.

A maioria dos entrevistados (65%) considera adequada a frequência semestral das Cúpulas. Entre os que a consideram inadequada, 15% pensam que deveriam ser menos frequentes e outros 15% que deveriam ser mais frequentes.

Quanto ao tema do financiamento, 65% responderam que o financiamento disponível não tem sido suficiente, ou não o tem sido em todos os casos. Segundo comentário de um dos entrevistados, o financiamento poderia ser considerado suficiente caso fosse bem implementado, uma vez que as dificuldades residiriam mais no direcionamento político dos recursos do que em sua quantidade.

A maior parte (70%) dos que responderam o questionário considera que a convocatória para participar das Cúpulas não é feita com antecedência o suficiente e não chega a todos os interessados/as, tanto dos movimentos sociais quanto dos governos. Em seus comentários, os entrevistados relataram que, frequentemente, as datas, o formato e a agenda são definidos a poucos dias da realização da atividade. Ademais, as convocatórias restringem-se às organizações que estiveram diretamente envolvidas na pressão aos governos para a própria criação das Cúpulas Sociais e a determinados espaços governamentais (Ministérios de Relações Exteriores e afins). Ainda segundo os entrevistados, as organizações sociais, por limites

vários, não conseguem dar capilaridade ao processo e os governos são condicionados por conjunturas que determinam maior/menor fluxo de informações sobre a realização das Cúpulas.

A maioria (65%) declarou que os pontos focais não informam com antecipação suficiente os temas que serão tratados nas Cúpulas. 20% entendem que, antes das Cúpulas, não recebem informações para preparar suas participações, enquanto que 45% responderam que, embora recebam, as informações não chegam com tempo suficiente para melhor aproveitá-las. Segundo os comentários feitos pelos que responderam ao questionário, esta circunstância parece estar relacionada ao tópico anterior: como não há tempo hábil para a convocação, que se dá a partir do país sede, os demais pontos focais não têm como adiantar os temas para as organizações que, por sua vez, não conseguem aportar contribuições de forma a construir uma Cúpula a partir das demandas dos países do Bloco. A pauta é sempre ditada pelo país sede, com raras exceções em que foi possível negociar uma pauta regional comum.

A participação em espaços nacionais de preparação para as Cúpulas é, entretanto, elevada entre aqueles que responderam o questionário: 60% informam já terem participado de reuniões dessa natureza no nível **nacional** convocadas por governos e 65% em atividades convocadas por organizações e movimentos sociais.

Um número um pouco menor informou ter participado de atividades semelhantes de caráter **regional**: 30% em reuniões organizadas por governos e 40% em atividades organizadas por movimentos sociais.

A resposta para a pergunta sobre se participa da construção da agenda e da convocatória das Cúpulas foi heterogênea: 30% sim, 35% não e 35% apenas em algumas oportunidades.

8.2. Temas trabalhados

Quadro 28. Temáticas que deveriam ser inseridas na agenda das Cúpulas Sociais segundo os questionários aplicados pela pesquisa

Questionados sobre quais os novos temas que deveriam ser incorporados à agenda das Cúpulas, muitas respostas indicaram temáticas já tradicionalmente incluídas, como meio ambiente, gênero e direitos humanos. No quadro abaixo estão citados os temas indicados que são de fato inéditos e aqueles já abordados, mas que apresentam especificidades na forma como foram formuladas pelos entrevistados:

1. Políticas regionais em saúde
2. Programas de intercâmbios culturais na região
3. Políticas eficientes de incorporação de países ao MERCOSUL, para um fortalecimento concreto do mesmo
4. Infraestrutura regional
5. Arquitetura financeira
6. Institucionalização regional do espaço social
7. Institucionalização do intercâmbio de experiências de construção territorial
8. Acordos de Livre Comércio com a UE dos países integrantes do bloco
9. Industrialização.... perdas de postos de trabalho formais e empresas maquiladoras, o futuro?
10. Avançar com a Cidadania Mercosuriana
11. Política migratoria regional para migrantes, refugiadxs, desplazadxs, apátridas EXTRA MERCOSUL . (Haitianxs, Ucravianxs por exemplo)
12. Militarização da região
13. Vinculação com os países ribeirinhos da África
14. Exploração dos bens naturais da região
15. Compreensão dos temas soberanos desde as distintas perspectivas
16. Direitos Sociais
17. Harmonização de legislação sobre maioridade penal
18. Marco regulatório sobre de uso de agrotóxicos na região
19. Legislação sobre tráfico de pessoas na região
20. Livre circulação de nacionais do Bloco na Região (não se visualizam na prática, ações neste sentido)

21. Fronteiras, livre trânsito
22. Modelo de desenvolvimento regional
23. Financiamento do Desenvolvimento
24. Importância e relação com o Parlamento
25. Uso do Fundo para superação das assimetrias (FOCEM)
26. Modelo de participação social (Necessidade de aprofundar o debate sobre participação social. O modelo que temos mostra limitações, os mecanismos que criamos são já insuficientes. As estratégias de construção de poder de partidos e governos se transformam em barreiras que dificultam a participação social autônoma. Temos que buscar e fortalecer novas formas e formatos de participação social).
27. Complementariedade econômica e sua dimensão social
28. Mecanismos de incidência social nas decisões MERCOSUL
29. Saúde Mental (tendo em conta o flagelo da drogadição, que afeta regionalmente como uma enfermidade social)
30. O deflorestamento
31. Tratado TISA
32. Energia
33. Acordos de livre comércio que o MERCOSUL está negociando.
34. Papel do MERCOSUL na integração regional e as negociações em curso.
35. Análises conjunturais associadas com o processo de globalização.

Questionados sobre se os temas da agenda cumpriam as expectativas das organizações e movimentos sociais, 50% informaram que sim e 30% que em alguns dos casos. Para os entrevistados, existe uma conexão direta entre este item e a participação das organizações na preparação da Cúpula. Como seria de se esperar, os casos em que a agenda é construída com mais consulta e participação, as organizações se sentem mais contempladas em suas expectativas em relação ao formato e conteúdo dos eventos.

8.3

Metodologia

A adequação da metodologia utilizada nas Cúpulas foi avaliada da seguinte forma:

- Quanto à facilitação da participação nos debates e atividades, 50% consideraram a metodologia adequada; 20% inadequada e 30% que a mesma poderia ser melhorada.
- Quanto à promoção e aprofundamento do conhecimento sobre os temas debatidos, 55% das respostas consideraram a metodologia adequada; 20% inadequada e 30% que a mesma poderia ser melhorada (a soma é superior à 100% porque alguns participantes responderam simultaneamente que a metodologia era adequada para esta dimensão e que poderia ser melhorada).
- Quanto à promoção do conhecimento sobre o MERCOSUL e suas agendas, a avaliação foi mais positiva: 60% consideraram a metodologia adequada; 15% inadequada e 25% que a mesma poderia ser melhorada.
- A avaliação a respeito da incidência sobre os assuntos da agenda do bloco foi a que obteve respostas mais negativas: 65% pensam que a metodologia não é funcional para a incidência sobre as negociações concretas do MERCOSUL. Os comentários a respeito indicam que isso se dá, na percepção dos participantes, pela ausência ou ineficácia de instrumentos de seguimento das declarações e orientações geradas pelas Cúpulas.

Questionados se consideram que durante os debates das Cúpulas prevalecem dinâmicas e articulações nacionais ou regionais, 65% responderam dominam as dinâmicas nacionais, enquanto que para 45% prevalece a regionalidade. Esse fenômeno parece estar relacionado à própria composição do público das Cúpulas, em que a presença nacional é desproporcional a dos outros países.

No que concerne à metodologia, os comentários feitos pelos entrevistados concentram-se em dois aspectos:

- Variação entre as metodologias adotadas em cada Cúpula – os modelos adotados variam extraordinariamente segundo o país organizador. Em alguns casos, houve a tentativa de aplicar uma metodologia que facilitasse os debates desde uma lógica regional.

Em outros casos, as agendas estiveram mais sujeitas às conjunturas nacionais do país organizador.

- Segundo a percepção dos entrevistados, o principal desafio não se dá durante a realização das Cúpulas, mas sim nos períodos entre elas, uma vez que não existem espaços claros de seguimento e retroalimentação sobre os encaminhamentos dados às declarações produzidas pelos eventos.

8.4

Igualdade de gênero e geracional

A questão da igualdade de gênero e geracional é bem avaliada. 70% pensam que há uma atitude de promoção da participação igualitária de mulheres e homens, ainda que para 15%, não em todos os casos. Para 65%, também existe uma atitude de promoção da participação igualitária de jovens e adultos.

8.5

Resultados das Cúpulas e incidência sobre outros espaços do MERCOSUL

Quanto aos resultados, 65% das respostas dadas consideram que os debates contribuem para definir ações concretas para as distintas áreas temáticas, enquanto que a mesma porcentagem de respostas informou que em alguns casos os debates não levam a nada concreto. Neste caso, a soma é superior a 100% por que a maioria dos entrevistados respondeu, ao mesmo tempo, que as Cúpulas contribuíam para a definição de ações concretas, mas não em todos os casos.

Foram diferenciadas as respostas sobre a opinião dos entrevistados a respeito da influência das Cúpulas na implementação de políticas públicas no plano doméstico. Em alguns casos, como no da agricultura familiar, as Cúpulas e a REAF redundaram em políticas em todos os países. Os entrevistados lembraram que algumas propostas das Cúpulas foram encaminhadas pelo bloco, por exemplo, a criação da UPS. Também houve avanços sociais em temas de fronteira. No entanto, para os entrevistados, a generalidade dos temas tratados resulta em avanços concretos limitados e, em muitos casos, são ignorados pela agenda oficial negociadora.

Para a maioria dos entrevistados (75%), sua participação nas Cúpulas Sociais contribuiu para o aprendizado de sua instituição quanto aos temas por elas impulsionados. Os seguintes temas foram lembrados:

- Conhecimento regional de uma problemática em comum.
- A articulação com outros movimentos sociais da Região.
- Em alguns casos, as organizações participantes das Cúpulas mantiveram-se em comunicação, criando espaços permanentes entre organizações afins, que permitem chegar às Cúpulas com propostas comuns – como no caso da Mesa Permanente de Economia Social e Solidária do Mercosul, criada durante a XI Cúpula Social (Assunção, 2011).
- Em temas específicos, como migrações, as Cúpulas contribuíram para visualizar a problemática no nível regional e unificar critérios para a luta dos direitos dos migrantes, comparando e intercambiando as diferentes experiências migratórias, suas respectivas leis e sua aplicação.
- Um dos maiores aprendizados se trata dos espaços em que a organização pode incidir. O Parlasul é um espaço pouco acionado pelo movimento social.
- No que concerne a questões como o acompanhamento das negociações comerciais, continua prevalecendo a falta de transparência.

A maior parte (85%) dos entrevistados respondeu já ter participado de avaliações nacionais realizadas após a realização das Cúpulas.

Quanto a se consideravam que os debates realizados pelas Cúpulas haviam sido tomados em consideração por outros âmbitos de negociação do MERCOSUL, 35% responderam que não (por exemplo no caso do Acordo Mercosul-UE), 20% que sim e outros 20% que apenas em alguns casos (por exemplo nos casos da agricultura familiar, dos direitos humanos e da criação do ISM e da UPS).

Apenas nos casos da Argentina e do Uruguai a maioria (55%) das respostas dadas considerou que as Cúpulas Sociais haviam ganhado em prestígio e transcendência desde sua criação. No caso do Brasil, 45% consideraram que sim, 20% que não e 35% não sabiam ou não responderam. No caso do Paraguai as respostas foram mais negativas: 40% responderam que não, 20% que sim e outros 40% não souberam ou não responderam. No caso da Venezuela, houve um 50% de abstenção, enquanto 25% responderam que sim e outros 25% que não, respostas que novamente refletiram a ausência de entrevistados dessa nacionalidade.

Quanto a se as atividades nas Cúpulas ao longo destes anos contribuíram para melhorar os vínculos entre as organizações e movimentos sociais da região, 40% responderam que sim e 55% que apenas em alguns casos.

Questionados sobre se as atividades nas Cúpulas ao longo destes anos contribuíram para melhorar os vínculos entre as organizações e movimentos sociais da região e outros âmbitos do Mercosul, como as Reuniões Especializadas, o Instituto Social do MERCOSUL, o Parlamento do MERCOSUL, 30% responderam que sim, 25% que não e 20% que em alguns casos. Foram lembrados especialmente o ISM, a REAF e a RECM. A relação com o Parlasul não foi considerada estável ao longo do tempo.

Por fim, a avaliação dos entrevistados a respeito da criação da UPS e seu potencial em contribuir para a sustentabilidade das Cúpulas é positiva. 75% pensam que a UPS pode contribuir para a parte institucional, porque garante os espaços para a participação; 65% responderam que deverá contribuir no econômico, uma vez criado o Fundo de Participação Social, a cargo da UPS; e 45% na prática, por facilitar o diálogo político, o acesso à informação e a pluralidade do debate.

9.

Considerações finais

As Cúpulas Sociais do MERCOSUL têm sido realizadas de forma ininterrupta pelas Presidências Pro Tempore do bloco desde a sua primeira edição em Córdoba. Esse dado é um indicativo do interesse dos governos, órgãos do MERCOSUL, organizações e movimentos sociais envolvidos na continuidade do processo.

- » Quanto ao formato e às programações, verifica-se uma extrema heterogeneidade ao longo das dezoito Cúpulas realizadas, o que pode ser um reflexo da preponderância de considerações nacionais sobre as regionais no momento de definição dos programas. Desse modo, os temas escolhidos parecem refletir melhor as prioridades dos governos no exercício da Presidência Pro Tempore do bloco e das organizações sociais mais intensamente envolvidas com a coorganização das Cúpulas, não tendo sido optado, até o momento, pela adoção de um desenho comum para as diferentes edições do evento. Essa tendência não parece ser profundamente alterada mesmo nos casos em que os Pontos Focais realizam reuniões regionais prévias às Cúpulas.
- » Um caso ilustrativo é o da Argentina onde, na maioria das vezes, a divisão dos debates por grupos obedeceu ao número e denominações das comissões que compõem o Conselho Consultivo da Sociedade Civil, espaço de participação coordenado pelo Ponto Focal daquele país.
- » Com base nas informações levantadas, não foi possível verificar com exatidão as diferentes responsabilidades e os papéis dos governos e movimentos sociais na construção dos formatos das Cúpulas. As perguntas do questionário relacionadas a essa dimensão indicam a participação das organizações e movimentos em reuniões preparatórias nacionais e regionais, mas não explicitam a divisão de tarefas.
- » Quanto aos participantes, foi possível perceber que, ao menos nos casos de Argentina e Brasil, as organizações e movimentos sociais que mantêm uma participação mais constante são aquelas que fazem parte dos espaços nacionais de diálogo político (Programa Mercosul Social e Participativo, no Brasil, e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil, na Argentina).
- » A relação entre as Cúpulas Sociais e os órgãos do MERCOSUL é heterogênea. O diálogo com as Reuniões Especializadas, por meio da participação de representantes destes

órgãos nas Cúpulas, aconteceu especialmente nos casos da RECM, RMAAM e REAF. Deve ser destacado o caso da REJ, que além de ter sido criada a partir de proposta da Cúpula Social, seccionou oficialmente dentro dela por duas vezes (Salvador 2008 e Foz 2010). Este intercâmbio, entretanto, mostrou-se fragmentado: houve participação em algumas edições da Cúpula, mas não em todas. Também não há registro de cooperação posterior ou outros tipos de articulação para além da presença em Cúpulas. Espera-se que o Alto Representante Geral e a UPS possam reconstruir essa relação mais próxima com os órgãos do bloco, incluindo os citados e outros, como a IPPDH.

- » É recomendável aproximar a Cúpula dos processos de aprimoramento e implementação do Estatuto da Cidadania e, sobretudo, do PEAS, levando-se em conta as muitas convergências entre o documento e as demandas das organizações sociais formuladas pelas Cúpulas Sociais.
- » Em termos da institucionalidade oficial, há nítidos avanços no tocante à criação de espaços voltados para a participação social (sobretudo a UPS) e também quanto ao acervo normativo, com destaque para a norma sobre participação de organizações sociais, aprovada pelo CMC em julho de 2015³⁷.
- » Quanto ao conteúdo do debate, foi possível aferir um grande número de menções e propostas relacionadas a temas de interesse regional nas declarações finais, principalmente aos modelos de integração em disputa no MERCOSUL. As declarações oriundas das Cúpulas também são pródigas em referências a eventos políticos que marcaram a conjuntura regional nos momentos em que as Cúpulas foram realizadas (por ex. as condenações aos golpes de Estado em Honduras, em Assunção 2009, e no Paraguai, em Mendoza 2012; o apoio ao presidente Evo Morales quando do episódio da retenção de seu avião na Europa, em Montevideu 2013; sem contar as numerosas menções de apoio à manutenção da ordem democrática na Venezuela e à demanda argentina pela devolução das Malvinas).
- » Ainda assim, em termos totais prepondera um mosaico de manifestações setoriais, ainda que muitas vezes fazendo referência a conjunturas ou marcos jurídicos regionais.
- » A avaliação dos questionários respondidos indica uma avaliação positiva, ainda que crítica, dos entrevistados. A opinião média indica um desejo de aperfeiçoamento, e não um apercepção de esgotamento do processo.

³⁷ <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6266/2/innova.front/2015>

Bibliografia

ALEMANY, C., B. LEANDRO (2006): *Análises e propostas para a participação cidadã no Mercosul*. Montevideu: Friedrich Ebert Stiftung. Uruguai.

Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo (ALOP) (2009): "El Mercosur Ciudadano. Retos para una nueva institucionalidad", Montevideo: Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo (ALOP), Centro Latinoamericano de Economía Humana (Claeh), Centro Cooperativista Uruguayo (CCU).

AVRITZER, L. e BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (2003): Para ampliar el canon democrático. Disponible en <http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-es.html>.

CAETANO, G., M. VAZQUEZ D. VENTURA (2009): La reforma institucional del Mercosur. Análisis de un reto. En: CAETANO, G. (coord.). La reforma institucional del Mercosur. Del diagnóstico a las propuestas. Montevideo: Centro de Formación para la Integración Regional (Cefir).

CAETANO, G. (coord.). (2011): *MERCOSUR: breve historia, cronología y marco conceptual*. Montevideo: Centro de Formación para la Integración Regional (Cefir)

Centro de Formación para la Integración Regional (Cefir) (2011): *Somos MERCOSUR y las Cumbres Sociales: balance y perspectivas*. Montevideo.

DAGNINO, E., OLVERA, A., PANFICHI A. (coords.) (2006): *La disputa por la construcción democrática en América Latina*, México: Fondo de Cultura Económica-Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS)- Universidad Veracruzana.

DRAIBE, S. América Latina na encruzilhada: estaria emergindo um novo Estado desenvolvimentista de bem estar? Observações sobre a proteção social e a integração regional. *Cadernos de Pesquisa* N° 78. Núcleo de Estudos e Políticas (NEPP). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Fundación Friedrich Ebert (2008): La sociedad civil se manifiesta: las Cumbres y sus propuestas. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung (FES).

Instituto Social do MERCOSUL (ISM) (2012): Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul. Asunción.

MARTINS, J.R.V. (2014): Mercosul: a Dimensão Social e Participativa da Integração Regional. In: DESIDERÁ NETO, W. A. (org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

MIRZA, C. (2013): La dimensión social del MERCOSUR: marco conceptual. Asunción: Instituto Social del MERCOSUR (ISM).

PRECIADO CORONADO, J. A. (2014): "La nueva gramática democrática frente a la integración autónoma latinoamericana y caribeña". *Sociedade e Estado*; 29(1); 45-72. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339931540004>>.

SADER, E. A. (2009): *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*, São Paulo: Boitempo.

Secretaria-Geral da Presidência da República. Mercosul Social e Participativo: construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania, Volume II. Secretaria-Geral da Presidência da República, Brasília, 2010.

SILVA, C. A.; y J. R. V. MARTINS (2011): Políticas sociais e participação social: a constituição de uma esfera pública regional no Mercosul. *Boletim de Política Internacional* No. 5, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, jan/mar., pp. 65-71.

SILVA, C. A.; MARTINS, J. R. V.; GOMENSORO, F. Mercosul Social e Participativo: a ampliação da esfera pública regional. *Mercosur 20 Años*, CEFIR. Montevideu, 2010.

SILVA, C. A. y J. R. V. MARTINS (2014): Participação social nos processos de integração regional. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Participacao-social-nos-processos-de-integracao-regional/4/31888>.

SIMÕES, A.J.F. (2011): *Integração: sonho e realidade na América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), Ministério das Relações Exteriores.

TOURAINÉ, A. (1989): *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

VAZQUEZ, M. (2014): "La integración regional como proyecto estratégico y la participación popular". In: SARTI, I., J. MARTINS, M. LESSA, e G. CARVALHO (orgs.): *Os desafios da integração sul-americana. Autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fomerco.

ANEXO

Questionário aplicado pela pesquisa «Las Cumbres Sociales del MERCOSUR: historia y acervo»

Por favor, complete los campos en blanco o marque con una cruz (X) en los casilleros que corresponda (cuantos sean necesarios).

1. Información personal (opcional)

Nombre completo:	
Institución:	
Cargo:	
Correo electrónico:	

2. País

<input type="checkbox"/>	1. Argentina
<input type="checkbox"/>	2. Brasil
<input type="checkbox"/>	3. Paraguay
<input type="checkbox"/>	4. Uruguay
<input type="checkbox"/>	5. Venezuela

3. Participa o participó en las Cumbres Sociales en calidad de:

<input type="checkbox"/>	1. Representante de movimiento/organización social
<input type="checkbox"/>	2. Representante de Gobierno Nacional
<input type="checkbox"/>	3. Otro (aclare):

4. ¿Considera que la convocatoria a participar en las Cumbres Sociales llega a todos/as los/as interesados/as de las organizaciones y movimientos sociales, así como de los gobiernos?

<input type="checkbox"/>	1. Sí
<input type="checkbox"/>	2. No
<input type="checkbox"/>	3. No llega a todos/as los/as interesados/as por los siguientes motivos (aclare):
<input type="checkbox"/>	4. No sabe.

5. ¿Participa o participó en espacios/reuniones *nacionales* para la preparación de las Cumbres Sociales con participación de representantes de las organizaciones y movimientos sociales, así como del Gobierno?

	1. Sí, convocadas por el Gobierno.
	2. Sí, convocadas por organizaciones y movimientos.
	3.No
	4. Solo en algunos casos (aclare):

6. ¿La convocatoria a las Cumbres Sociales se produce con el tiempo suficiente para que cada delegación pueda preparar la participación a nivel nacional?

	1. Sí
	2. No
	3. En algunos casos la convocatoria se realizó con poca anticipación.
	4. No sabe.

7. ¿Los puntos focales nacionales comunican con anticipación los temas que serán tratados en las Cumbres Sociales?

	1. Sí
	2. No se comunican por los siguientes motivos(aclare):
	3. Solo en algunos casos
	4. No sabe.

8. Antes de la Cumbre, ¿recibe información que le permite mejorar su participación y aporte al debate?

	1. Sí
	2. No
	3. Sí, la recibe, pero no a tiempo para aprovecharla.
	4. No siempre recibe la información adecuada para mejorar su participación (aclare):
	5. No sabe

9. A nivel nacional, ¿se hacen evaluaciones después de las Cumbres Sociales?

	1. Sí
	2. No
	3. A veces
	4. No sabe.

10. ¿Ha participado en espacios/reuniones *regionales* para preparación de las Cumbres?

	1. Sí, organizadas por los Gobiernos Nacionales.
	2. Sí, organizadas por las organizaciones y movimientos sociales.
	3. No
	4. Solo en algunas oportunidades

11. ¿Participa en la construcción de la agenda y la convocatoria a las Cumbres Sociales?

	1. Sí
	2. No
	3. Solo en algunas oportunidades

12. ¿Considera adecuada la frecuencia (semestral) de las Cumbres Sociales?

1. Sí
2. No
3. Deberían ser más espaciadas.
4. Podrían ser más frecuentes.
5. No sabe

13. ¿Considera que en las Cumbres Sociales hay una actitud de promoción de la participación igualitaria de mujeres y hombres?

1. Sí
2. Sí, y hubo incluso medidas específicas para lograrlo (aclare o ejemplifique):
3. Sí, pero no en todos los casos (aclare o ejemplifique):
4. No
5. No sabe.

14. ¿Considera que en las Cumbres Sociales hay una actitud de promoción de la participación igualitaria de jóvenes y adultos?

1. Sí
2. Sí, y hubo incluso medidas específicas para lograrlo (aclare o ejemplifique):
3. Sí, pero no en todos los casos (aclare o ejemplifique):
4. No
5. No sabe

15. Indique si la metodología utilizada en las Cumbres Sociales es adecuada para:

	1. Sí	2. No	3. Podría mejorarse (aclare)	4. No sabe
a. Facilitar la participación de todos/as los/as interesados/as en los debates y actividades				
b. Promover/profundizar el conocimiento sobre los temas debatidos				
c. Promover el conocimiento sobre el MERCOSUR y sus agendas				
d. Promover la incidencia de los/las participantes sobre los asuntos de la agenda del MERCOSUR				

16. ¿Considera que los debates contribuyen a definir acciones concretas para las distintas áreas temáticas?

1. Sí
2. No
3. En algunos casos los debates no conducen a nada concreto.
4. No sabe.

17. ¿Percibe que los/as participantes de las organizaciones y movimientos sociales que asisten a las Cumbres Sociales son representativos/as de sus sectores?

Indique lo que usted considera que ocurre en cada uno de estos 5 países.

	1. Sí	2. No	3. Solo en algunos casos (aclare)	4. No sabe
a. Argentina				
b. Brasil				
c. Paraguay				
d. Uruguay				
e. Venezuela				

18. ¿Los funcionarios y las funcionarias de gobierno participantes están directamente involucrados con los temas y políticas trabajados en las Cumbres?

Indique lo que usted considera que ocurre en cada uno de estos 5 países.

	1. Sí	2. No	3. Solo en algunos casos (aclare)	4. No sabe
a. Argentina				
b. Brasil				
c. Paraguay				
d. Uruguay				
e. Venezuela				

19. ¿Los temas de la agenda cumplen las expectativas y necesidades de las organizaciones y movimientos sociales?

	1. Sí
	2. No
	3. Solo en algunos casos (aclare):
	4. No sabe.

20. ¿Considera que las actividades y debates de las Cumbres Sociales son conocidos a nivel de las bases?

Indique lo que usted considera que ocurre en cada uno de estos 5 países.

	1. Sí	2. No	3. Solo en algunos casos (aclare)	4. No sabe
a. Argentina				
b. Brasil				
c. Paraguay				
d. Uruguay				
e. Venezuela				

21. Percibe usted que, en cada uno de estos 5 países, los debates, análisis y recomendaciones que se trasladan al MERCOSUR y a los Estados Partes se transforman efectivamente en:

	a.Argentina			b.Brasil			c.Paraguay			d.Uruguay			e.Venezuela		
	Si	No	Ns	Si	No	Ns	Si	No	Ns	Si	No	Ns	Si	No	Ns
1. Políticas públicas, programas y proyectos implantados por el Gobierno Nacional															
2. Espacios de participación y de diálogo entre Gobierno, organizaciones y movimientos sociales															
3. Congresos, seminarios y talleres															
4. Políticas públicas encaminadas por el MERCOSUR															

Ns: No sabe.

22. ¿La participación en las Cumbres Sociales le ha aportado a su institución aprendizajes sobre los temas que impulsa?

1. Sí. Aclare en qué sentido lo hizo:
2. No. Indique los motivos:
3. En forma parcial. Especifique en qué aspectos sí y en cuáles no:

23. ¿Considera que en otros ámbitos de negociación del MERCOSUR se han consultado o tenido en cuenta los debates realizados en las Cumbres Sociales?

1. Sí
2. No
3. En algunos casos (aclare):
4. No sabe

24. En función de las problemáticas que —hasta ahora— se vienen tratando en el marco de las Cumbres Sociales, ¿qué nuevos temas considera prioritario incorporar a la agenda? (Mencione todos los que juzgue necesarios.)

1.
2.
3.
4.

25. ¿Considera que las Cumbres Sociales han ganado en prestigio y trascendencia desde su creación? Indique lo que usted considera que ocurre en cada uno de estos 5 países.

	1. Sí	2. No	3. No sabe
a. Argentina			
b. Brasil			
c. Paraguay			
d. Uruguay			
e. Venezuela			

26. ¿Considera que la actividad de las Cumbres Sociales en estos años ha logrado mejorar los vínculos entre las organizaciones y movimientos sociales de la región?

	1. Sí, con todos ellos
	2. No
	3. Solo en algunos casos
	4. No sabe

27. Considera que durante los debates de las Cumbres Sociales prevalecen:

	1. Dinámicas y articulaciones nacionales
	2. Dinámicas y articulaciones regionales
	3. Otros (aclare):
	4. No sabe

28. ¿Considera que la actividad de las Cumbres Sociales ha logrado mejorar los vínculos de las organizaciones y movimientos sociales con otros ámbitos del MERCOSUR, como las Reuniones Especializadas, el Instituto Social del MERCOSUR, el Parlamento del MERCOSUR, entre otros?

	1. Sí, con todos ellos
	2. No
	3. Solo en algunos casos (aclare):
	4. No sabe

29. ¿Considera que la creación de la Unidad de Apoyo a la Participación Social (ups) confiere sustentabilidad a las Cumbres Sociales?

	1. Sí	2. No	3. Sólo en algunos casos
a. En lo institucional, porque garantiza los espacios para la participación.			
b. En lo económico, porque la implantación del Fondo de Participación Social, a cargo de dicho órgano, deberá facilitar la existencia de las Cumbres Sociales.			
c. En las prácticas, porque facilita el diálogo político, el acceso a la información y la pluralidad del debate.			

30. Hasta el presente momento, ¿el financiamiento asignado para la participación de los asistentes es suficiente?

<input type="checkbox"/>	1. Sí
<input type="checkbox"/>	2. No
<input type="checkbox"/>	3. No siempre
<input type="checkbox"/>	4. No sabe

31. ¿El financiamiento asignado permite que viajen todos/as los/as representantes de las organizaciones y movimientos sociales que se consideran necesarios?

<input type="checkbox"/>	1. Sí
<input type="checkbox"/>	2. No
<input type="checkbox"/>	3. No siempre
<input type="checkbox"/>	4. No sabe

32. ¿Participa o participó en otros espacios del MERCOSUR?

<input type="checkbox"/>	1. Sí (aclare cuáles):
<input type="checkbox"/>	2. No
<input type="checkbox"/>	3. No siempre

33. Marque las Cumbres Sociales en las cuales usted ha participado.

<input type="checkbox"/>	1. Córdoba 2006
<input type="checkbox"/>	2. Brasilia 2006
<input type="checkbox"/>	3. Asunción 2007
<input type="checkbox"/>	4. Montevideo 2007
<input type="checkbox"/>	5. Buenos Aires/Tucumán 2008
<input type="checkbox"/>	6. Salvador 2008
<input type="checkbox"/>	7. Asunción 2009
<input type="checkbox"/>	8. Montevideo 2009
<input type="checkbox"/>	9. Isla del Cerrito/Chaco 2010
<input type="checkbox"/>	10. Foz do Iguazu 2010
<input type="checkbox"/>	11. Asunción 2011
<input type="checkbox"/>	12. Montevideo 2011
<input type="checkbox"/>	13. Mendoza 2012
<input type="checkbox"/>	14. Brasilia 2012
<input type="checkbox"/>	15. Montevideo 2013
<input type="checkbox"/>	16. Caracas 2014
<input type="checkbox"/>	17. Paraná 2014

¡Gracias por su colaboración!



UPS

UNIDADE DE APOIO À
PARTICIPAÇÃO SOCIAL
UPS - MERCOSUL

www.mercosur.int